

Alan M. Zuffo | Jorge G. Aguilera | Bruno R. de Oliveira

(Organizadores)

CIÊNCIA EM FOCO

Volume III



Pantanal Editora

2020

Alan Mario Zuffo
Jorge González Aguilera
Bruno Rodrigues de Oliveira
(Organizadores)

CIÊNCIA EM FOCO

Volume III



Pantanal Editora

2020

Copyright[©] Pantanal Editora
Copyright do Texto[©] 2020 Os Autores
Copyright da Edição[©] 2020 Pantanal Editora
Editor Chefe: Prof. Dr. Alan Mario Zuffo
Editores Executivos: Prof. Dr. Jorge González Aguilera
Prof. Dr. Bruno Rodrigues de Oliveira

Diagramação: A editora
Edição de Arte: A editora
Revisão: Os autor(es), organizador(es) e a editora

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – OAB/PB
- Profa. Dra. Albys Ferrer Dubois – UO (Cuba)
- Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – IF SUDESTE MG
- Profa. Msc. Aris Verdecia Peña – Facultad de Medicina (Cuba)
- Profa. Arisleidis Chapman Verdecia – ISCM (Cuba)
- Prof. Dr. Bruno Gomes de Araújo - UEA
- Prof. Dr. Caio Cesar Enside de Abreu – UNEMAT
- Prof. Dr. Carlos Nick – UFV
- Prof. Dr. Claudio Silveira Maia – AJES
- Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – UFGD
- Prof. Dr. Cristiano Pereira da Silva – UEMS
- Profa. Ma. Dayse Rodrigues dos Santos – IFPA
- Prof. Msc. David Chacon Alvarez – UNICENTRO
- Prof. Dr. Denis Silva Nogueira – IFMT
- Profa. Dra. Denise Silva Nogueira – UFMG
- Profa. Dra. Dennyura Oliveira Galvão – URCA
- Prof. Dr. Elias Rocha Gonçalves – ISEPAM-FAETEC
- Prof. Dr. Fábio Steiner – UEMS
- Prof. Dr. Gabriel Andres Tafur Gomez (Colômbia)
- Prof. Dr. Hebert Hernán Soto Gonzáles – UNAM (Peru)
- Prof. Dr. Hudson do Vale de Oliveira – IFRR
- Prof. Msc. Lucas R. Oliveira – Mun. de Chap. do Sul
- Prof. Dr. Leandro Argente-Martínez – ITSON (México)
- Prof. Msc. Javier Revilla Armesto – UCG (México)
- Prof. Dr. José Luis Soto Gonzales – UNMSM (Peru)
- Prof. Dr. Julio Cezar Uzinski – UFMT
- Prof. Msc. Marcos Pisarski Júnior – UEG
- Prof. Dr. Mario Rodrigo Esparza Mantilla – UNAM (Peru)
- Profa. Ma. Nila Luciana Vilhena Madureira – IFPA
- Prof. Dr. Rafael Chapman Auty – UO (Cuba)
- Prof. Dr. Rafael Felipe Ratke – UFMS
- Prof. Dr. Raphael Reis da Silva – UFPI
- Prof. Dr. Ricardo Alves de Araújo – UEMA
- Prof. Dr. Wéverson Lima Fonseca – UFPI
- Prof. Msc. Wesclen Vilar Nogueira – FURG
- Profa. Dra. Yilan Fung Boix – UO (Cuba)
- Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – UFT

Conselho Técnico Científico

- Esp. Joacir Mário Zuffo Júnior
- Esp. Maurício Amormino Júnior
- Esp. Tayronne de Almeida Rodrigues
- Bel. Ana Carolina de Deus

Ficha Catalográfica

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

C569 Ciência em foco [recurso eletrônico] : volume III / Organizadores Alan Mario Zuffo, Jorge González Aguilera, Bruno Rodrigues de Oliveira. – Nova Xavantina, MT: Pantanal, 2020.
78 p.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-990641-7-3

DOI <https://doi.org/10.46420/9786599064173>

1. Ciência – Pesquisa – Brasil. 2. Pesquisa científica. I. Zuffo, Alan Mario.
II. Aguilera, Jorge González. III. Oliveira, Bruno Rodrigues de.

CDD 001.42

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos livros e capítulos, seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva do(s) autor (es). O download da obra é permitido e o compartilhamento desde que sejam citadas as referências dos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Pantanal Editora

Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000. Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil.

Telefone (66) 99682-4165 (Whatsapp).

<https://www.editorapantanal.com.br>

contato@editorapantanal.com.br

APRESENTAÇÃO

Neste terceiro volume da série *Ciência em Foco* expandimos as áreas de abrangência das pesquisas relatadas, dentre elas a área de farmácia, contábil, jornalismo e estatística, tendo sempre como cerne a divulgação das pesquisas científicas com qualidade e relevância.

No Capítulo I os autores trazem à tona uma discussão sobre a demarcação das Terras Indígenas da Raposa Serra do Sol, no Estado de Roraima, que acarretou na adaptação dos produtores de arroz devido à obrigatoriedade de produzirem em áreas menores, e concluem que os produtores tiveram que buscar “se reerguer na atividade promovendo, dessa forma, a sua continuidade por meio de alternativas que fortalecessem a produção como, por exemplo, utilizando cultivares mais produtivas”.

Saindo do Norte para o Nordeste, no semiárido Cearense, no Capítulo II os autores analisam a temperatura e umidade relativa do ar, a fim de avaliar o nível de estresse ambiental ao qual as fêmeas suínas de quatro raças são expostas, pois estes fatores influenciam na produtividade do rebanho, concluindo que para “diminuir os níveis de estresse dos suínos registrados pelas médias de ITU durante a pesquisa, o produtor pode melhorar as instalações da propriedade, com climatização (ventilação, aspersão), de forma que proporcione melhores índices ambientais para os animais”.

Já no Capítulo III os autores emergem discussões sobre as políticas de saúde mental e como o farmacêutico é peça central para as suas aplicações de modo efetivo. Dentre suas conclusões pode-se destacar que a atuação do farmacêutico nos centros de apoio contribui para a boa aceitação dos medicamentos, pois estes profissionais proporcionam uma interação “positiva, fazendo com que os pacientes cheguem mais rápido à recuperação de sua saúde”.

O Capítulo IV traz uma discussão sobre a questão da ética na profissão contábil e sobre as infrações aplicadas aos profissionais que descumprem o código de ética no estado de Goiás. Em sua conclusão os autores ressaltam que “Os resultados apresentados no estudo, em especial ao aspecto de evolução das infrações cometidas, podem levar a duas interpretações: primeira, maior atuação do Conselho, intervindo e registrando todos os atos praticados pelos profissionais; ou, segunda, maior descuido dos contabilistas para com o Código de Ética”.

Discorrendo sobre o trabalho jornalístico nos jornais de alguns sindicatos no estado do Paraná tendo em conta certas características das entidades empregadoras mencionadas, o autor do Capítulo V constata em sua conclusão sobre esse meio de comunicação institucional que “Como instrumentos de comunicação com posicionamentos mais institucionais e de representação da direção da entidade, os jornais analisados indicaram predominância da fala dos dirigentes institucionais como prioritários nos jornais”.

No sexto e último capítulo o autor aborda a questão da violência doméstica e familiar contra a mulher, por meio de uma pesquisa quantitativa sobre a quantidade de solicitações de medidas protetivas, que constituem um dos instrumentos em favor da vítima criado pela Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), e conclui que, embora numericamente a violência doméstica possa ter aumentado mais de 300% no estado de Mato Grosso do Sul, não é possível determinar se o aumento é em decorrência do maior acesso e ciência das mulheres aos seus direitos, ou se realmente a violência aumentou.

Por fim, nós esperamos que cada uma das pesquisas apresentadas possa contribuir efetivamente para nossa sociedade por meio dos resultados apresentados dos problemas abordados.

Os organizadores


SUMÁRIO

→ APRESENTAÇÃO	4
→ CAPÍTULO 1 PRODUÇÃO DE ARROZ NA REGIÃO DA TERRA INDÍGENA RAPOSA SERRA DO SOL EM RORAIMA	6
→ CAPÍTULO 2 INFLUÊNCIA DA TEMPERATURA E UMIDADE NA ADAPTABILIDADE DE MATRIZES SUÍNAS NA REGIÃO SEMIÁRIDA DO CARIRI CEARENSE	15
→ CAPÍTULO 3 O FARMACÊUTICO NO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL: UMA REVISÃO	24
→ CAPÍTULO 4 ÉTICA NA PROFISSÃO CONTÁBIL: INFRAÇÕES E PENALIDADES APLICADAS	31
→ CAPÍTULO 5 VOZ E VEZ: FALA E REPRESENTAÇÃO DOS TRABALHADORES NA IMPrensa SINDICAL PARANAENSE.....	40
→ CAPÍTULO 6 ESTUDO QUANTITATIVO DAS SOLICITAÇÕES DE MEDIDAS PROTETIVAS DA LEI MARIA DA PENHA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL.....	53
→ ÍNDICE REMISSIVO	78

Produção de arroz na região da Terra Indígena Raposa Serra do Sol em Roraima

Recebido em: 13/04/2020

Aceito em: 20/04/2020

 10.46420/9786599064173cap1

Hudson do Vale de Oliveira^{1*}

Eli Carlos de Oliveira²

Édison Miglioranza³

INTRODUÇÃO

A Terra Indígena Raposa Serra do Sol está localizada ao nordeste do Estado de Roraima, fazendo fronteira com a Guiana Inglesa e a Venezuela. De acordo com dados do Conselho Indígena de Roraima (CIR), a região apresenta uma população de 23 mil índios, pertencentes as etnias macuxi, wapixana, ingarikó, taurepang e patamana, divididos em 170 comunidades distribuídas nos municípios de Pacaraima, Uiramutã e Normandia, compreendendo uma área de 1,7 milhões de hectares (Portal G1, 2009; Portal G1, 2014).

As discussões acerca da homologação da região denominada Terra Indígena Raposa Serra do Sol envolvem vários segmentos e, portanto, deram margem a vários estudos dentro das mais diferentes áreas do conhecimento. Vale ressaltar que, na realidade, embora tenham diferentes focos, esses estudos acabam se complementando.

Monteiro (2010) ressalta que embora vários processos relacionados à demarcação de terras tenham sido julgados pelo Supremo Tribunal Federal (STF) nenhum deles apresentou tanta visibilidade quanto o caso da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, especialmente chamando muita atenção da mídia em função de vários aspectos, tais como, por exemplo: as dimensões territoriais envolvidas no caso, o histórico dos conflitos na região e, especialmente, os impactos econômicos.

Em resumo, nas discussões sobre a homologação da região em questão, os indígenas buscavam o respeito à demarcação da terra indígena, com a saída dos não-índios da área da reserva, enquanto os produtores lutavam pela demarcação da reserva em “ilhas”. Assim,

¹ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR)/Campus Boa Vista Zona Oeste (CBVZO). Rua Prof. Nonato Chacon, N° 1976, Bairro Laura Moreira (Conjunto Cidadão), CEP: 69.318-000, Boa Vista, Roraima, Brasil.

² Engenheiro Agrônomo; Doutor Pesquisador da Empresa Omnia Brasil.

³ Professor Doutor da Universidade Estadual de Londrina - UEL.

* Autor de correspondência: hudson.oliveira@ifrr.edu.br

poderiam continuar a ocupar as áreas utilizadas para o cultivo do arroz, principal produto agrícola do Estado, além de garantir acesso futuro a recursos minerais (Portal G1, 2009).

Do ponto de vista econômico e levando em consideração os dados apresentados pelos órgãos que fazem a mensuração da produção agrícola no Estado, observa-se que a demarcação da referida região, que se estendeu por mais de trinta anos, conforme destaca Monteiro (2010), ocasionou uma redução da área cultivada com a cultura do arroz no Estado e, conseqüentemente, promoveu uma redução da produção e da produtividade.

Após a homologação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, alguns produtores de arroz ainda lutavam contra a decisão e, portanto, produziam na região. Por essa razão, em 2009, conforme informações do portal G1, o STF determinou a saída imediata dos produtores que ainda permaneciam na região demarcada. Os produtores, nessa época, após a decisão do STF, buscavam ficar na região, pelo menos, até o final da colheita do arroz (Portal G1, 2009).

Assim, a produção de arroz na região da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, se configura como uma região de suma importância dentro do histórico da produção de arroz no Estado, especialmente porque após a sua demarcação essa produção passou por alguns momentos difíceis, tendo uma redução considerada, em virtude da diminuição das áreas de cultivo.

Nesse contexto, o objetivo deste capítulo é realizar um diagnóstico da produção de arroz na região da Terra Indígena Raposa Serra do Sol.

MATERIAL E MÉTODOS

O estudo pode ser considerado de caráter misto, uma vez que envolve os aspectos quantitativos e qualitativos (Gatti, 2012). Além disso, apresenta abordagem exploratória e descritiva. Exploratória no sentido não de estabelecer, necessariamente, conclusões, mas de possibilitar uma melhor compreensão acerca da análise proposta. O aspecto descritivo relaciona-se ao fato de descrever, dentro do viés qualitativo da análise, o diagnóstico pretendido, inclusive utilizando-se, para isso, de uma revisão de literatura acerca das temáticas abordadas no estudo (Gil, 2010).

Para realizar o diagnóstico da Produção de Arroz na região da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, os dados de Área cultivada ($*10^3 \text{ ha}^{-1}$), Produção ($*10^3 \text{ t}$) e Produtividade ($*10^3 \text{ kg ha}^{-1}$) de arroz em casca foram coletados e disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pela Secretaria de Estado de Planejamento e

Desenvolvimento de Roraima (SEPLAN/RR), bem como por outras instituições do Estado relacionadas com a produção agrícola e com a região em questão.

Além disso, é importante destacar que algumas informações também foram coletadas em veículos de comunicação do Estado como, por exemplo, jornais de grande circulação e junto a produtores, especialmente por meio da Associação dos Arrozeiros de Roraima (AARR), inclusive pelo presidente da referida associação.

Na Figura 1 é apresentada a extensão territorial da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, no Estado de Roraima.

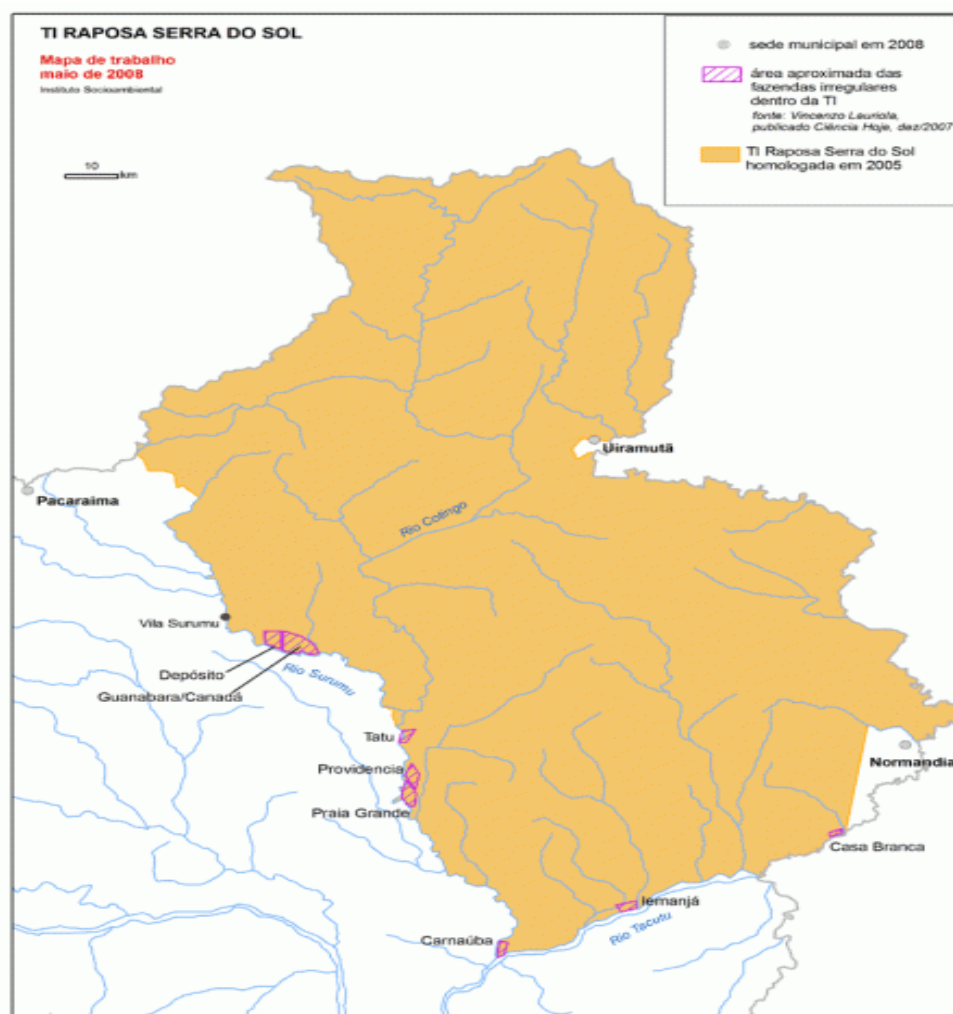


Figura 1. Extensão Territorial da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, no Estado de Roraima. Fonte: Vieira et al. (2011).

O estudo abordou a realização de uma análise sobre a produção de arroz na referida região, ao longo dos anos, especialmente fazendo uma rápida análise dessa produção após a demarcação da região, em 2005, e, principalmente, após a efetiva determinação do STF relacionada à saída imediata dos produtores da região.

Para a realização do processamento e do tratamento dos dados coletados foram utilizadas planilhas desenvolvidas no aplicativo Microsoft Excel® adotando-se, portanto, a análise por meio de estatística descritiva.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A região da Terra Indígena Raposa Serra do Sol engloba os municípios de Pacaraima (norte), Uiramutã e Normandia (nordeste), que tem se configurado, antes da demarcação da região, como os maiores municípios produtores do Estado. Nesse sentido, não é difícil constatar o impacto da demarcação dessa região na redução da área plantada de arroz e, conseqüentemente, na produção e na produtividade deste cereal, especialmente em função da qualidade do solo dessa região, conforme mencionado por produtores.

Segundo dados do IBGE (2014), as regiões norte e nordeste do Estado de Roraima, onde estão inseridos os municípios de Pacaraima, Normandia e Uiramutã são as que apresentavam, entre 1997 e 2012, a maior produtividade (Figura 2).

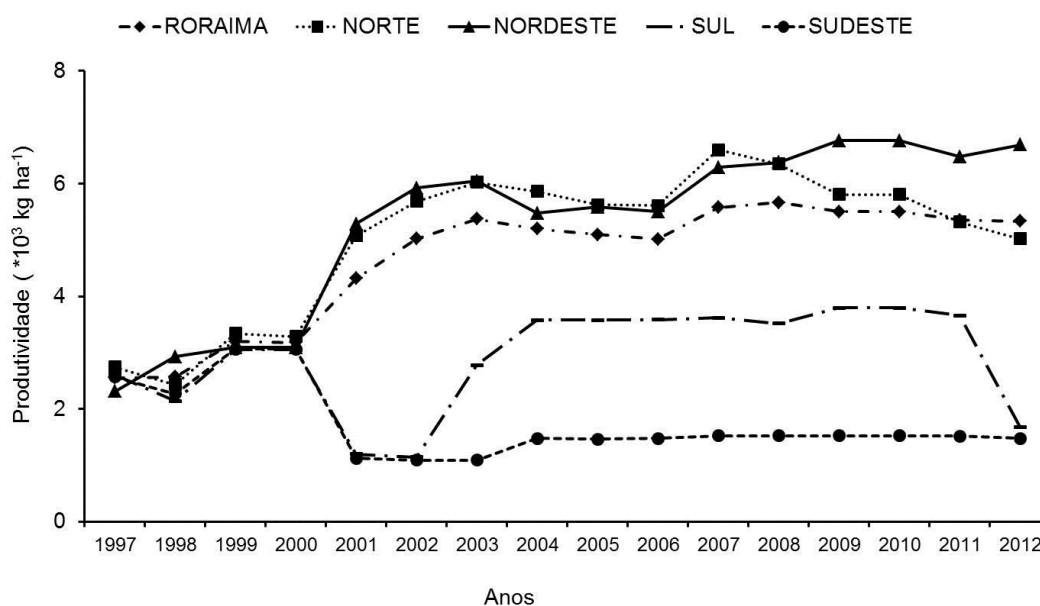


Figura 2. Produtividade de arroz em casca nas principais regiões produtoras do Estado de Roraima, 1997 – 2012. Fonte: IBGE (2014).

Observa-se que, no período considerado, as regiões norte e nordeste apresentaram sempre valores muito próximos com relação a produtividade. Apenas a partir do ano de 2008 é que a região nordeste superou a região norte. No período considerado, a média do rendimento nas regiões norte e nordeste foram de 5.036 e 5.287 kg ha⁻¹, respectivamente (IBGE, 2014).

Com relação a produção e a área cultivada, as regiões em questão também apresentaram destaque, acompanhando, portanto, o comportamento da produtividade.

No período considerado, a média da produção na região norte e nordeste, respectivamente, era de 31.042 e 47.964 toneladas. A região nordeste passou a apresentar uma maior produção, se comparada a região norte, a partir do ano de 2004, possivelmente em função de dois municípios que fazem parte da reserva indígena estarem inseridos nessa região (IBGE, 2014).

Com relação a área cultivada, a região nordeste superou a região norte, a partir do ano de 2003. No período considerado, a média das áreas plantadas nas regiões norte e nordeste foram de 6.284 e 8.609 ha, respectivamente (IBGE, 2014).

Detalhando as considerações acerca das regiões norte e nordeste do Estado de Roraima, é possível observar a evolução da produção e da produtividade nos três municípios que fazem parte da região da Terra Indígena Raposa Serra do Sol. No caso do município de Uiramutã é apresentada também a área plantada (Figuras 3, 4 e 5).

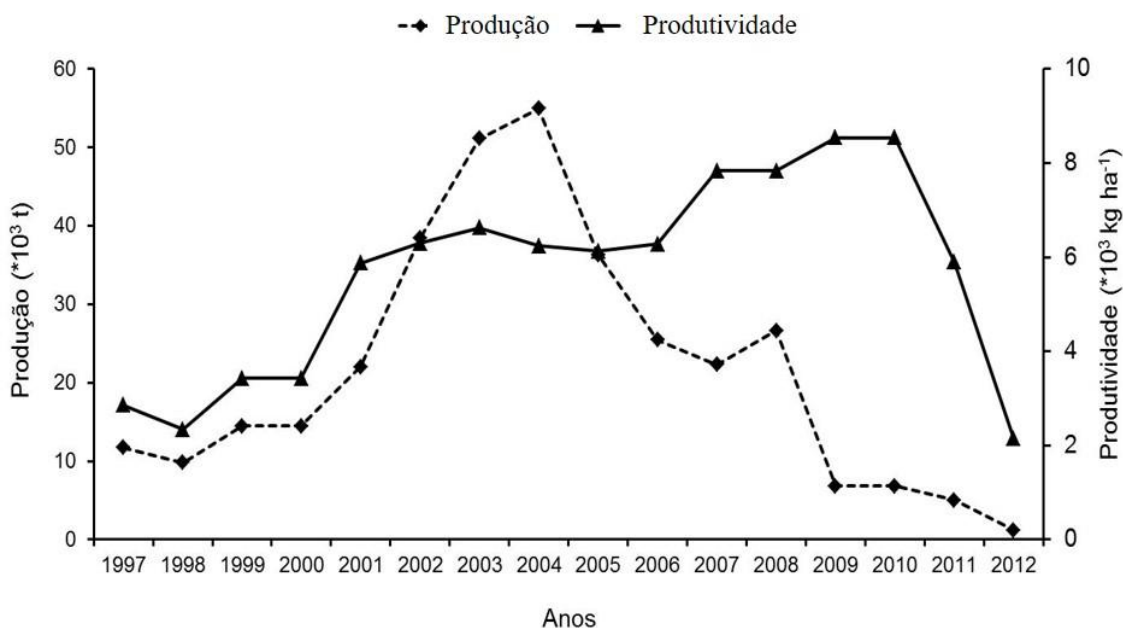


Figura 3. Produção e produtividade de arroz em casca do município de Pacaraima na região Norte de Roraima, 1997 – 2012. Fonte: IBGE (2014).

É possível observar, na figura relacionada ao município de Pacaraima (Figura 3), que embora a produção tenha tido uma redução a partir de 2004, apresentando leve aumento em 2008 e, logo após, novas quedas, a produtividade sempre foi aumentando, com redução drástica apenas a partir de 2010. Esse comportamento de redução possivelmente ocorreu em virtude da homologação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Com a obrigação de abonar

as terras indígenas da região, especialmente por decisão do STF, em 2009, os produtores diminuíram as suas áreas de cultivo e, conseqüentemente, a produção também foi reduzida afetando, portanto, a produtividade.

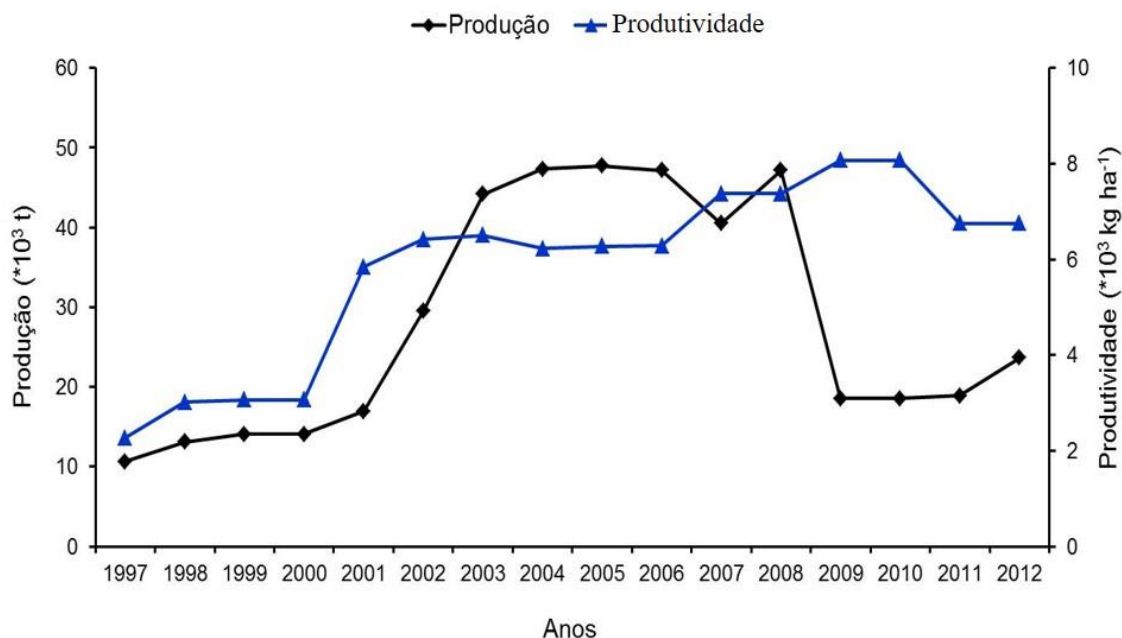


Figura 4. Produção e produtividade de arroz em casca do município de Normandia na região Nordeste de Roraima, 1997 – 2012. Fonte: IBGE (2014).

No que se refere a figura relacionada ao município de Normandia (Figura 4), é possível observar que a produtividade se manteve praticamente a mesma dentro do período entre 2001 e 2006 e entre 2007 e 2012. A produção passou a reduzir drasticamente a partir de 2008, apresentando leve aumento em 2012. A justificativa para a redução em questão também se deve a homologação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Porém, observa-se que, se comparado ao município de Pacaraima, a redução da produção, no período considerado foi menor (Figura 3).

No gráfico relacionado ao município de Uiramutã (Figura 5), observa-se comportamento diferente dos outros dois municípios que fazem parte da região da Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Nesse sentido, observa-se que os três aspectos (área cultivada, produção e produtividade) mantiveram praticamente os mesmos valores no período entre 2004 a 2010. Nos anos seguintes, a produtividade se manteve praticamente a mesma, houve um aumento na produção com leve queda em 2012 e, com relação a área cultivada, houve aumento em 2011 mantendo-se o aumento em 2012.

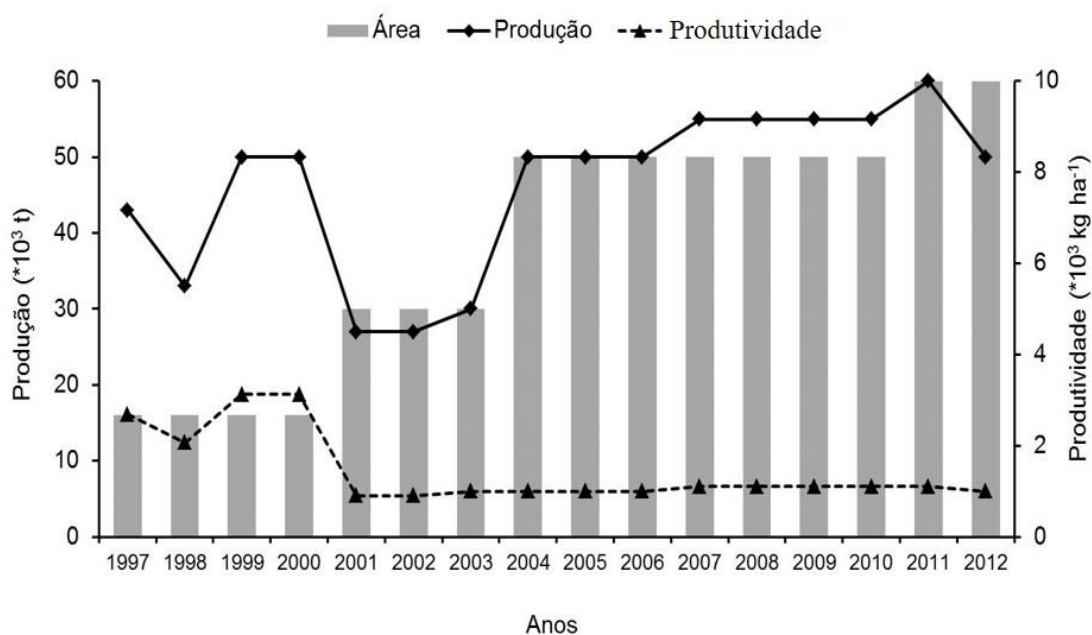


Figura 5. Área cultivada, produção e produtividade de arroz em casca do município do Uiramutã na região Nordeste de Roraima, 1997 – 2012. Fonte: IBGE (2014).

O portal G1/Roraima apresenta informações relacionadas a redução da produção de arroz em virtude da retirada dos produtores da região demarcada. Os produtores de arroz alegam prejuízos e afirmam que a produção do grão está estagnada (Portal G1, 2014). Segundo informações dos produtores da Associação dos Arrozeiros de Roraima (AARR), os produtores de arroz ainda tentaram se reerguer, porém estavam limitados. Ressaltam, ainda, que os produtores de arroz emigraram do Estado, devido as dificuldades encontradas (Portal G1, 2014).

Em função da demarcação da reserva indígena, produtores da AARR destacaram que as áreas disponibilizadas pela União não suportavam a produção, pois mediam aproximadamente de 50 a 300 hectares. Além disso, a qualidade do solo na Terra Indígena Raposa Serra do Sol é um dos benefícios mencionados pelos produtores, os quais afirmam não dispor desta qualidade nas áreas que foram disponibilizadas para a realização do cultivo. Em todo caso, os produtores ressaltaram que adotaram soluções tecnológicas e alcançaram mais 2 mil hectares de área plantada, ou seja, passando de um total de 9 mil para 11 mil hectares (Portal G1, 2013).

Segundo o Portal G1 (2013), quatro anos após a desocupação das Terras Indígenas da Raposa Serra do Sol, os produtores que antes ocupavam a referida região relataram prejuízos na produção que passou a ser realizada em áreas menores em diversos municípios do Estado como, por exemplo, o de Bonfim, considerado maior produtor do Estado.

Além disso, com redução de aproximadamente 9 mil hectares no cultivo do arroz, os produtores reclamaram sobre a falta de estrutura e de incentivo para alavancar a produção da cultura, especialmente porque, para os produtores, a indenização do governo federal, em função da obrigatoriedade de sair da região demarcada, não foi adequada para cobrir os investimentos realizados nas antigas áreas instaladas na reserva indígena, intensificando, dessa forma, os prejuízos destes (Portal G1, 2013).

Destaca-se que quando da saída dos produtores da região demarcada, a produção do arroz irrigado era realizada em 20 mil hectares. Porém, com a retirada dos produtores, houve uma estagnação da produção, pois a área plantada passou a ser de 11 mil hectares. Nesse sentido, os produtores destacaram que as áreas para o cultivo do arroz eram bastante limitadas; assim, a mudança das áreas de produção de arroz tornou-se inviável e gerou prejuízos.

Por outro lado, alguns produtores destacaram que embora a cultura do arroz tenha passado por grandes dificuldades, em função da obrigatoriedade dos produtores deixarem a área demarcada nas Terras Indígenas da Raposa Serra do Sol e, dessa forma, tenham reduzido as áreas de produção, ocorreu uma compensação em função da utilização de cultivares altamente produtivas. Assim, foi possível aumentar a produtividade, ainda que em áreas menores de cultivo da cultura.

CONCLUSÕES

Os aspectos área cultivada, produção e produtividade sofreram redução tendo em vista a demarcação das Terras Indígenas da Raposa Serra do Sol, ocasionando, conseqüentemente, uma adaptação forçada dos produtores de arroz que se viram obrigados a deixar a região demarcada passando a produzir em outras áreas, algumas destas disponibilizadas pelo governo.

Apesar da expulsão dos produtores da região da reserva indígena, ocasionando drástica redução dos aspectos mencionados, estes buscaram se reerguer na atividade promovendo, dessa forma, a sua continuidade por meio de alternativas que fortalecessem a produção como, por exemplo, utilizando cultivares mais produtivas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS


- Gatti BA (2012). *Abordagens quantitativas e a pesquisa educacional*. Fundação Carlos Chagas, USP. 15p.
- Gil AC (2010). *Como elaborar projetos de pesquisa*. 5ª ed. São Paulo: Atlas. 220p.

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2014). *Sidra – Banco de dados agregados*. Brasília, DF. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/htm>> Acesso em: 22 ago. 2014.
- Monteiro MN (2010). *O caso Raposa Serra do Sol e a jurisprudência do Tribunal Regional Federal da primeira região: uma análise do contexto jurisprudencial no qual se inserem as 19 cláusulas condicionantes*. Monografia (Graduação) – Sociedade Brasileira de Direito Público (SBDP), São Paulo – SP.
- Portal G1 (2009). *STF determina saída imediata de arrozeiros da Raposa Serra do Sol*. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/O,,MUL1050339-5598,00-STF+DETERMINA+SAIDA+IMEDIATA+DE+ARROZEIROS+DA+RAPOS+A+SERRA+DO+SOL.html>> Acesso em: 20 ago. 2014.
- Portal G1 (2013). *Índios dizem reconstruir Raposa; fora da área, arrozeiros relatam prejuízos*. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2013/03/indios-dizem-reconstruir-raposa-fora-da-area-arrozeiros-relatam-prejuizos.html>> Acesso em: 20 ago. 2014.
- Portal G1 (2014). *Após anos da saída de arrozeiros, índios dizem produzir na Raposa*. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2014/02/apos-5-anos-da-saida-de-arrozeiros-indios-dizem-produzir-na-raposa.html>> Acesso em: 26 ago. 2014.
- Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento de Roraima (2014). *Panorama e Vetores de Desenvolvimento de Roraima. Volume II: Produto Interno Bruto, Agropecuária, Comércio e Indústria. Divisão de Estudos e Pesquisas*. Disponível em: <www.seplan.rr.gov.br>. Acesso em: 15 ago. 2014.
- Vieira JG, Silva PSR, Ramalho CO (2011). Homologação da Raposa Serra do Sol em Roraima: violência gerada contra os índios entre 1970 a 2009. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo – SP.

Influência da temperatura e umidade na adaptabilidade de matrizes suínas na região semiárida do cariri cearense

Recebido em: 14/04/2020

Aceito em: 20/04/2020

 10.46420/9786599064173cap2

Maria Tamyres B. do Nascimento Conrado^{1*}

José Valmir Feitosa¹

Antônio Néelson Lima da Costa¹

Gilberto Saraiva Tavares Filho¹

Mirelle Tainá Vieira Lima¹

INTRODUÇÃO

O processo de crescimento populacional traz como resultados o aumento do consumo de alimentos e o conseqüente aumento da demanda por sua produção. Nos últimos tempos, a suinocultura sofreu várias mudanças passando a ser uma atividade amplamente explorada. De acordo com a CONAB (2017), o Brasil ocupa o quarto lugar no ranking de produção mundial de carne suína do mundo, com produção de 3.725 milhões t ano⁻¹ (toneladas/ano). A carne suína ocupa com destaque o primeiro lugar na preferência da população, conferindo-lhe o título de “a carne mais consumida no mundo”. Nos últimos 40 anos, o consumo de carne suína por parte da população mundial tem crescido na proporção de 1,52% ao ano ABCS (2014).

Essa intensificação tem causado alguns efeitos indesejados na produção animal no que diz respeito ao bem-estar dos animais. Fato este que pode ser caracterizado pelo manejo incorreto dos animais, pela disponibilidade de espaço cada vez menor nas granjas devido a superlotação e instalações inadequadas às condições climáticas. Segundo Lima (2019), o ambiente no qual o animal se encontra influencia diretamente na produtividade e expressão do seu potencial genético, uma vez que a manifestação do fenótipo é determinada pelo genótipo associado às condições do ambiente, e por mais que apresente composição genética de alta produção, o mesmo só pode desenvolver o seu máximo potencial se lhe for

¹ Departamento de Agronomia, Universidade Federal do Cariri (UFCA), Centro de Ciências Agrárias e da Biodiversidade, R. Ícaro de Sousa Moreira, 126 - Muriti, Crato – CE, Brasil.

* Autor de correspondência: tamyresbarbosa123@hotmail.com

proporcionado condições propícias a isso, as quais envolvem clima adequado, boa alimentação, manejo adequado, controle de sanidade, entre outros.

De acordo com Araújo et al. (2016), os efeitos de temperatura do ar são considerados fatores limitantes ao desenvolvimento da produção e reprodução dos animais, devido ao estresse que estes podem proporcionar aos animais. Fato este que se torna proeminente em regiões de climas semiáridos.

À medida que a temperatura ambiente se apresenta muito acima ou muito abaixo das temperaturas de conforto, há uma redução tanto no desenvolvimento como na eficiência alimentar, além de afetar o desempenho produtivo e reprodutivo dos animais, em especial rebanho, quando este encontra-se em condições fora da região de termoneutralidade (Ferreira, 2015).

Assim, o presente trabalho tem como objetivo, fazer a estimativa da temperatura e umidade relativa do ar, como parâmetros para avaliar o nível de estresse do ambiente a fêmeas suínas de quatro raças, criadas em clima semiárido.

MATERIAL E MÉTODOS

Local de estudo

O estudo foi conduzido no setor de suinocultura do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará, (IFCE), Campus Crato-CE situado a 446 metros de altitude com coordenadas geográficas Latitude: 7°13'46" Sul e Longitude: 39°24'32" Oeste.

De acordo com Koeppen (1948), a classificação climática da região é AW³, apresentando-se, portanto, clima tropical com inverno seco, com regime pluviométrico médio de 1.073,3 mm ano⁻¹, estando distribuída em uma estação chuvosa que vai de janeiro a maio e temperatura média anual é de 27°C (FUNCEME, 2017).

Animais estudados

Foram utilizadas oito matrizes de mesma idade de quatro raças distintas, sendo estas: duas da raça Duroc, duas da raça Landrace, duas da raça Large White e duas de raças mestiças entre Landrace, Large White e Duroc. Durante o estudo, os animais foram alojados em oito baias coletivas distintas, sendo que cada baia comportava quatro animais de raças diversas, cobertas com telhas de amianto, com piso de concreto, solário de 1,5 metros, medindo 3x5 metros de largura e comprimento, respectivamente, totalizando uma área de 15 metros quadrados.

Bebedouros do tipo chupeta, comedouros individuais medindo 0,2 x 0,5 m cada, com livre acesso a água e arração restrito a dois quilogramas, divididos nos turnos manhã

e tarde. A ração foi formulada à base fubá de milho (70%), farelo de soja (15%), farelo de trigo (15%), suplementada com vitaminas, minerais e aminoácidos visando atender as exigências nutricionais da fase gestação, sob responsabilidade do departamento de rações do IFCE Campus Crato (Rostagno et al., 2000).

As coletas de dados experimentais foram conduzidas de maneira que causassem o mínimo de desconforto aos animais, minimizando qualquer estresse de manejo. Durante a pesquisa não ocorreu descarte e/ou sacrifício de animais ou após o término deste trabalho.

A pesquisa foi submetida e aprovada pelo comitê de ética IFCE sob o número 2453230918.

Parâmetros Climáticos (TA e UR) e ITU

Os dados climáticos, temperatura (TA) em °C e umidade relativa do ar (UR) em %, foram obtidos com auxílio de termohigrômetro digital instrutherm ht-200, instalado no interior das instalações, a 1,8 m de altura. As variáveis foram coletadas no início, durante e ao fim de cada coleta diária, ao longo das obtenções dos dados fisiológicos. A partir destes, foi calculado o índice de temperatura e umidade (ITU), para expressar a relação de temperatura do ar e da umidade, relacionado com o efeito do nível de estresse do ambiente ao animal, utilizando-se a fórmula (Thom, 1959):

$$ITU = (0,8 \times TA + (UR) \times (TA - 14,4) + 46,4).$$

Análises estatísticas

As variáveis estudadas foram submetidas aos testes homogeneidade de variância e de normalidade dos erros com suas probabilidades (p-valor), e avaliados pela ANOVA a 5% de probabilidade usando o *General Linear Model* (Proc GLM) do programa estatístico SAS versão 9.3 USA (SAS, 2011).

Antes da realização da análise de variância, verificou-se as pressuposições de distribuição normal e homocedasticidade de variância pelo Proc Anova teste de Bartlett's. Médias de variação das temperaturas ambientais, das umidades relativas do ar, para as quatro raças avaliadas, foram obtidas em delineamento inteiramente casualizados. Para comparar e interpretar os resultados, os dados foram submetidos a análise de variância pelo teste F e as médias comparadas pelo teste de Tukey a 5% de probabilidade conforme recomendação de (Banzatto; Kronka, 1992).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na Tabela 1 estão apresentados os valores médios, desvio padrão, mínimos e máximos dos valores do Índice de Temperatura e Umidade, em função dos trimestres.

Tabela 1. Médias, desvio padrão, mínimo e máximo do Índice de Temperatura e Umidade (ITU) no período de setembro de 2018 a maio de 2019 no semiárido do Cariri Cearense.

Trimestres	Período	Média ± desvio padrão	Mínima	Máxima
1	Manhã	74,66 ± 3,321	68	69
	Tarde	75,29 ± 3,260	80	81
2	Manhã	75,45 ± 2,972	70	72
	Tarde	77,92 ± 7,065	80	106
3	Manhã	73,52 ± 2,755	71	78
	Tarde	75,03 ± 2,720	71	78

O ITU é expresso em um único valor para representar a relação de temperatura do ar e da umidade, relacionado com o efeito do nível de estresse do ambiente ao animal e sendo utilizado com um índice capaz de associar as perdas causadas pelo estresse térmico (Bohmanova et al., 2007).

Analisando os trimestres isoladamente (Tabela 1), nota-se que o trimestre 2 (Período seco para chuvoso, correspondente aos meses de dezembro, janeiro e fevereiro) destacou-se em relação aos outros, registrando o maior ITU do período analisado, com média de 77,92. De acordo Hahn (1985) acerca da classificação de ITU para os animais domésticos, este valor encontra-se acima da faixa de normalidade (abaixo de 74) sendo considerado crítico, o que significa dizer que as condições do clima se encontram no limite para o bom desempenho produtivo.

Com relação aos turnos avaliados observa-se que no turno da tarde foram registradas as maiores médias em relação a manhã. Os dois turnos apresentam valores de ITU acima da normalidade, ambos se encontrando na faixa crítica descrita por Lima et al. (2006).

Conrado et al. (2018) em estudo na região semiárida do Cariri, encontraram valores semelhantes aos encontrados na pesquisa, registrando menor média de ITU no período da tarde de 75,02 para os meses correspondentes ao trimestre 3 (março, abril e maio) deste estudo, que neste mesmo intervalo média de 75,03 (Tabela 1). Diante disso, nota-se que as condições climáticas da região, são propícias a desencadear o estresse térmico nos animais.

Interpretando os valores encontrados nesta pesquisa, de acordo com a classificação de Lima et al. (2006) para suínos, onde o ITU abaixo de 74 é considerado normal, entre 75 e 79 caracteriza perigo (desempenho comprometido) e acima de 84 representa situação de emergência, podendo ocorrer a morte dos animais, os resultados encontrados na pesquisa configuram situação de perigo, o que significa dizer que o desempenho produtivo dos animais está comprometido.

Uma vez distantes dos valores da zona de conforto térmico, as temperaturas ambientes e as umidades relativas, tendem a desequilibrar o mecanismo termodinâmico que os homeotermos têm de se defender de extremos de temperatura e umidade relativa, levando ao desperdício de energia e, conseqüentemente refletindo no seu desempenho produtivo (Collin et al., 2001). Todavia medidas de ambiência podem ser implantadas para reverter este cenário, e entre elas, a ventilação se mostra bastante relevante uma vez que renova o ar dentro dos galpões, proporcionando o O₂, e reduzindo os níveis de gases e odores no interior das instalações, e desta forma assumindo maior controle da temperatura ambiente e umidade relativa (Bridi, 2010).

Na Figura 1 encontra-se as médias de temperatura do ar, em função dos trimestres e turnos de avaliação, expressos em graus Celsius.

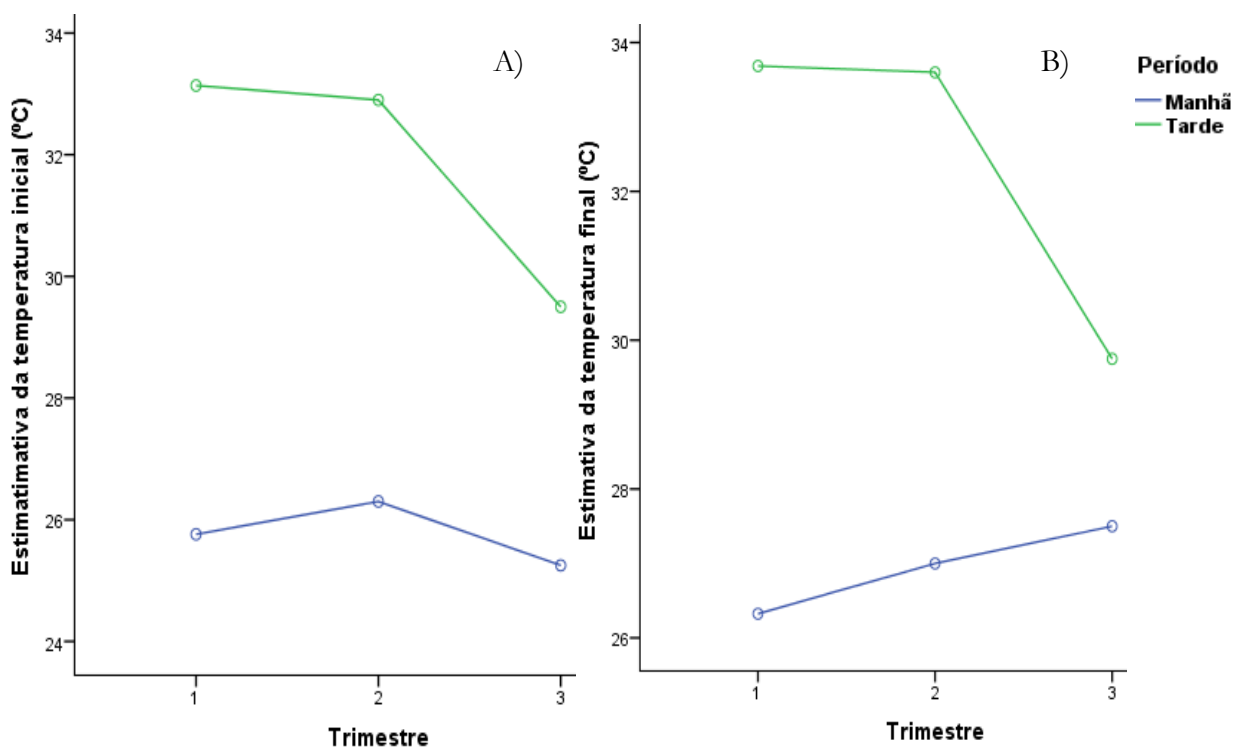


Figura 1. Estimativas médias de temperaturas do ar (°C) no início (A) e final (B) das avaliações dos turnos da manhã e da tarde no semiárido no período de setembro de 2018 a maio de 2019.

Os valores de temperatura do ar (Figura 1) com relação aos períodos sofreram influência de forma significativa ($p < 0,05$). Entretanto, ao analisar os trimestres de forma isolada, só houve diferença significativa a 5% pelo teste de Tukey, no turno da tarde, tanto para a temperatura inicial como para a final. Nota-se ainda que houve um comportamento anormal no período da manhã para as temperaturas finais, onde no terceiro trimestre foi registrada a maior temperatura final do intervalo de tempo estudado. Este fato, é atribuído a instabilidade que as condições climáticas da região estão sujeitas a sofrer.

Mediante a classificação de Müller (2018) e Cezar et al. (2004), as temperaturas ideais para pertencer a Zona de Conforto Térmico são 21 a 25°C e, 25°C a 31°C respectivamente. A cerca desta classificação, a maioria das médias encontradas para o turno da tarde, com exceção do trimestre 3, mostraram-se superiores aos valores ideais para a ZCT. Com relação ao turno da manhã, ambos trimestres apresentaram valores médios dentro da faixa de normalidade.

Valores superiores ao da pesquisa, foram encontrados por Santos et al. (2018), onde a temperatura ambiente no interior das instalações da granja, atingiram pico de 37°C ao longo do dia.

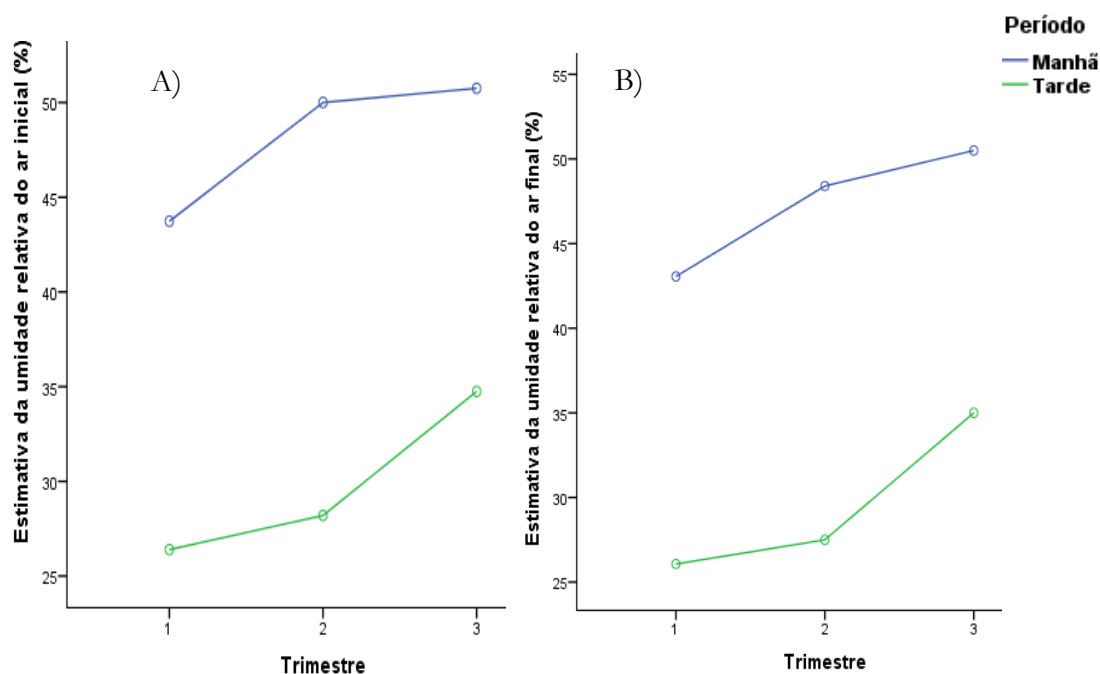


Figura 2. Estimativas médias da umidade relativa do ar (%) no início (A) e final (B) das avaliações dos turnos da manhã e da tarde no semiárido no período de setembro de 2018 a maio de 2019.

Na Figura 2 estão relatados os valores em porcentagem das umidades relativas registradas no início e no final das coletas dos dois turnos avaliados, correlacionadas com os trimestres que compreendem os períodos seco, de transição e chuvoso, respectivamente.

De acordo com o descrito por Ferreira (2015) a umidade relativa do ambiente deve estar na faixa de 40% a 70% para as espécies domésticas. O mesmo autor relata que em UR abaixo ou acima dessa faixa atrelada com altas temperaturas, os animais tendem a sofrer estresse. De acordo com a afirmativa, nota-se que os valores de UR, Figura 2 A), nos três trimestres avaliados, encontram-se dentro da faixa de normalidade para os dois turnos de avaliação.

Observando-se os trimestres isoladamente é possível notar que ocorreu um aumento da umidade relativa do ar, trimestre após trimestre; assumindo que os trimestres 1, 2 e 3, correspondem aos períodos seco, do seco para chuvoso e do chuvoso para transição, respectivamente. Afirma-se que este aumento ocorrido da UR é o comportamento normalmente esperado para essas épocas do ano, uma vez que, no período seco as umidades relativas tendem a ser mais baixas, aumentando gradativamente até o chuvoso.

CONCLUSÕES

Acerca dos resultados de umidade relativa do ar e temperatura ambiente, a época mais favorável para a criação destas fêmeas, dentre os períodos analisados, foi o terceiro trimestre, apesar das médias do ITU ainda manterem-se elevadas.

Para diminuir os níveis de estresse dos suínos registrados pelas médias de ITU durante a pesquisa, o produtor pode melhorar as instalações da propriedade, com climatização (ventilação, aspersão), de forma que proporcione melhores índices ambientais para os animais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABCS – Associação Brasileira de Criadores de Suínos. *Produção de suínos: teoria e prática*. (2014) Coordenação editorial Associação Brasileira de Criadores de Suínos. Coordenação Técnica da Integral Soluções em Produção Animal. - Brasília, DF, 908p.: il. Color
- Araujo JIM., Araujo AC, Rodrigues HTM, Oliveira LG, Barros J, Fonseca WJL, Sousa J (2016). Effect of different climatic environments on physiological characteristics of crossbred calves (Holandês× Gyr). *Revista de Ciências Agroveterinárias*, 15(3): 259-265.
- Banzatto DA, Kronka SDN (1992). *Experimentação agrícola*. Jaboticabal: Funep, 2.

- Bohmanova J, Misztal I, Cole JB (2007). Temperature-humidity indices as indicators of milk production losses due to heat stress. *Journal of dairy science*, 90(4): 1947-1956.
- Bridi AM (2010) *Adaptação e aclimação animal*. UEL, Londrina.
- Cezar MF, Souza BBD, Souza WHD, Pimenta Filho EC, Tavares GDP, Medeiros GX (2004). Avaliação de parâmetros fisiológicos de ovinos Dorper, Santa Inês e seus mestiços perante condições climáticas do trópico semi-árido nordestino. *Ciência e Agrotecnologia*, 28(3): 614-620.
- Collin A, van Milgen J, Dubois S, Noblet J (2001). Effect of high temperature and feeding level on energy utilization in piglets. *Journal of Animal Science*, 79: 1849-1857.
- CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento. Agosto, 2017. Disponível em: https://www.conab.gov.br/...suina/.../15230_63da224312744ad3c4afe17a97e0f2f9
- Conrado MTBdoN, Mota ÍBB, Costa ANL, Feitosa JV (2018). Influência da temperatura e umidade na adaptabilidade de ovinos na região semiárida do Cariri cearense. In: 5º *Seminário Internacional de Convivência com o Semiárido*. Piranhas - AL: Centro Xingó de Convivência com o Semiárido.
- Santos TCD, Carvalho CD, da Silva GC, Diniz TA, Soares TE, Moreira S, Cecon PR (2018). Influence of the thermal environment on the behavior and performance of pigs. *Revista de Ciências Agroveterinárias*, 17(2): 241-253.
- Ferreira RA (2015). *Maior Produção com Melhor Ambiente – Para aves, suínos e bovinos/*. Viçosa, MG: Aprenda Fácil.
- Fundação Cearense De Meteorologia E Recursos Hídricos –FUNCEME. (2017). *Calendário das chuvas no Estado do Ceará (2008- 2017)*. Disponível em: <<http://www.funceme.br/app/calendario/produto/municipios/media/anual"> ot;<http://www.funceme.br/app/calendario/produto/municipios/media/anual"> t;>. Acesso em: 26 de agosto de 2019
- Hahn GL (1985) Compensatory performance in livestock: influences. In: Yousef, MK. *Stressphysiology*. Boca Raton: CRC Press, 2: 52-145.
- Koeppen W (1948). *Climatologia: con un estudio de los climas de la tierra*. 495p.
- Lima KAOD (2006). Estudo da influência de ondas de calor sobre a produção de leite no estado de São Paulo.
- Lima MTV, Feitosa JV, Oliveira CW, da Costa ANL (2019). Influência da temperatura e umidade sobre o conforto térmico bovino em Barbalha, Ceará. *PUBVET*, 13: 162.
- Müller PB (2018). *Bioclimatologia aplicada aos animais domésticos*. 3a ed. Porto Alegre - RS: Editora Sulina. 262p.

Rostagno HS (2000). *Tabelas brasileiras para aves e suínos: composição de alimentos e exigências nutricionais* (No. 636.5085 636.4085). Universidade Federal de Viçosa. Departamento de Zootecnia. 251p.


SAS (2011). SAS. STAT 9.3 User's guide. *Cary, NC: SAS Institute Inc.*.

Thom EC (1959). The discomfort index, *Weatherwise*, 12: 57-59.

O Farmacêutico no centro de atenção psicossocial: Uma revisão

Recebido em: 15/04/2020

Aceito em: 20/04/2020

 10.46420/9786599064173cap3

Diego Stanley de Sá Almeida¹

Hudson Macedo de Sousa^{2*}

Anne Karollyne de F. Bonfim Figueiredo³

INTRODUÇÃO

A Política Nacional de Saúde Mental é uma ação do Governo Federal, coordenada pelo Ministério da Saúde, que interpreta as técnicas e diretrizes adotadas pelo país para metodizar a assistência aos indivíduos com necessidades de tratamento e cuidados específicos em saúde mental. Que inclui a atenção a pessoas com necessidades referentes a transtornos mentais como: depressão, ansiedade, esquizofrenia, transtorno afetivo bipolar, transtorno obsessivo-compulsivo, e seres humanos com quadro de uso negativo e dependência de substâncias psicoativas, como: álcool, cocaína, crack e outras drogas (Brasil, 2017).

A saúde mental de uma pessoa é muito mais que a existência de um transtorno mental, e está associada a uma série de exigências da vida e a forma como ela se adapta a esse acontecimento como seus desejos, capacidades, ambições, ideias e emoções. A saúde mental vai além do que rapidamente se pensa que é alguma doença mental. Os transtornos mentais fazem parte de uma parcela substancial de doenças globais da população (Silva & Lima, 2017).

Não se tem um conceito definido para Saúde Mental, de modo que, diferenças culturais, julgamentos subjetivos, e teorias referentes concorrentes afetam a maneira como a “saúde mental” seja conceituada. Saúde Mental é uma forma utilizada para falar do nível de qualidade de vida cognitiva ou emotiva. Ela pode abranger a capacidade de uma pessoa de

¹ Farmácias São João, Av. Getúlio Vargas, 1430 - Menino Deus, Porto Alegre, CEP: 90150-004, Rio Grande do Sul, Brasil.

² Departamento de Farmácia, Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Av. dos Portugueses, 1966 - Vila Bacanga, São Luís, CEP: 65080-805, Maranhão, Brasil.

³ Faculdade de Floriano (FAESF), R. Olemar Alves de Sousa, 401 - Rede Nova, Floriano, CEP: 64809-170, Piauí, Brasil

* Autor de correspondência: hudson19@hotmail.com

apreciar a vida e procurar um equilíbrio entre os funcionamentos e os esforços para alcançar a resiliência psicológica (Secretária de Saúde do Paraná, 2018).

O adoecimento psíquico é um dos amplos problemas enfrentados na atualidade, afetando a saúde da população e apresentando alto custo para a saúde pública. Segundo estimativas da Organização Mundial da Saúde (OMS), uma em cada quatro pessoas será comprometida por algum distúrbio mental em alguma fase da vida (Araújo, 2017).

O atendimento dessas pessoas e seus familiares é um método de atenção fundamental para o reconhecimento das necessidades assistenciais, abrandamento do sofrimento e organização de intervenções farmacológicas e não farmacológicas. Os indivíduos em episódios de crise podem ser atendidos em qualquer serviço da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), formada por diversas unidades com intenções diferentes, de maneira integral e gratuita, pela rede pública de saúde (Brasil, 2017).

Os governos Federal, Estadual e Municipal especificam as diretrizes e estratégias de execução na área de assistência à saúde mental no Brasil. Os principais atendimentos em saúde mental são realizados nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) que existem no país, na qual os usuários conseguem atendimento próximo da família com auxílio multiprofissional e cuidado conforme seu quadro de saúde. Nesses pontos também há chances de acolhimento noturno e cuidado contínuo em situações de maior dificuldade (Brasil, 2017).

O CAPS é uma organização brasileira que visa a mudança de hospitais psiquiátricos - antigos hospícios ou manicômios - e de seus métodos para cuidar de distúrbios psiquiátricos. O CAPS, instituído juntamente com os Núcleos de Assistência Psicossocial, através da Portaria SNAS N° 224 - 29 de janeiro de 1992, é um centro de saúde local que conta com população definida pelo nível local e que oferta atendimento de cuidados intermediários entre o regime ambulatorial e a internação hospitalar, com equipe multiprofissional, constituindo-se também como a porta de entrada da rede de serviços para as ações relativas à saúde mental (Almeida et al., 2008).

O farmacêutico tem responsabilidade na inserção de estratégias para promoção do uso racional de medicamentos em virtude das complicações nocivas do seu uso inadequado, bem como pelo impacto financeiro que o medicamento representa para os serviços de saúde e para a coletividade. O trabalho do farmacêutico é um elemento fundamental da qualidade da Assistência Farmacêutica que, por sua vez, tem interferência direta na eficiência dos sistemas de saúde (Brasil, 2004).

A atenção farmacêutica pertence às atividades privativas do farmacêutico no âmbito da atenção à saúde; é o contato direto do farmacêutico com o usuário, visando uma farmacoterapia racional e a obtenção de resultados definidos e mensuráveis, voltados para a melhoria da qualidade de vida. Esse trato também deve envolver as concepções dos seus sujeitos, respeitadas as suas especificidades biopsicossociais, sob a óptica da integralidade das ações de saúde (Ivama et al., 2002). Ela é recomendada pela OMS como unidade necessária na assistência à saúde e respaldadas por governos de país desenvolvidos. É classificada ainda como indispensável na relação entre paciente e os medicamentos. A atenção farmacêutica foi desenvolvida especificamente para satisfazer as necessidades dos pacientes em relação aos medicamentos. Possui âmbito extenso e está comprometida com a redução da morbidade e mortalidade quando relacionada aos medicamentos com enfoque sistemático racional e global das decisões do tratamento farmacológico (Almeida et al., 2008).

Assim, este trabalho tem como objetivo reforçar a importância da assistência farmacêutica no centro de atenção psicossocial.

MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de uma revisão bibliográfica sistemática do tipo meta-análise, utilizando uma abordagem qualitativa. Foram utilizadas as bases de dados LILACS, SCIELO, PERIÓDICOS CAPES E GOOGLE ACADÊMICO.

Utilizou-se os descritores: Saúde Mental, Serviços de Saúde Mental e Assistência farmacêutica, filtrados em título e resumo, e que tinham sido publicados no período entre 2003 a 2018.

Logo, consideraram-se elegíveis para esta revisão material variando entre artigos e trabalhos de conclusão de curso que abordasse a temática proposta.

Consideraram-se critérios de exclusão artigos científicos, monografias e dissertações, que não se alinharam à proposta desse estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante a busca foram encontrados quarenta e um trabalhos acadêmicos, incluindo artigos científicos, monografias e dissertações, sendo que dezenove não se alinharam à proposta dessa revisão, tendo sido assim excluídos. Em sua grande maioria, tratavam da atuação farmacêutica em outras áreas ou da atuação de outras áreas na saúde mental, que de alguma forma não contribuíam diretamente para a construção da presente revisão. Ao todo

foram selecionados vinte e dois trabalhos científicos, variando entre artigos e trabalhos de conclusão de curso, tendo sido essa a amostra utilizada para a coleta de dados.

Inicialmente foi feita a seleção do material a ser revisado e a partir do critério de adequar-se ou não à revisão (contemplar o conteúdo), foram selecionados os vinte e dois trabalhos que constituíram a amostra das pesquisas. Posteriormente, criou-se uma pasta com os arquivos selecionados e deu-se início a leitura sucessiva que permitiu a divisão em categorias com núcleos semelhantes a partir da revisão exaustiva da literatura.

Os CAPS propõem-se a dar assistência ao paciente com sofrimento mental, com o intuito de assegurar sua reinserção no contexto social e familiar, envolvendo não só o tratamento clínico, mas com uma percepção da circunstância que o envolve. Desta forma, destina-se um cuidado que tem como premissas a integralidade da atenção e a humanização da assistência. Nessa lógica, viabilizando a elaboração e o acompanhamento de projetos terapêuticos suscetíveis às necessidades específicas do indivíduo, torna-se fundamental a criação de métodos que propiciem a aproximação entre profissionais e pacientes (Miranda & Onocko, 2010).

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2007), os psicotrópicos, são substâncias químicas que agem sobre a função psicológica e alteram o estado mental, incluídos aí os medicamentos com ações antidepressiva, alucinógena e/ou tranquilizante. Essas substâncias atuam no sistema nervoso central acarretando diversas alterações no comportamento, humor e cognição.

Os psicofármacos são um dos meios utilizados para o tratamento em Saúde Mental, apesar disso, o seu uso só tem significado quando inserido em um contexto de vínculo e de escuta. É a partir do instante em que o usuário compreende e se responsabiliza pelo uso da medicação, que poderá se implicar um pouco diante das queixas que traz, fazendo com que isso não seja apenas uma demanda de “troca de receitas” (Andrade et al., 2014).

O crescimento do uso de psicofármacos tem sido atribuído ao aumento da frequência de diagnósticos de transtornos psiquiátricos na população, à inserção de novos psicofármacos no mercado farmacêutico e às novas indicações terapêuticas dos psicofármacos já existentes. Esse aumento vem sendo verificado nas últimas décadas em vários países ocidentais e, até mesmo, em alguns países orientais (Rodrigues et al., 2006).

Nas unidades CAPS que possuem farmácias que centralizam a distribuição de medicamentos em saúde mental ainda tem sido limitada a atuação do profissional farmacêutico (Luccheta & Mastroianni., 2012). Além dos componentes que compõem a

equipe terapêutica habitual, pode-se incluir não apenas a presença do farmacêutico como a de outros profissionais da saúde (Brasil, 2004; Nascimento et al., 2009).

Enquanto a atenção farmacêutica é um dos elementos da assistência farmacêutica, que proporciona uma aproximação da relação farmacêutico-paciente, ela tem como atributos morais a qualidade de vida do paciente. A assistência farmacêutica abrange desde a seleção dos medicamentos até a sua distribuição, tendo como um dos objetivos garantir que os medicamentos cheguem até os pacientes (Gomes, 2013.)

O farmacêutico é o último profissional de saúde em contato com o paciente psiquiátrico antes que ele administre a medicação, portanto sua contribuição para promover uma melhor qualidade de vida ao paciente é essencial (Chamero, 2004).

Além de várias modificações significativas causadas pela reforma psiquiátrica brasileira, ocorreram mudanças também na assistência farmacêutica, que é conhecida como um composto de atividades e serviços destinados a oferecer uma assistência terapêutica completa, desde a promoção e recuperação de saúde, até atividades como de pesquisa, seleção, programação, aquisição, armazenamento, distribuição, dispensação e cumprimento do uso racional de medicamentos, onde estes insumos devem estar acessíveis e serem utilizados de forma racional por se tratar de materiais fundamentais para a saúde (Brasil, 2004).

O planejamento adequado contribui para o interesse de cumprir com seu objetivo de possibilitar uma Assistência Farmacêutica nos CAPS de forma integral. Essa assistência proporcionará uma recuperação da saúde, podendo as farmácias destes centros se estabelecerem como referência na dispensação de fármacos da saúde mental (Alencar et al., 2013). O profissional farmacêutico pode estabelecer o primeiro contato com o usuário ou desempenhar uma função que conecte os pacientes com os demais profissionais da equipe de saúde mental, principalmente com o médico, e ainda participar em estratégias de adesão, atuando no cuidado à saúde mental, exercendo uma importante posição em um modelo de atenção colaborativa e participativo nos CAPS (Wang et al., 2011; Rubio-Valera et al., 2014).

Sobre a dispensação de medicamentos na saúde mental os CAPS devem servir de modelo, especialmente no que se refere à disponibilidade, dispensação e promoção do uso racional de medicamentos. Compreende-se, no entanto, que, de modo a atender as diferentes necessidades e aos objetivos da política de saúde mental e de assistência farmacêutica a Estratégia Saúde da Família também tem responsabilidades neste processo, necessitando oferecer uma equipe para a adequada assistência a esse grupo de usuários (Alencar et al., 2013.)

Embora a atuação do farmacêutico seja limitada dentro dos Centros de Atenção Psicossocial, uma boa relação com os pacientes é fundamental, pois além de melhorar a qualidade dos atendimentos é também ocorre melhoras na segurança e na efetividade da utilização dos medicamentos psicotrópicos. Essa melhora é otimizada a partir da boa aceitação dos usuários do CAPS ao profissional farmacêutico, pois isto acaba interagindo de forma positiva, fazendo com que os pacientes cheguem mais rápido à recuperação de sua saúde mental. A satisfação dos usuários só será adquirida se o farmacêutico cumprir com todas as suas funções que vão desde a dispensação até a assistência farmacêutica, refletindo assim no uso racional e correto dos medicamentos de controle especial chegando à recuperação ou pelo menos melhorando a qualidade de vida do paciente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS


- Alencar TOS, Cavalcante EAB, Alencar BR (2013). Assistência farmacêutica e saúde mental no Sistema Único de Saúde. *Revista de Ciências Farmacêuticas Básica e Aplicada*, 33(4): 489-495.
- Almeida Oliveira CP, de Freitas RM (2008). Instrumento projetivo para implantação da atenção farmacêutica aos portadores de transtornos psicossociais; atendidos pelo centro de atenção psicossocial. *SMAD Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool e Drogas (Edição em Português)*, 4(2): 01-11.
- Andrade T, Dourado M, Farias A, Castro B (2014). BRASIL. Ministério da Saúde. Reforma Psiquiátrica e política de Saúde Mental no. *Políticas de saúde mental e os efeitos da emergência da Agenda de Álcool e Outras Drogas: o caso do estado do Rio de Janeiro*, 105.
- Araújo TMD, Palma TDF, Araújo NDC (2017). Vigilância em Saúde Mental e Trabalho no Brasil: características, dificuldades e desafios. *Ciência & Saúde Coletiva*, 22: 3235-3246.
- Brasil (2017). Ministério da saúde. Política nacional de saúde mental, álcool e outras drogas.
- Brasil. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas (2004). *Saúde mental no SUS: os centros de atenção psicossocial*. Ministério da Saúde.
- Chamero MCG (2004). Pacientes psiquiátricos: la mejora de su calidad de vida a través de la atención farmacéutica. *Offarm: farmacia y sociedad*, 23(4): 104-109.
- Gomes EF (2013). Importância da assistência e da atenção farmacêutica aplicada a pacientes com transtornos mentais. *Monografia*. Vitória: Faculdade Católica Salesiana Do Espírito Santo-FCSES.
- Ivama AM, Noblat L, Castro MSD, Jaramillo NM, Rech N (2002). Consenso brasileiro de atenção farmacêutica: proposta. In *Consenso brasileiro de atenção farmacêutica: proposta*, 24p.

- Lucchetta RC, Mastroianni PDC (2012). Intervenções farmacêuticas na atenção à saúde mental: uma revisão. *Revista de Ciências Farmacêuticas Básica e Aplicada*, 33(2): 165-169.
- Miranda L, Onocko-Campos RT (2010). Análise das equipes de referência em saúde mental: uma perspectiva de gestão da clínica. *Cadernos de Saúde Pública*, 26: 1153-1162.
- Nascimento ADF, Galvanese ATC (2009). Avaliação da estrutura dos centros de atenção psicossocial do município de São Paulo, SP. *Revista de Saúde Pública*, 43: 8-15.
- Rodrigues MAP, Facchini LA, Lima MSD (2006). Modificações nos padrões de consumo de psicofármacos em localidade do Sul do Brasil. *Revista de Saúde Pública*, 40: 107-114.
- Rubio-Valera M, Chen TF, O'Reilly CL (2014). New roles for pharmacists in community mental health care: a narrative review. *International journal of environmental research and public health*, 11(10): 10967-10990.
- SAÚDE, Secretária/ Paraná (2018) (SPP/DVSAM- Saúde Mental) Definição de Saúde Mental.
- Silva SN, Lima MG (2017). Assistência Farmacêutica na Saúde Mental: um diagnóstico dos Centros de Atenção Psicossocial. *Ciência & Saúde Coletiva*, 22: 2025-2036.
- Wang I, Dopheide JA, Gregerson P (2011). Role of a Psychiatric Pharmacist in a Los Angeles “Skid-Row” safety-net clinic. *Journal of Urban Health*, 88(4): 718-723.
- World Health Organization (2007). Ministério da Saúde (BR). A report of the assessment of the mental health system in Brazil using the World Health Organization - Assessment Instrument for Mental Health Systems (WHO-AIMS).

Ética na profissão contábil: infrações e penalidades aplicadas

Recebido em: 21/04/2020

Aceito em: 01/05/2020

 10.46420/9786599064173cap4

Rafael Crisóstomo Alves^{1*}

Maithy Silva Pureza¹

INTRODUÇÃO

A palavra Ética é derivada do grego “ethos” e significa aquilo que pertence ao carácter, a qual lida com o que é moralmente certo ou errado, e abrange um conjunto de valores morais e princípios que devem ser aplicados à conduta humana na sociedade (Silva; Speroni, 1998). A Ética está relacionada com o sentimento de justiça social, que busca fundamentar as ações morais pela sua razão e idealiza o equilíbrio das pessoas, grupos e classes sociais (Barros, 2010). Neste sentido, com ótica ao campo profissional, a Ética serve como indicativo do conjunto de normas morais que trazem princípios e valores positivos dedicados diariamente no ambiente de trabalho, como a dignidade humana, segredo profissional, alto nível de produtividade e um bom relacionamento com os empregados, pois isso faz com que as atividades sejam desenvolvidas com êxito (Sá, 2009).

Destarte, inúmeras profissões contam com os Conselhos de Representação que são responsáveis em criar os códigos de ética pertencentes a cada área de atuação, esses códigos são desenvolvidos para padronizar métodos operacionais e condutas de comportamento, que compreendem a relação humana (Sá, 2009). Além disso, são mecanismos de integridade empresarial que criam princípios éticos e morais estipulados a cada profissão e oferecem as diretrizes adequadas para os funcionários desempenharem suas atividades com excelência, respeito, dignidade e honestidade, seja com seus clientes ou com os seus colegas de trabalho (Marques, 2016). Em vista disso, cabe aos Conselhos de Representação fiscalizar os profissionais durante o exercício de suas funções, pois o não cumprimento das normas, expostas no regulamento, acarretam em penalidades (Marques, 2016).

¹ Departamento de Contabilidade, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, Rod. Sul Goiana, Km 01, Zona Rural, CEP 75.909-120, Rio Verde, Goiás, Brasil.

* Autor de correspondência: rafael.alves@ifgoiano.edu.br

Nesse sentido, o Conselho Federal de Contabilidade promulgou a Resolução nº 803/96, que trata sobre o Código de Ética Profissional do Contador (CEPC), e tem como objetivo, conforme o art. 1º, “fixar a forma pela qual se devem conduzir os Profissionais da Contabilidade, quando no exercício profissional e nos assuntos relacionados à profissão e à classe” (CFC, 1996). Dessa forma, o contabilista deve seguir um conjunto de comportamentos que são impostos pelo Código, como manter sigilo profissional, atuar com dignidade, honra e competência, bem como proporcionar aos usuários informações com segurança e confiabilidade (Silva e Speroni, 1998).

Isto posto, o referido regulamento apresenta, também, em seu Capítulo V, as penalidades aplicadas aos profissionais contábeis, quando da transgressão as normas impostas pelo Código, sendo elas sancionadas segundo a gravidade da infração ética cometida, podendo ser, conforme art. 12: advertência reservada, censura reservada e censura pública. A advertência reservada, segundo Lisboa (1997), ocorre quando o profissional é advertido por alguma imprudência cometida, e é chamada sua atenção de uma forma reservada, sendo assim, ela não é publicada para que outras pessoas possam ver. Ainda para o autor, a censura reservada é um comunicado do Conselho Regional de Contabilidade ao profissional contábil infrator, alertando do cometimento da falta de ética e censurando-o reservadamente. Por fim, a censura pública é uma forma de sanção aplicada ao transgressor, que é levada ao conhecimento geral por meio de uma publicação na imprensa oficial, sendo identificado o objetivo, nome do censurado e o motivo da aplicação desta punição (Bifi, 2009).

Nesse contexto, o contador deve zelar pelos procedimentos técnicos, éticos e legais, sendo que, ocorrendo a prática de atos contrários aos mandamentos da profissão, estarão sujeitos a fiscalização, em que ficarão passíveis de punições previstas na legislação. A apuração das penalidades praticadas é feita mediante procedimento próprio, por meio de um processo, no qual é documentado o exercício da atividade irregular (Vázquez, 2017).

Diante do exposto, o estudo tem como objetivo apresentar as transgressões praticadas pelos profissionais da contabilidade registrados no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Goiás, e as sanções impostas por este órgão de classe, entre os anos de 2013 a 2016.

MATERIAL E MÉTODOS

O estudo classificou-se como bibliográfico-documental e de caráter quali-quantitativo. A população dessa pesquisa foi composta por todos os contabilistas registrados no Conselho

Regional de Contabilidade do Estado de Goiás (CRC-GO), no período de 2013 a 2016, sendo demonstradas as infrações cometidas e as penalidades aplicadas pelo Conselho nos respectivos anos. Quanto à amostra da pesquisa esta foi de caráter censitário, sendo escolhida de forma intencional e não probabilística. O período da coleta dos dados, foi de quatro anos, com intuito de averiguar a aplicação do Código de Ética, no tocante ao Capítulo V e as infrações cometidas pelos contabilistas registrados no respectivo Conselho Regional de Contabilidade.

Para tanto, as infrações foram classificadas conforme Tabela 1.

Tabela 1. Classificação das infrações

Tipos de infrações	
1	Técnico em contabilidade que se qualifica como contador
2	Retenção abusiva, danificação ou extravio de livros ou documentos contábeis
3	Apropriação indevida de valores de clientes
4	Inexecução dos serviços contábeis para os quais foi expressamente contratado
5	Deixar de apresentar prova de contratação de serviços profissionais
6	Deixar de elaborar escrituração contábil e/ou os livros de contabilidade obrigatórios
7	Profissional de Contabilidade que apresenta conduta inadequada
8	Técnico em contabilidade responsável por trabalhos de auditoria
9	Profissional de Contabilidade que firma declaração comprobatória sem base legal
10	Aviltamentos de honorários e/ou concorrência desleal
11	Adulteração ou manipulações fraudulentas na escrita ou em documentos
12	Sociedade sem registro cadastral
13	Leigo (Não conhece o assunto que está sendo tratado)
14	Responsável técnico por auditoria interna, que deixa de aplicar as NBCs

Fonte: Os autores.

Cada infração citada na Tabela 1, também foi apresentada conforme as penalidades cabíveis, aplicadas pelo CRC-GO, de acordo com o Tabela 2.

Tabela 2. Tipos de penalidades

Penalidades
Suspensões
Multas
Advertências reservadas
Censuras reservadas
Censuras públicas

Fonte: Os autores.

Por fim, os dados foram tabulados utilizando o software Microsoft Office Excel 2010, com a elaboração de tabelas para uma melhor visualização dos resultados encontrados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados relacionados neste texto foram obtidos a partir de um levantamento de arquivos enviados pela fiscalização do Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Goiás, relacionados aos anos de 2013 a 2016. Tais dados foram extraídos para tabelas, que são apresentadas a seguir.

Nos relatórios do CRC-GO, as infrações cometidas pelos profissionais foram separadas de maneira individualizada, de acordo com sua relevância, e foram tabuladas conforme Tabela 1. Dessa forma, a Tabela 3 demonstra, por ano, como foram distribuídas as infrações durante o período investigado.

Tabela 3. Total das infrações

Tipo de infração	2013	2014	2015	2016	Total
Técnico em contabilidade que se qualifica como contador	1	0	0	0	1
Retenção abusiva, danificação ou extravio de livros ou documentos contábeis	10	3	1	4	18
Apropriação indevida de valores de clientes	2	1	0	0	3
Inexecução dos serviços contábeis para os quais foi expressamente contratado	2	12	2	13	29
Deixar de apresentar prova de contratação de serviços profissionais	1	15	3	1	20
Deixar de elaborar escrituração contábil e/ou os livros de contabilidade obrigatórios	0	24	3	3	30
Profissional de Contabilidade que apresenta conduta inadequada	2	1	1	0	4
Técnico em contabilidade responsável por trabalhos de auditoria	1	0	0	0	1
Profissional de Contabilidade que firma declaração comprobatória sem base legal	43	207	55	21	326
Aviltamentos de honorários e/ou concorrência desleal	0	1	0	4	5
Adulteração ou manipulações fraudulentas na escrita ou em documentos	0	1	0	2	3
Sociedade sem registro cadastral	0	16	386	296	698
Leigo (Não conhece o assunto que está sendo tratado)	0	3	2	3	8
Responsável técnico por auditoria interna, que deixa de aplicar as NBCs	0	0	1	0	1
Total de Infrações	62	284	454	347	1.147

Fonte: Dados da pesquisa.

A partir dos dados disponibilizados pelo Órgão de Classe, não foi possível verificar se as infrações éticas cometidas ocorreram com maior frequência entre os profissionais técnicos e/ou bacharéis, pelo fato de os processos instaurados no Conselho Regional de

Contabilidade, do Estado de Goiás, serem de caráter sigiloso, não sendo divulgados os nomes e a formação dos profissionais envolvidos.

De acordo com a tabela apresentada, é possível identificar que, a infração que teve maior relevância foi “Sociedade sem registro cadastral”, composta por 698 transgressões, o que representa 61% do total de infrações. O resultado indica que estas organizações estão sendo constituídas sem formalidade de registro do contrato social na junta comercial e demais órgãos constitutivos. Observa-se, também, que a transgressão “Profissional de contabilidade que emite declaração sem base legal” fora a segunda mais cometida, com um total de 326 ações, um percentual de 28%, atitude essa que demonstra falta de zelo e cuidado pelo “nome profissional”, uma vez que esse fato pode denegrir a imagem do contabilista junto à classe e à sociedade.

Além dessas, outras transgressões merecem atenção, apesar do número ser considerado pequeno em relação às supracitadas: “Deixar de elaborar escrituração contábil e/ou os livros de contabilidade obrigatórios” (3%); “Inexecução dos serviços contábeis para os quais foi expressamente contratado” (3%); e “Deixar de apresentar prova de contratação de serviços profissionais” (2%).

No tocante ao aspecto histórico, observa-se uma piora na quantidade de infrações cometidas pelos profissionais, visto que no ano de 2013 foram praticadas apenas 62 transgressões, ou seja, 5% do total identificado no período, já em 2016 o valor passa para 347 intercorrências, um crescimento de 460% em relação ao primeiro ano de investigação. Esses números podem levar a duas interpretações: primeira, maior atuação do Conselho, intervindo e registrando todos os atos praticados pelos profissionais; ou, segunda, maior descuido dos contabilistas para com o Código de Ética.

Com o intuito de apresentar outra forma de visualização dos resultados, as infrações foram classificadas em atos de imperícia, imprudência ou negligência (Calegari, 2010). Para a consecução desta etapa foram considerados neste trabalho os seguintes aspectos, relacionados as infrações: a) Imperícia: para o ato do profissional que não é habilitado ou que não possui competência suficiente para exercer a profissão; b) Imprudência: para o profissional, que embora tenha uma habilitação adequada para exercer a profissão, não considera as consequências que seus atos podem causar; e c) Negligência: é na situação em que o profissional sabe da implicação de suas ações, mas mesmo assim as praticam, sendo caracterizado, na maioria das vezes, como crime (Calegari, 2010).

Diante o exposto, tem-se a Tabela 4 com os resultados obtidos.

Tabela 4. Imperícia, Imprudência e Negligência

Classificação da Infração	Tipo de Infração	Quant.	Total por Causa
Imperícia	Técnico em contabilidade que se qualifica como Contador	1	64 (6%)
	Leigo (Não conhece o assunto que está sendo tratado)	8	
	Profissional de Contabilidade que apresenta conduta inadequada	4	
	Técnico em contabilidade responsável pelos trabalhos de auditoria	1	
	Responsável técnico por auditoria interna, que deixa de aplicar as NBCs	1	
	Inexecução dos serviços contábeis para os quais foi expressamente contratado	29	
	Deixar de apresentar prova de contratação de serviços profissionais	20	
Imprudência	Retenção abusiva, danificação ou extravio de livros ou documentos contábeis	18	56 (5%)
	Apropriação indevida de valores de clientes	3	
	Deixar de elaborar escrituração contábil e/ou livros de contabilidade obrigatórios	30	
	Aviltamentos de honorários e/ou concorrência desleal	5	
Negligência	Adulteração ou manipulações fraudulentas na escrita ou em documentos	3	1.027 (89%)
	Profissional de Contabilidade que firma declaração comprobatória sem base legal	326	
	Sociedade sem Registro Cadastral	698	

Fonte: Dados da pesquisa.

Com relação à Tabela 4, identifica-se que o maior índice de infrações cometidas foi do tipo “Negligência”, totalizando 1.027 infrações, com um percentual de 89%, a partir do qual é possível inferir que os contabilistas adotaram atitudes que, sabiam as consequências que lhes implicariam, não sendo a conduta esperada por estes profissionais, uma vez que deveriam prezar por seu “nome” e carreira. Em seguida, se tem os atos de “Imperícia”, com 6% ou 64 infrações, o que demonstra falta de técnica/conhecimento necessários para realização de certas atividades, bem como a inobservância de determinadas obrigações, sendo destacada, nessa esfera, a infração: “Inexecução dos serviços contábeis para os quais foi expressamente contratado”, com 45% do total devido nesta classificação, o que ratifica o exposto anteriormente. Por fim, destacam-se os atos de “Imprudência”, com 5% ou 56 infrações, os quais apontam que o contabilista se ausenta de cautela, atenção e cuidado ao exercer sua função, sendo a transgressão: “Deixar de elaborar escrituração contábil e/ou

livros de contabilidade obrigatórios” a que fora mais praticada, com 54% do total de atos cometidos nessa classificação, demonstrando que alguns profissionais não executam nem o básico da atividade contábil, que é a elaboração dos livros obrigatórios.

Destarte, a partir das transgressões cometidas pelos profissionais, foram levantadas as penalidades aplicadas aos contabilistas registrados no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Goiás (CRC-GO), conforme Tabela 5.

Tabela 5. Quantidade de punições aplicadas pelo CRC-GO.

Penalidades	2013	2014	2015	2016	Total
Suspensões	02	16	06	13	37
Multas	59	168	126	121	474
Advertências reservadas	63	144	103	117	427
Censuras reservadas	04	50	33	21	108
Censuras públicas	00	00	00	00	00
Total de penalidades aplicadas	128	378	268	272	1.046

Fonte: Dados da pesquisa.

A partir da Tabela 5, nota-se que no período de 2013 a 2016 foram aplicadas 1.046 penalidades aos profissionais da área contábil, sendo que as “Multas” foram a de maior representatividade, com 45% do total de punições empregadas, seguida das “Advertências reservadas” com 37%. É válido destacar que o CRC-GO não aplicou censuras públicas, no período investigado, a quaisquer dos contabilistas registrados no Conselho. No que se refere ao item “Suspensões”, foram decretadas pelo Órgão, apenas 4%, ou seja, 37 suspensões, sendo elas de caráter temporário ou definitivo. Segundo a Resolução do CFC nº 1.494, de 20 de novembro de 2015, a suspensão temporária se dá pela inabilitação para o exercício da atividade profissional durante determinado tempo, já a suspensão definitiva é o processo de Cassação do registro do contabilista, em que há a perda permanente do direito de exercer a profissão, sendo que ambas passam por julgamento nas Câmaras Regionais e Superior. Outro ponto de atenção se dá a partir da análise entre o número de infrações cometidas com as penalidades aplicadas, é possível verificar que há uma diferença entre os totais, a qual se dá devido a revogações e arquivamentos de determinadas sanções impostas pelo Conselho Regional, julgadas pelo Conselho Federal.

No decorrer do estudo, fora observada uma limitação que merece atenção: os dados coletados foram tabulados a partir de arquivos pré-preenchidos pelo coordenador da fiscalização do Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Goiás, sendo que a autora não acompanhou o seu preenchimento, uma vez que os documentos são confidenciais e

sigilos. Dessa forma, houve confiança na informação repassada pelo profissional responsável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Ética significa aquilo que pertence ao carácter, que lida com o que é moralmente certo ou errado, além de abranger um conjunto de valores morais e princípios que devem ser aplicados à conduta humana na sociedade. A Ética busca fundamentar as ações morais pela sua razão e idealiza o equilíbrio das pessoas, classes e grupos sociais (Barros, 2010).

Inúmeras profissões contam com Conselhos de Representação que são responsáveis em criar os códigos de ética pertencentes a cada área de atuação, esses códigos são desenvolvidos para padronizar os métodos operacionais e condutas de comportamento que condiz a relação humana (Sá, 2009). Além de servir como mecanismos para a integridade empresarial, que criam princípios éticos e morais que oferecem as diretrizes adequadas para os funcionários desempenharem suas atividades com excelência, respeito, dignidade, honestidade, sejam eles com seus clientes ou com colegas de trabalho.

Observa-se que a sociedade está, cada vez mais, exigindo, tanto dos indivíduos quanto das organizações, maior preocupação e atenção com os aspectos éticos, pois existem pessoas que não se importam com esses elementos, e se preocupam em apenas conquistar algo para seu próprio benefício. Dessa forma, a Ética busca equilibrar os interesses individuais com aqueles da coletividade, priorizando os valores, crenças e condutas de um todo (Borges; Medeiros, 2007).

Isso posto, o objetivo desse estudo fora apresentar as transgressões praticadas pelos profissionais da contabilidade registrados no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Goiás, e as sanções impostas por este Órgão de classe, entre os anos de 2013 a 2016. Dentre os principais resultados têm-se: a) foram identificadas 1.147 transgressões, sendo: 62 em 2013; 284 em 2014; 454 em 2015 e 347 em 2016; b) as infrações que se destacaram, dentre as identificadas, foram: “Sociedade sem registro cadastral”, com 698 transgressões, o que representa 61% do total; e “Profissional de contabilidade que emite declaração sem base legal” com 326 ações, um percentual de 28%; c) no tocante ao aspecto histórico, observou-se uma piora na quantidade de infrações cometidas pelos profissionais, visto que no ano de 2013 foram praticadas apenas 62 transgressões, ou seja, 5% do total identificado no período, já em 2016 o valor passou para 347 intercorrências, um crescimento de 460% em relação ao primeiro ano de investigação; e d) as faltas cometidas pelos profissionais foram classificadas

entre imperícia, imprudência e negligência. O maior índice fora de atos de “Negligência”, totalizando 1.027 infrações, com um percentual de 89%.

Os resultados apresentados no estudo, em especial ao aspecto de evolução das infrações cometidas, podem levar a duas interpretações: primeira, maior atuação do Conselho, intervindo e registrando todos os atos praticados pelos profissionais; ou, segunda, maior descuido dos contabilistas para com o Código de Ética.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS


- Barros MRF (2010). A ética no exercício da profissão contábil. Monografia de Conclusão de Curso apresentada ao Instituto de Ciências Econômicas e Gerenciais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 52p.
- Bifi CR (2009). *Penalidades aplicadas aos Contabilistas infratores reincidentes ao Código de Ética do Contabilista do Estado de São Paulo: um estudo no período de 2004 a 2008*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis e Atuariais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 181p.
- Borges E, Medeiros C (2007). Comprometimento e ética profissional: um estudo de suas relações juntos aos contabilistas. *Revista Contabilidade & Finanças*, 18(44): 60-71.
- Calegari JM (2010). *Profissionais da Contabilidade: Infrações éticas cometidas, punições aplicadas e percepções acerca da importância do ensino de disciplina sobre ética e legislação profissional*. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 30p.
- CFC - Conselho Federal de Contabilidade. (1996). Resolução CFC nº 803/96. Aprova o código de ética profissional do contabilista - CEPC. Diário Oficial da União, Brasília.
- CFC - Conselho Federal de Contabilidade. (2015). Resolução CFC nº 1.494/15. Dispõe sobre o Registro Profissional dos Contadores. Diário Oficial da União, Brasília.
- Lisboa LP (1997). *Ética Geral e Profissional em Contabilidade*. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 176p.
- Marques TMC (2016). Mecanismo único de supervisão: uma análise retrospectiva e prospectiva da sua implementação. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Ciências Jurídico-Políticas/Menção em Direito Administrativo da Universidade de Coimbra, 146p.
- Sá AL (2009). *Ética profissional*. 9ª ed., São Paulo: Atlas, 328p.
- Silva TMda, Speroni V (1998). Os princípios éticos e a ética profissional. *Revista Brasileira de Contabilidade*, 27(113): 77-79.
- Vázquez AS (2017). *Ética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 304p.

Voz e vez: fala e representação dos trabalhadores na imprensa sindical paranaense

Recebido em: 25/04/2020

Alexsandro Teixeira Ribeiro^{1*}

Aceito em: 30/04/2020

 10.46420/9786599064173cap5

INTRODUÇÃO

Com mais de um século e meio de história, a luta sindical brasileira passou por diversas fases de atuação e representação: do anarcossindicalismo, influenciado por ideais de imigrantes europeus, passando por um sindicalismo partidário, sob atuação dos partidos e movimentos socialistas, e depois, como imprensa de resistência no Estado Novo e na Ditadura Militar (Ferreira, 1988). Na década de 1990 até o início do século XXI o movimento sindical sofre um abalo com as políticas neoliberais. Nesta época, inicia-se a abertura de mercado para o capital estrangeiro, venda e privatização de empresas e bens públicos de setores sociais estratégicos, como o de telecomunicações, de energia, além de flexibilização dos direitos trabalhistas.

A publicação de jornais pelas entidades sindicais é prática que remonta ao início do movimento operário brasileiro. Outrora construído sobre o tripé – produzido pelo operário, sobre temas do operário e para o operário (Ferreira, 1988), atualmente, a comunicação dos trabalhadores tem sido produzida por e sob o auxílio de profissionais da comunicação, dentre os quais os jornalistas. Dentre inúmeros materiais de divulgação e comunicação das ações sindicais, mesmo com o advento da internet e de meios de comunicação virtuais, o jornal é o mais conhecido, sendo que os temas que comportam são comumente relacionados às questões das categorias profissionais representadas pela entidade, como aumento salarial, anuênio, aposentadoria. “Enfim, seus direitos. O jornal do sindicato existe para falar sobre estes temas. Através deles abordar assuntos da política global e fazer a disputa ideológica” (Santiago; Giannotti, 1997).

Apesar disso, o jornal de sindicato não necessariamente trata apenas de questões salariais ou trabalhistas, podendo também abordar temas culturais, de educação, saúde, meio

¹ Doutorando em sociologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), mestre em jornalismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), bacharel em jornalismo pelo Centro Universitário Uninter.

* Autor de correspondência: alexsandrotibeiro@gmail.com

ambiente e sobre conjuntura política, no entanto, “com uma definição de classe clara e não escondida. Todos esses assuntos devem ser tratados sob a ótica dos interesses dos trabalhadores, que são seu público leitor” (Santiago; Giannotti, 1997). Portanto, o jornal dentro das entidades sindicais desempenha um papel de instrumento de posicionamento político que versa a visão de mundo defendida pela categoria.

Oras, desta forma, são assim os interesses dos trabalhadores, predominante não apenas nas definições dos conteúdos pautados pela imprensa, mas fundamentalmente nas opções de recortes de visões, de posições e de lado: o dos trabalhadores. Sob esses apontamentos e aspectos, a problemática que norteia este artigo é o da representatividade dos trabalhadores nas páginas dos jornais sindicais. Se este é não apenas o público, como um consumidor passivo, mas sim o foco das manifestações e, portanto, o dono da voz, de qual a representatividade deste trabalhador nos jornais sindicais? Para se observar tal problemática foi definido como corpus de análise jornais de seis entidades de representação dos trabalhadores de diferentes setores produtivos de Curitiba, publicados entre os anos 2013 e 2014.

JORNALISMO SINDICAL: UMA LÓGICA DE REPRESENTAÇÃO DOS TRABALHADORES

A imprensa dos trabalhadores está presente no movimento operário ao longo das mutações identitárias assumidas no país, partindo de um sindicalismo anarquista, influenciado pelos ideais dos imigrantes, passando por uma atuação partidária, no início do século XX, pela cooptação do Estado e pela ditadura militar, desembocando, às prévias da redemocratização brasileira, em um processo de profissionalização e abertura paulatina de espaço para atuação dos profissionais e jornalismo (Ferreira, 1988; Araújo, 2009). Ou seja, o jornal, a imprensa e comunicação sindical, dentre as várias nomenclaturas e concepções, sofreram e sofrem ao longo da existência das entidades sindicais influências das trajetórias dos sindicatos. E isso se dá desde a origem do sindicato no Brasil, uma vez que a imprensa e comunicação nos sindicatos são tão antigos quanto às entidades. O jornal sindical como um instrumento das entidades na defesa pelos interesses dos trabalhadores é uma das expressões mais emblemáticas do cenário sindical trabalhista brasileiro.

Na imprensa sindical antes da década de 1970 não havia a figura do repórter enquanto profissional da notícia. A notícia procurava o jornal, ao invés de o jornal procurar a notícia. Para Ferreira (1995), era “uma autêntica forma de comunicação participativa, verdadeira integração entre o emissor e o receptor, entre o jornal e o leitor”. Assim, todo proletário era um repórter em potencial, captando a notícia nos espaços laborais e levando

para as redações dos sindicatos um material composto de “relatórios dos sindicatos, cartas pessoais, denúncias etc.” (Ferreira, 1995). Durante a redemocratização do Brasil, a imprensa sindical, segundo Araújo, se firmaria num processo de profissionalização e modernização constante, que se estende até os dias atuais (Araújo, 2009). Para Ferreira, a partir da redemocratização do País, se inicia uma terceira etapa da imprensa operária, com a reorganização dos trabalhadores e das entidades sindicais após o “desbaratamento sofrido pela sociedade civil no pós 64”. Seria a etapa que, segundo a pesquisadora, o movimento sindical vive atualmente, cuja imprensa corresponderia a uma “imprensa sindical propriamente dita” (Ferreira, 1995).

As grandes greves desencadeadas entre 1978 e 1980 mostraram a vitalidade de uma “nova geração da classe trabalhadora e o aparecimento de uma nova liderança sindical” (Araújo; Cardoso, 1992). Ou seja, com o advento do novo sindicalismo o movimento sindical recupera o caráter aglutinador e de ampliação da classe trabalhadora e a partir desse movimento pode-se extrair um das experiências mais relevantes de construção da democracia no Brasil, responsável pelo fortalecimento de estruturas representativas com capacidade de interferir nos processos decisórios mais amplos da sociedade. É nesse contexto que os jornais sindicais retomam o papel de agitação política, instrumento de mobilização e de conscientização. Aqui começamos a perceber o nascimento de um forte nicho do jornalismo, marcadamente engajado (Martins, 2001). Araújo e Cardoso defendem que a recuperação da resistência pós década de 1980 é reflexo da força sindical de outros tempos e pontuam a influência da imprensa sindical como cumpridora de um fundamental papel no processo de renovação do movimento sindical e da própria imprensa dos trabalhadores (Araújo; Cardoso, 1992).

Uma das características mais presentes nas abordagens teóricas que se aproximam da comunicação sindical, da imprensa sindical e do jornalismo sindical é o papel dos jornais sindicais como instrumento contra-hegemônico, como um contraponto aos veículos de comunicação de massa, pois, “se a opinião está cada vez mais bombardeada com informações que chegam de todos os lados, a opinião das bases também pode sofrer interferências a partir de comunicação sindical” (Lança, 2013). Ou seja, na medida em que a imprensa sindical busca dialogar com os trabalhadores, ela também se propõe a comunicar à sociedade, a disputar com os meios de comunicação de massa esse espaço de influência na esfera pública. Na condição de ator político, os sindicatos buscam apoio na sociedade para defesa de suas causas levando suas reivindicações e manifestações para a esfera pública, que é uma “importante fonte para reconhecer as demandas que, de outra forma, ficariam restritas e

impossibilitadas de ascender como temas públicos” (Francisquini, 2008). Na revisão da literatura sobre as abordagens da imprensa sindical, há uma predominância na interpretação instrumentalista dos meios de comunicação e jornalismo sindical, sendo apontado por alguns autores como “instrumento de luta e resistência, com potencial para ser a voz e a vez de uma classe desprovida de direitos sociais (Lahni; Fuser, 2004). Assim, “a comunicação sindical tem o objetivo de informar e veicular a política do sindicato. Mas isso é só uma etapa. O objetivo último é concreto: convencer e levar à ação” (Santiago; Giannotti, 1997).

A comunicação sindical atua junto ao direito à comunicação, portanto, possibilitando a participação política dos trabalhadores. Desta feita, cabe à comunicação sindical ressaltar o caráter contra-hegemônico de suas pautas e do seu modelo, caso contrário, para Ferreira, ao “reproduzir o modelo hegemônico da mídia massiva, contribuem para bloquear o direito à comunicação destes sujeitos” (2011). E a eficiência dessa comunicação se dá mais efetivamente na medida em que busca a presença significativa ante a sua base de atuação, diminuindo a periodicidade sem mudanças repentinas e temas e discursos que tenham relações com os trabalhadores “principalmente, no que tange à dimensão de seus múltiplos papéis sociais, numa era marcada por numerosas e distintas identidades que convivem num mesmo sujeito” (Ferreira, 2011).

Reforça ainda Rodrigues Netto (2013) que o jornalismo sindical é um jornalismo especializado, com um público-alvo específico, com interesses homogêneos, voltado não à busca de notícias gerais, de interesse público de forma geral, mas que esteja relacionado à sua esfera de vivência e atuação profissional. Desta forma, “situar o jornalismo sindical dentro do contexto de um jornalismo especializado é condição prévia para que o sindicato consiga manter uma comunicação que consiga mobilizar os trabalhadores de sua base levando-os à ação”.

A FORMA DE OBSERVAR O FENÔMENO

A perspectiva teórica jornalística adotada nas análises da presente pesquisa é a lançada por Groth, acerca do jornalismo enquanto obra cultural, entendendo cultura como “o conjunto das criações mentais humanas que cresce e muda continuamente. Assim, a ciência dos jornais é a ciência das obras culturais, é uma ‘ciência da cultura’” (Groth, 2011). Para Groth, o homem estabelece valores com determinadas finalidades, ou seja, o pensar e agir humano corresponde à busca de determinados fins. Da mesma forma são suas obras culturais, construídas “por eles com um sentido, de tal maneira que a obra seja de fato apenas

considerada como apropriada para satisfazer as suas necessidades corporais e intelectuais” (Groth, 2011).

Assim, em tese, pode-se adotar a perspectiva na análise jornalística das ações sociais envolvidas no empreendimento cultural cujo objetivo é atender uma certa interação ou orientação, tendo em vista o jornalismo enquanto um modelador da mente do homem, determinando a direção do pensamento e do “querer de amplas camadas sociais”, com uma influência “que se espalha por todas as áreas da vida” (Groth, 2011). Sob a perspectiva do jornalismo enquanto obra cultural, propõe-se buscar uma metodologia que auxilie na análise e interpretação das características do jornalismo sindical. Isso, obviamente, tendo em vista o que afirma Groth quanto ao método da Ciência dos Jornais, sobre uma metodologia que contemple o objeto sem buscar aquilo que não lhe seja concernente à sua essência. A postura metodológica adotada na pesquisa parte do pressuposto de que busca-se contemplar aquilo que está no produto, nas manifestações da periodicidade do jornalismo que foca na singularidade do trabalho. Busca-se, portanto, o jornalismo nas páginas dos jornais da imprensa sindical e não outras manifestações de outros campos do conhecimento.

Como o foco é observar a forma de aparição das fontes de informação com foco em identificar a representatividade da classe dos trabalhadores, procurou-se colocar como evidência o conteúdo da obra jornalística. Ou seja, usamos um método de coleta e de análise que problematiza o conteúdo a partir de categorizações e da identificação recorrente de determinadas categorias. Desta forma, a análise se apropria do cabedal preconizado por (Bardin, 2011) em análise de conteúdo. De posse de tais ferramentas, foram analisadas as publicações de seis entidades sindicais de representação dos trabalhadores dos mais variados setores de atuação profissional veiculadas entre janeiro de 2013 e dezembro de 2014. Como parâmetros de definição do corpus de análise, em primeiro lugar, foram definidas entidades cujas publicações a serem analisadas fossem de responsabilidade técnica de profissionais de jornalismo. Uma vez que uma das preocupações da pesquisa é ressaltar o campo do jornalismo, é fundamental ter como determinante a participação e atuação profissional de jornalistas diplomados.

Na procura de um modelo de análise das publicações, devem “ser levados em conta no momento da escolha: a abrangência que se quer observar em determinado meio, o momento histórico a ser analisado, o nível de profundidade de um determinado assunto” (Silva e Pontes, 2012). Em síntese, as entidades foram definidas dentre um universo de sindicatos de trabalhadores com abrangência paranaense, com publicações impressas periódicas sob responsabilidade e produção por jornalistas profissionais. As entidades

definidas, bem como os títulos de suas publicações, são: jornal 30 de agosto, do Sindicato dos trabalhadores em educação pública do Paraná (APP Sindicato); Folha Bancária, do Sindicato dos Bancários de Curitiba e Região; A Voz do Metalúrgico, do Sindicato dos Metalúrgicos de Curitiba e Região; Extra-Pauta, do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Paraná (Sindijor); Pressão Alta, do Sindicato dos Servidores da Saúde do Paraná (Sindisaúde) e Jornal do Sismuc, do Sindicato dos Servidores Municipais de Curitiba.

Se a proposta metodológica e a problemática da pesquisa anuncia a busca por um padrão que se repita nas manifestações e indique características que vão além das plataformas, foram focados métodos que possibilitam ver esses padrões/repetições tanto em questões quantitativas, quanto na identificação de nuances e relações qualitativas das frequências. Para tanto, recorreu-se a um ferramental que possibilitou quantificar e qualificar o conteúdo veiculado pelos jornais sindicais. Para observar quem fala no jornal, foram definidas as subcategorias da categoria “fontes”, sendo elas:

- **Sindicato:** contabiliza como fontes a autorreferência da entidade no texto;
- **Direção do sindicato:** todo o corpo diretivo do sindicato, como cargos de presidência, conselho fiscal;
- **Políticos:** aparição de membros do poder executivo e legislativo;
- **Judiciário:** membros do poder judiciário;
- **Centrais Sindicais:** indicação de membros ou da instituição;
- **Movimentos sociais:** referências às centrais;
- **Trabalhadores:** integrantes da classe dos trabalhadores;
- **Assessoria:** aparições das assessorias técnicas das entidades, como assessoria jurídica, de imprensa, econômica etc.

Ao idealizar a categoria anterior – “fontes” –, em que se identificaria o ator da aparição, tornou-se evidente a necessidade de identificar a forma de aparição dos atores no texto. Afinal, não é comparável quantitativamente uma fonte que é chamada a falar diretamente no texto por outra que é mencionada. Carece aqui, portanto, de um elemento qualificador de *status* da fonte. Para tanto, junto às fontes e suas subcategorias, foram qualificados como voz direta, voz indireta, menção:

- **Voz direta:** aparição de fontes com direito a voz com ação direta no texto, com falas entre aspas;
- **Voz Indireta:** aparição de fontes com voz mencionada ou com ação de voz anunciada no texto, no entanto, sem falas entre aspas;

- **Menção:** indicação do nome ou cargo na narrativa textual.

Mesmo com o caráter do *status* agregado às subcategorias da categoria “fontes”, foi ainda adicionado outro elemento qualitativo às subcategorias, relativas a interpretação da forma como é inserida no texto, ou seja, se a fonte e sua aparição é, junto à narrativa, interpretada como positiva, negativa e neutra.

VOZES SILENCIADAS: A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA FONTE NOS JORNAIS SINDICAIS

Na retomada da literatura sobre a imprensa e jornalismo sindical, uma característica evidente e cara ao veículo como arena de luta é a representação e abertura de espaço para a expressão dos trabalhadores, público-alvo das publicações das entidades sindicais. Desta forma, a contabilização e qualificação das aparições de falas podem apontar quem são os falantes na imprensa sindical, ou seja, quem é qualificado pela entidade e pelo jornalismo sindical a determinar as orientações ou subsidiar os trabalhadores leitores do jornal do sindicato nas análises acerca das temáticas abordadas pela entidade em suas publicações. Para tanto, chegou-se a necessidade de se olhar para quem são os atores que se apresentam ou que são apresentados nas páginas dos jornais sindicais.

Na leitura das 108 edições dos jornais sindicais escolhidos, procuramos mapear e identificar todas as fontes citadas e que tiveram vozes nos jornais seguindo as marcações definidas na idealização da metodologia: Sindicato, Direção do Sindicato, Políticos, Judiciário, Centrais Sindicais, Movimentos sociais e demais sindicatos, Empresa, Governo, Trabalhadores e Assessoria.

Junto às aparições, foram vinculadas as características de forma de inclusão das fontes, ou seja, se elas foram citadas ou mencionadas nos textos ou se tiveram ação dentro das narrativas; indiretas, quando suas falas são citadas dentro da narrativa jornalística; ou diretas, quando suas falas são reproduzidas integralmente nos textos entre aspas. Sabe-se, assim, quem são chamados a falar e quem são mencionados. Tais qualificações agregadas às inclusões nos textos permitem analisar de que forma as fontes são inseridas nas publicações, se apenas indicadas ou se desempenham um papel fundamental na formação da opinião na imprensa sindical, com a reprodução integral de suas falas, orientações e ideologias nas páginas dos jornais sindicais.

Na averiguação das indicações por citação (Figura 1), quantitativamente, os sindicatos estão na linha de frente das aparições de fonte, com 25%. Em seguida, estão as empresas, com cerca de 16% das inserções, seguida de movimentos sociais com 11% e

governo e direção do sindicato, ambos com 10%. Os percentuais foram calculados tendo como base um universo de 2.093 inserções de fontes citadas, dentre as quais classificam numericamente como: 24 assessoria; 114 centrais sindicais; 85 demais; 129 direção do sindicato; 364 empresas; 329 governo; 98 judiciário; 155 movimentos sociais; 183 políticos; 421 sindicato e 191 trabalhadores.

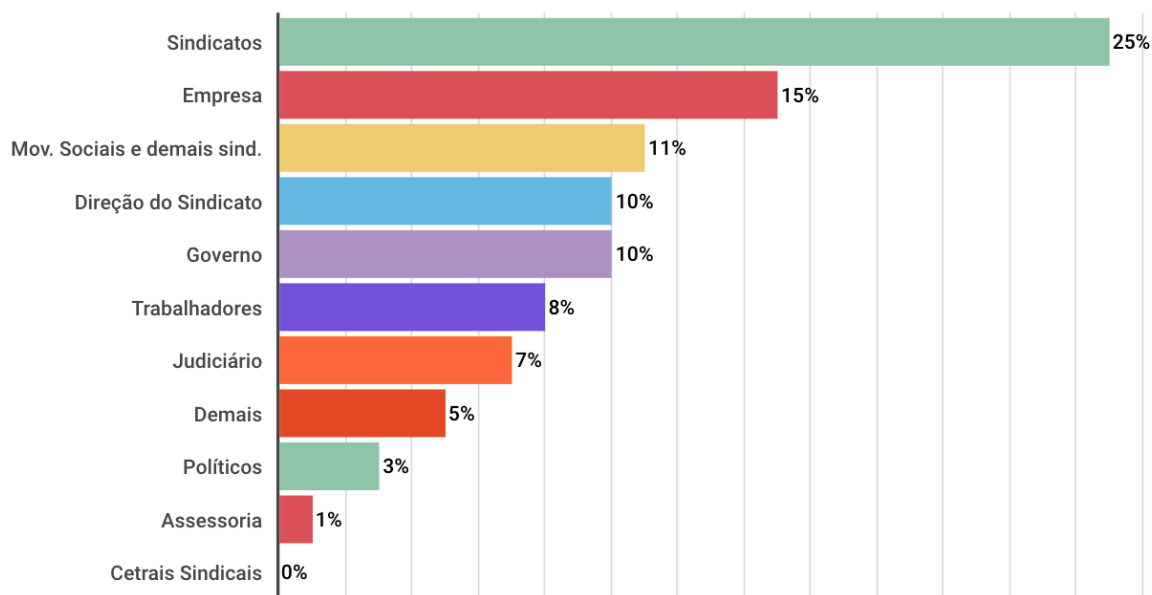


Figura 1. Recorte da análise dos seis jornais por fonte (Citação - 2013/2014). Fonte: Autor, 2015.

Na somatória das citações (Figura 1), percebe-se uma predominância da entidade como citada. No entanto, são as empresas que aparecem em segundo lugar nas citações. A aparição é superior ao da diretoria da entidade. Se somado ao governo, que se comporta como empregador para as categorias de três das seis entidades – Sismuc, APP Sindicato e Sindaúde – e parcialmente para categoria bancária – Sindicato dos Bancários –, os empregadores assumem a liderança nas citações ante a diretoria da entidade em mais do dobro das citações. A participação do patronato nos jornais, no entanto, é restrita às citações, ou seja, são apenas mencionados no texto como o lado oposto da luta sindical. Em A Voz do Metalúrgico, devido ao grande número de empresas de automação, montadoras, que participam de negociações específicas com o Sindicato dos Metalúrgicos, há grande citação das empresas na amostragem sendo a principal fonte citada. Obviamente isso não se repete nas demais formas de aparição nos jornais da entidade. No entanto, é na qualificação e na contagem e análise dos demais tipos de aparições que se apresenta um quadro geral e mais amplo das falas.

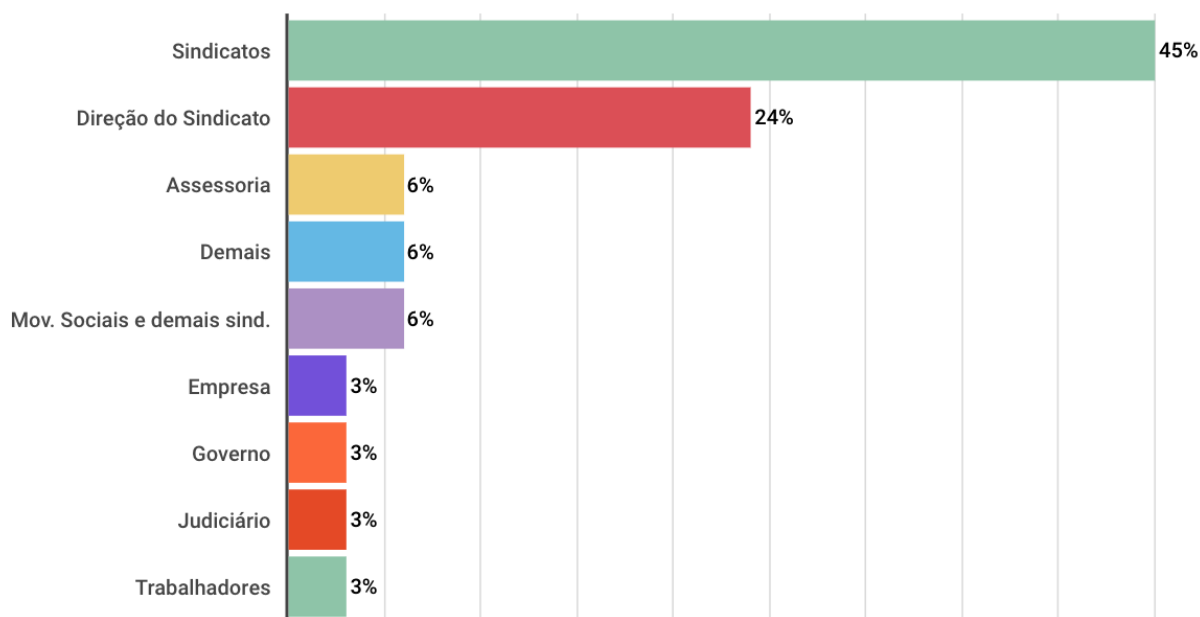


Figura 2. Recorte da análise de todas edições por aparição por fonte (Indireta 2013/2014).
Fonte: Autor, 2015

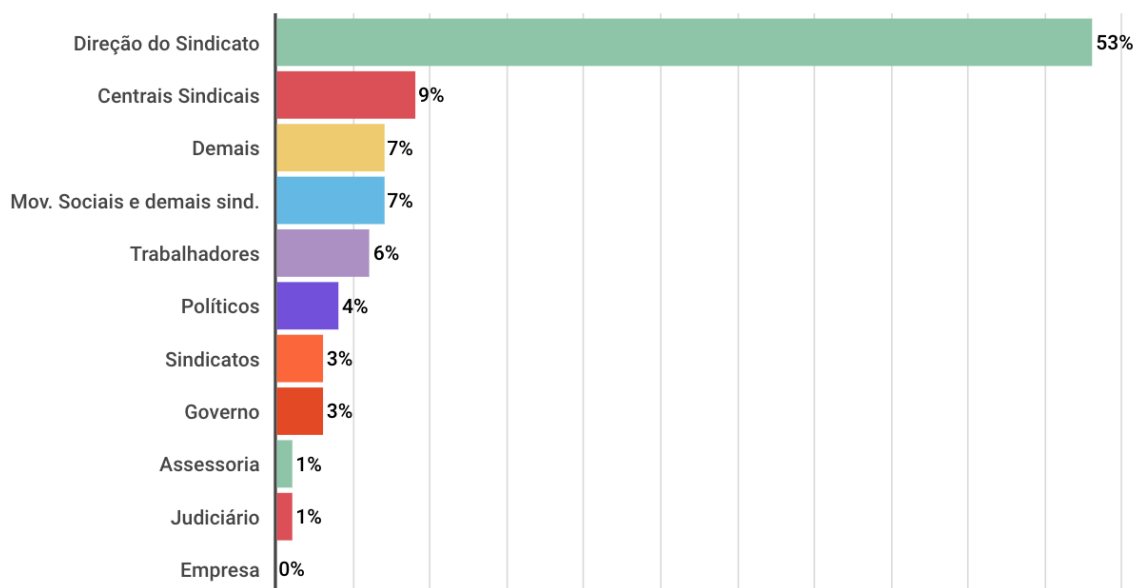


Figura 3. Recorte da análise dos seis jornais por aparição por fonte (Direta, período 2013/2014). Fonte: Autor, 2015.

Ressalta-se que as empresas não aparecem como predominantes nas demais formas de inserção no texto. Ou seja, não é patente nas páginas do jornal do Sindicato dos Metalúrgicos o direito ao contraditório, à participação da empresa na defesa por conta própria de seu posicionamento, com a inserção da fala, tanto de forma direta quanto indireta. Esse aspecto da imprensa apresentar os fatos segundo o ponto de vista e ideologia da

entidade e dos trabalhadores consta na pesquisa da pesquisa, apontada por vários autores que se debruçaram sobre a imprensa sindical (Lahni; Fuser, 2004; Giannotti; Santiago, 1997; Franzin, 2007; Ferreira, 1988; Ferreira, 1995; Verdelho, 1986; Momesso, 1997; Vieira, 1996).

Por outro lado, supõe-se que o jornalismo sindical, ao apresentar as informações sob a ótica dos trabalhadores, contemple as falas e posicionamentos dos integrantes da classe trabalhadora e da categoria representada pela entidade sindical. Para identificar tal participação de vozes da imprensa dos sindicatos analisados, partiu-se para as indicações ativas, que seriam as diretas e indiretas. O primeiro lugar isolado nas aparições ativas indiretas (Figura 2), ou seja, 109 naquelas indicações de vozes apontadas no texto sem as aspas, é da própria entidade sindical, com 45% das aparições indiretas. Isso se dá pela aparição da instituição como nas ações informativas apontadas em boa parte das notícias, como detentora de opinião, como instituição, e responsável pela aglutinação da categoria e realização de diversos eventos e mobilizações. A aparição torna-se mais evidente em jornais com menor pluralidade de fontes, em que os textos apresentam a narrativa como integrante da própria entidade. O percentual foi calculado tendo com base 295 inserções indiretas de fontes, das quais, individualmente, contabilizam-se: 12 de assessoria; 13 centrais sindicais; 10 demais; 38 direção do sindicato; 12 empresa; 26 governo; 16 judiciário; 16 movimentos sociais; 17 políticos; 107 sindicatos e 28 trabalhadores.

O quadro de redução de fala da diretoria é revertido nas citações diretas (Figura 3) no quadro geral, ou seja, de todas as publicações dos sindicatos. No levantamento das indicações de falas diretas, ou seja, com direito à voz ativa nos textos, é possível perceber que a direção é quem detém o poder de fala direta nas publicações dos sindicatos, ocupando mais da metade das aspas contidas nas publicações, num percentual longe de ser alcançado por qualquer outra fonte indicada nos jornais. A direção da entidade é detentora da fala direta apresentada nas edições dos jornais em mais de 50% das aparições, ou seja, em 489 das aparições diretas de fontes, sendo as demais contabilizadas em: 35 assessoria; 57 centrais sindicais; 68 demais; 4 empresas; 33 governo; 14 judiciário; 68 movimentos sociais; 40 políticos; 16 sindicato e 91 trabalhadores. A característica da imprensa sindical de se consolidar em um espaço de representação do trabalhadores, conforme apontado pela pesquisa da pesquisa, com sua participação na produção da notícia e como repercutidora e potencializadora de suas falas torna-se numericamente, no período e entidades analisados, num espaço de fala institucionalizada da direção da entidade, que se faz não apenas representante às substitutas da fala da categoria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O jornalismo no meio sindical vem se consolidando ao longo das últimas décadas como espaço profissional em crescimento para os jornalistas. Uma imprensa que outrora era produzida pela direção da entidade, hoje cada vez mais tem em suas redações profissionais especializados no meio. Sensível às alterações e mutações do movimento sindical, a comunicação realizada pelas entidades de representação dos trabalhadores é diretamente impactada pelas mudanças de estrutura, ideais e identidades do movimento sindical desde a sua origem no país. Com a profissionalização no setor de comunicação não seria diferente. A postura dos jornais e a qualidade gráfica e de apuração de informação altera-se drasticamente com o aumento de jornalistas que se dedicam ao meio sindical. Além do surgimento de novos títulos, a inserção de profissionais que antes estavam em redações da mídia convencional ou que vieram das universidades com formação específica de jornalismo, forneceu um aspecto mais profissional à produção dos jornais e revistas das entidades sindicais.

Textos com estrutura similar aos de jornais e revistas da mídia convencional, apelo visual melhorado com diagramação mais arrojada, menos pesada, com uso de avançadas tecnologias de editoração e de impressão, são alguns dos elementos que nitidamente sofreram alterações com a profissionalização do setor de comunicação sindical. Ocorre que não apenas a parte técnica influenciou alterações no perfil da imprensa sindical, mas também a politização e o posicionamento político-ideológico dos produtores de conteúdo dos jornais.

Se antes a imprensa sindical, pontuada pelos autores que outrora pesquisaram o tema, como um espaço de discussão e visibilidade de temas não abordados na mídia convencional e hegemônica, como ferramenta ideológica dos trabalhadores na luta pelos seus direitos, e como espaço de formação política dos trabalhadores. No entanto, uma análise nos jornais de seis entidades sindicais de Curitiba publicados entre 2013 e 2014, quais sejam: Jornal 30 de Agosto, do Sindicato dos trabalhadores em educação pública do Paraná (APP Sindicato); Folha Bancária, do Sindicato dos Bancários de Curitiba e Região; A Voz do Metalúrgico, do Sindicato dos Metalúrgicos de Curitiba e Região; Extra-Pauta, do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná (Sindijor); Pressão Alta, do Sindicato dos Servidores da Saúde do Paraná (Sindsaúde) e Jornal do Sismuc, do Sindicato dos Servidores Municipais de Curitiba; indicou, sob a perspectiva de análise de conteúdo adotado na atual pesquisa, algumas posturas que confrontam as características da imprensa sindical indicada pela pesquisa da pesquisa.

Como instrumentos de comunicação com posicionamentos mais institucionais e de representação da direção da entidade, os jornais analisados indicaram predominância da fala dos dirigentes institucionais como prioritários nos jornais. Ou seja, em suas fontes de informação e aparições, predominou a presença da direção da entidade e de fontes institucionais, sobretudo a presidencial, relegando a própria categoria à participação apenas na leitura, com poucas inserções de suas falas nos jornais. Isso denota que o veículo atende a uma posição que não reflete, necessariamente, a demanda da categoria, uma vez que esta não encontra nas páginas dos jornais uma forma de se manifestar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS


- Araújo S, Cardoso A (1992). *Jornalismo e militância operária*. Curitiba: UFPR. 174p.
- Araújo VC (2009). *O jornalismo de informação sindical: atores e práticas de uma forma de produção jornalística*. Porto Alegre: UFRGS. 224p.
- Bardin L (2011). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70. 280p.
- Ferreira MN (1988). *Imprensa operária no Brasil*. São Paulo: Editora Ática. 93p.
- Ferreira MN (1995). *O impasse da comunicação sindical: de processo interativo a transmissora de mensagens*. São Paulo: Cebela. 164p.
- Ferreira NT (2011). Os desafios da Mídia Sindical no contexto multidentitário do trabalhador contemporâneo. 9.º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo (Sbpjor) – Rio de Janeiro.
- Franzin J (2007). *Imprensa Sindical: Comunicação que organiza*. São Paulo: Agência de Comunicação Sindical. 84p.
- Groth O (2011). *O poder cultural do desconhecido: fundamentos da Ciência dos Jornais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- Lahni C, Fuser B (2004). A ausência do trabalhador na imprensa sindical de Campinas e de Juiz de Fora. In: *Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, 27, 2004. Porto Alegre. Anais. São Paulo: Intercom. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/8175500381220403445874650644469862368.pdf>>
- Lança H (2013). O jornal sindical e a formação política: o caso da Udemo junto aos diretores de escola da rede estadual paulista. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Nove de Julho, São Paulo.

- Martins JL (2001). *Jornalismo sindical: concepções e práticas: a notícia na Folha Bancária e na Tribuna Metalúrgica*. 2001. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade de São Paulo – ECA-USP.
- Momesso L (1997). *Comunicação sindical: limites, contradições, perspectivas*. Recife: Editora Universitária UFPR.
- Rodrigues Netto M (2013). Comunicação e sindicalismo: os dilemas da linguagem sindical na (des) mobilização dos trabalhadores. *Revista Científica Semana Acadêmica*, 43(1): 1-11.
- Santiago C, Giannotti V (1997). *Comunicação Sindical: falando para milhões*. Petrópolis: Vozes. 182p.
- Silva G, Pontes FS (2012). Mídia noticiosa como material de pesquisa: recursos para o estudo de produtos jornalísticos. In: Bourghinon JÁ, Oliveira Junior CR (Org.). *Pesquisa em Ciências Sociais: interfaces, debates e metodologias*. Ponta Grossa: Toda Palavra. 216p.
- Verdelho V (1986). A nova imprensa sindical. In: Festa R, Silva CEL (Org.). *Comunicação popular e alternativa no Brasil*. São Paulo: Paulinas. 736p.
- Vieira TAS (1996). *Comunicação sindical: proposta de uma política para as entidades*. Canoas: Ulbra. 149p.

Estudo Quantitativo das Solicitações de Medidas Protetivas da Lei Maria da Penha no Estado de Mato Grosso do Sul

Recebido em: 05/05/2020

Aceito em: 14/05/2020

 10.46420/9786599064173cap6

Bruno Rodrigues de Oliveira^{1*} 

INTRODUÇÃO

A Lei 11.340/2006, que entrou em vigor em setembro de 2006, e alterou o art. 129 do Código Penal com a introdução do parágrafo nono, foi o resultado do caso 12.051/OEA, onde o Centro pela Justiça pelo Direito Internacional (CEJIL), o Comitê Latino - Americano de Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM), e Maria da Penha Maia Fernandes (vítima de violência doméstica por 23 anos, tendo sobrevivido a duas tentativas de assassinato), denunciaram à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA a falta de mecanismos no direito brasileiro para a punição adequada do agressor e proteção da vítima.

Consta na emenda da Lei 11.340/2006 (Brasil, 2020), conhecida por Lei Maria da Penha, sua intenção:

Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. (Brasil, 2020).

A Lei Maria da Penha categoriza alguns tipos de violência doméstica, a saber: violência patrimonial, sexual, física, moral, e psicológica. Em seu art. 1º ela “estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar”. Deste modo, conforme art. 12, inciso III, cabe a autoridade policial, após tomar ciência da violência doméstica ou familiar, “remeter, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, expediente apartado ao juiz com o pedido da ofendida, para a concessão de medidas protetivas de

¹ Avenida Mato Grosso do Sul, 311, Parque União. Chapadão do Sul-MS.

* Autor de correspondência: bruno.rodrigues@tjms.jus.br

urgência”. Por sua vez, o Juiz, tem o mesmo prazo para decidir sobre a concessão, ou não, das medidas solicitadas.

A Lei Maria da Penha, fixa em seu art. 22, as medidas que obrigam o agressor, nos casos de confirmação da violência doméstica ou familiar:

- I - suspensão da posse ou restrição do porte de armas, com comunicação ao órgão competente, nos termos da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003;
- II - afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida;
- III - proibição de determinadas condutas, entre as quais:
 - a) aproximação da ofendida, de seus familiares e das testemunhas, fixando o limite mínimo de distância entre estes e o agressor;
 - b) contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação;
 - c) frequentação de determinados lugares a fim de preservar a integridade física e psicológica da ofendida;
- IV - restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores, ouvida a equipe de atendimento multidisciplinar ou serviço similar;
- V - prestação de alimentos provisionais ou provisórios.
- VI – comparecimento do agressor a programas de recuperação e reeducação; e
- VII – acompanhamento psicossocial do agressor, por meio de atendimento individual e/ou em grupo de apoio. (Brasil, 2020)

Por outro lado, os art. 23 e 24 estabelecem as medidas protetivas concedidas à ofendida, nos seguintes termos:

Art. 23. Poderá o juiz, quando necessário, sem prejuízo de outras medidas:

- I - encaminhar a ofendida e seus dependentes a programa oficial ou comunitário de proteção ou de atendimento;
- II - determinar a recondução da ofendida e a de seus dependentes ao respectivo domicílio, após afastamento do agressor;
- III - determinar o afastamento da ofendida do lar, sem prejuízo dos direitos relativos a bens, guarda dos filhos e alimentos;
- IV - determinar a separação de corpos.
- V - determinar a matrícula dos dependentes da ofendida em instituição de educação básica mais próxima do seu domicílio, ou a transferência deles para essa instituição, independentemente da existência de vaga.

Art. 24. Para a proteção patrimonial dos bens da sociedade conjugal ou daqueles de propriedade particular da mulher, o juiz poderá determinar, liminarmente, as seguintes medidas, entre outras:

- I - restituição de bens indevidamente subtraídos pelo agressor à ofendida;
- II - proibição temporária para a celebração de atos e contratos de compra, venda e locação de propriedade em comum, salvo expressa autorização judicial;
- III - suspensão das procurações conferidas pela ofendida ao agressor;
- IV - prestação de caução provisória, mediante depósito judicial, por perdas e danos materiais decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a ofendida.

Parágrafo único. Deverá o juiz oficiar ao cartório competente para os fins previstos nos incisos II e III deste artigo. (Brasil, 2020)

Embora o tema “medidas protetivas de urgência” seja central na Lei Maria da Penha, poucos trabalhos científicos têm explorado esse assunto, principalmente, concernente às análises estatísticas destas solicitações, sendo que a maior parte dos trabalhos concentram-se na questão do feminicídio ou simplesmente do aumento ou diminuição da violência doméstica (Cerqueira et al., 2015).

É importante destacar que as solicitações de medidas protetivas de urgência refletem parcialmente a violência doméstica ou familiar, conforme ficará demonstrado no restante desse texto, logo, a compreensão da dinâmica destas solicitações contribui para o planejamento das ações públicas a serem tomadas, além de possibilitar averiguar se estas estão surtindo o efeito desejado, e além disso, diagnosticar em quais localidades são necessárias mais ações.

Devido a necessidade de pesquisa científica acima apontada, nesta pesquisa são investigadas as solicitações de medidas protetivas de urgência (aqui serão denominadas apenas de medidas protetivas) no estado de Mato Grosso do Sul, do ponto de vista quantitativo, por meio de uma análise estatística/numérica destas solicitações em cada uma das Comarcas do Estado, apoiando-se em alguns resultados das pesquisas de opinião disponibilizadas pelo DataSenado. É proposto também um índice para aferir a violência doméstica, levando em conta a população feminina de cada Comarca.

MATERIAL E MÉTODOS

Os dados utilizados nas análises seguintes foram obtidos do Sistema de Automação do Judiciário (SAJ) utilizando os dados armazenados pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS) por meio de pesquisa simples com a classe processual do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) “Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria de Penha) Criminal”, no período de 2008 a 2018, sem levar em consideração nomes de pessoas ou qualquer associação individualizada, a fim de proteger o sigilo processual e das partes.

O ano inicial do período, 2008, foi escolhido pois, para anos anteriores foram observadas algumas disparidades entre os nomes das classes processuais, já que a Resolução nº 46 do CNJ que criou as Tabelas Processuais Unificadas do Poder Judiciário, foi editada em dezembro de 2007 (CNJ, 2020). O ano final do período não foi considerado como o ano de 2019 pois esta pesquisa se iniciou nesse ano propriamente, e os dados englobaram períodos de anos inteiros.

As pesquisas consistiram da obtenção das quantidades de distribuições² de pedidos de medidas protetivas por Comarca, no período mencionado. As cidades que compõem as comarcas foram selecionadas de acordo com as informações disponibilizadas no portal do TJMS (TJMS, 2020), discriminadas na Tabela 1 do Anexo, onde também constam as populações femininas calculadas pelo censo de 2010, realizado pelo IBGE.

Visto que, a partir do ano de 2016 foi instituída a comarca relativa ao Plantão Judiciário, nas consultas realizadas no SAJ também foram considerados os processos entrados por redistribuição, garantindo assim que os pedidos de medidas protetivas distribuídos nos plantões e posteriormente redistribuídos para as respectivas comarcas, fossem devidamente computados.

Para os dados obtidos são calculadas várias estatísticas como média, desvio padrão, etc. Também é proposto um Coeficiente de Violência Doméstica (CVD), que consiste de uma medida que avalia a proporção da população feminina da comarca que opta por solicitar as medidas protetivas da Lei 11.340/2006, quando sofrem algum tipo de violência doméstica ou familiar. O CVD normalizado varia entre 0 e 1 e é definido pela fórmula

$$\text{CVD} = \frac{\frac{d_i}{P_i}}{\max\left(\left[\frac{d_1}{P_1}, \frac{d_2}{P_2}, \dots, \frac{d_{54}}{P_{54}}\right]\right)} \quad (1)$$

onde d_i e P_i representam as quantidades de pedidos de medidas protetivas e a população feminina na comarca i , respectivamente, sendo d_i/P_i a proporção de pedidos por pessoas do gênero feminino e $\max()$ a função que retorna a maior proporção dentre todas as Comarcas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nas Tabelas 2 a 12 do Anexo constam os totais de pedidos de medidas protetivas distribuídos por Comarca no período pesquisado. No gráfico da Figura 1 estão ilustrados os totais anuais de pedidos de medidas protetivas no estado de Mato Grosso do Sul, ou seja, a soma de todas as comarcas.

Nota-se que houve um acréscimo significativo no período 2008-2018, pois no início do período registraram-se 2.210 pedidos e ao final 10.950. Essa diferença corresponde a um aumento de 395,48%, tendo ocorrido um acréscimo médio anual de 874 pedidos em todo o estado.

² A distribuição consiste do cadastro dos dados processuais e da escolha de um dos ofícios judiciais ou Juízo da Comarca, competente para analisar o processo.

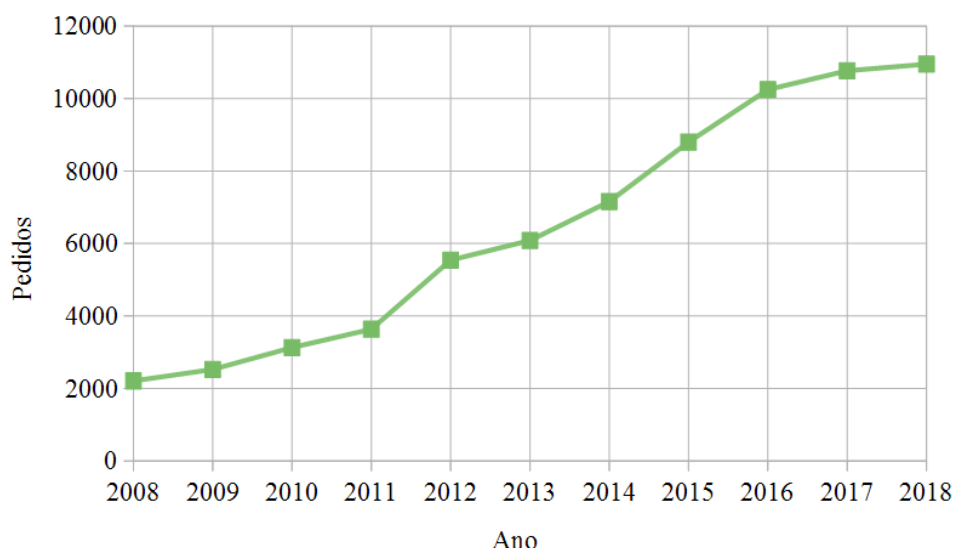


Figura 1. Total de pedidos de medidas protetivas por ano, considerando as distribuições de todas as Comarcas no período de 2008 a 2018.

Nota-se ainda que o maior acréscimo no número de pedidos ocorreu entre os anos de 2011 a 2012, na quantidade de 1.908 pedidos a mais, seguido de um maior aumento nos anos de 2014 a 2015, em cerca de 1.641 pedidos. Pode-se observar também que, apesar de ter ocorrido acréscimo entre 2017 a 2018, no total de 183 pedidos, este foi o menor calculado no período 2008-2018, indicando uma possível estagnação da série temporal. Entretanto, tal comportamento somente poderá ser confirmado analisando mais dados para anos posteriores.

Na Figura2 estão discriminados os acréscimos anuais mencionados para o período pesquisado.

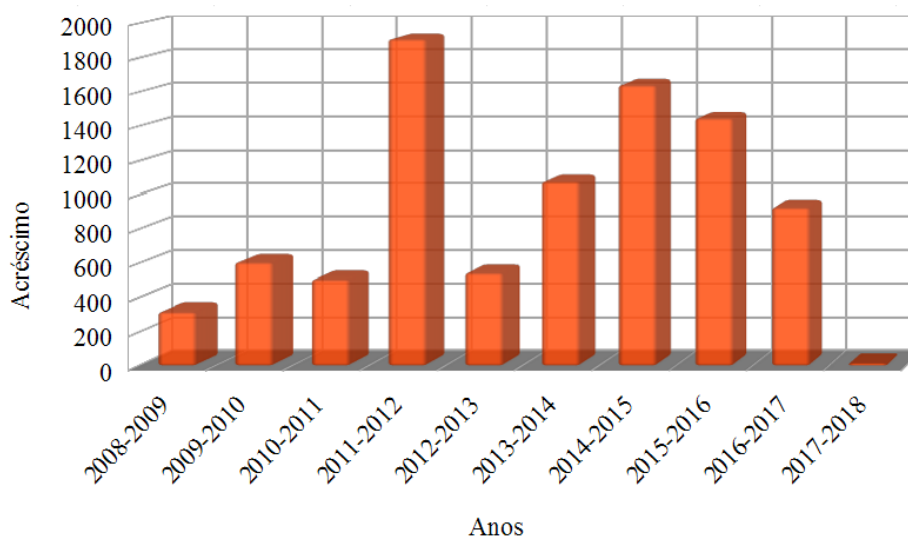


Figura 2. Acréscimo anual no número de pedidos, para todo o Estado.

Esses acréscimos no número de pedidos também foi constatado pelas pesquisas realizadas pelo DataSenado, que de 2009 a 2015 mapearam a percepção das mulheres sobre o aumento da violência doméstica. No relatório apresentado em 2015, a conclusão é de que em média 63% das entrevistadas opinaram concordar que a violência está aumentando (DATASENADO, 2020).

Apesar do aumento no número de pedidos constatado e também da percepção ser de que a violência doméstica contra a mulher aumentou, deve-se esperar que parte do aumento registrado seja devido ao maior acesso às informações relacionadas aos direitos da mulher por meio das campanhas realizadas por órgãos públicos e entidades relacionadas ao combate da violência doméstica. Esta afirmação foi também estimada pelas pesquisas do DataSenado, que em 2011 registrou que 97% das entrevistadas afirmaram “terem ouvido falar” sobre a Lei Maria da Penha, percentual esse que aumentou para 99,1% em 2013 e atingiu 100% em 2015.

A fim de obter um modelo para predição dos valores da série temporal estudada, utiliza-se uma abordagem de regressão polinomial, que consiste em ajustar uma curva aos dados disponíveis, tal que o erro de predição seja o menor possível. No Quadro 1 estão discriminados alguns polinômios obtidos para os dados do gráfico da Figura 1, onde o erro é calculado pela equação

$$E = \frac{1}{11} \sum_{k=2008}^{2018} |T_k - p_\alpha(k - 2007)| \quad (2)$$

sendo T_k e $p_\alpha(k)$ os valores do total real de distribuições de pedidos de medidas protetivas e do total de pedidos estimado para o ano k , respectivamente, onde α é o grau do polinômio preditor.

Quadro 1. Polinômios preditores e erro gerado pela equação (2).

Polinômio preditor	Erro (E)
$p_2(x) = 16,31x^2 + 803,77x + 866,73$	413,42
$p_3(x) = -16,55x^3 + 314,18x^2 - 688,88x + 2693,79$	245,04
$p_4(x) = -1,81x^4 + 26,79x^3 - 30,75x^2 + 329,68x + 1848,61$	214,80
$p_5(x) = -0,52x^5 + 13,65x^4 - 142,37x^3 + 788,45x^2 - 1345,15x + 2920,27$	339,28

Comparando os valores dos erros para os dados analisados, notamos que o melhor polinômio preditor é aquele de quarto grau, p_4 , o qual gera um erro de 214,80 pedidos anuais. Utilizando esse polinômio podemos prever a quantidade de distribuições de pedidos de medidas protetivas que ocorrerão em um ano qualquer, desde que seja posterior aos anos considerados. Por exemplo, para estimar as distribuições que ocorrerão em 2020 basta fazer: $2020 - 2007 = 13$, e calcular $p_4(13) = 8.099,92$, resultado este que indica uma diminuição no número de pedidos. Já ao considerar o polinômio preditor com segundo menor erro, obtido pelo polinômio de segundo grau, temos que $p_2(13) = 14.072,13$.

Assim, constata-se que o polinômio preditor p_4 apesar de gerar menor erro, não reflete adequadamente o crescimento observado no número de solicitações de pedidos de medidas protetivas, de acordo com o gráfico da Figura 1, ou seja, esse modelo está superajustado aos dados, consequência que é comum ao tomar polinômios regressores de mais alto grau. Portanto, o polinômio p_2 prediz melhor o fenômeno observado, ou seja, a quantidade de pedidos em um ano $k > 2007$ qualquer, pelo menos para os dados analisados até o momento.

Também foram computadas as médias das distribuições anuais por Comarca, no período 2008-2018, cujo gráfico, plotado em escala logarítmica para melhor visualização, está ilustrado na Figura 2. Observa-se nesse gráfico que a maior parte das Comarcas registraram menos de 100 pedidos médios anuais. Dentre as exceções estão algumas das comarcas mais populosas: Três Lagoas, Ponta Porã, Paranaíba, Naviraí, Jardim, Dourados, Coxim, Corumbá e Campo Grande.

Entretanto, algumas comarcas com população maior do que aquelas mencionadas registraram quantidades inferiores a 100 pedidos médios ao ano. Um exemplo é a comarca de Nova Andradina, cuja população estimada para o ano de 2019 pelo IBGE é de cerca de 54.300 habitantes, que é superior a população estimada de Paranaíba, Coxim e Naviraí, mas, ainda assim, registrou média anual inferior a 100 pedidos. Outros exemplos são as comarcas de Aquidauana e Sidrolândia.

Pode-se assim entender que, apesar de ser esperado que as cidades mais populosas tenham maior número de registros de distribuições de pedidos de medidas protetivas, essa relação não é proporcional. Em outras palavras, para comarcas com número de habitantes próximos, uma população maior não implica necessariamente em maior quantidade de solicitações de pedidos de medidas protetivas.

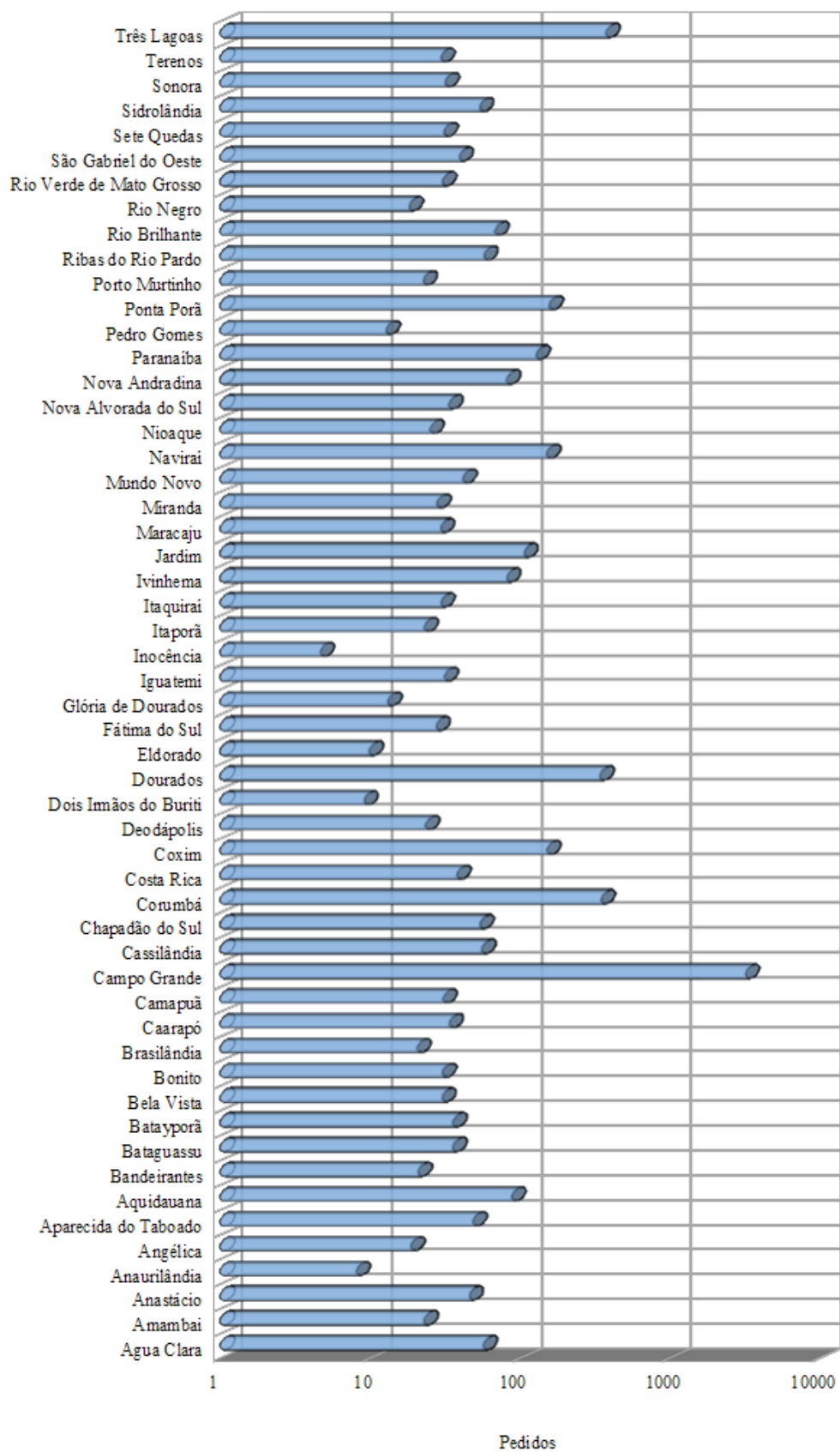


Figura 3. Média das distribuições anuais por Comarca, em escala logarítmica.

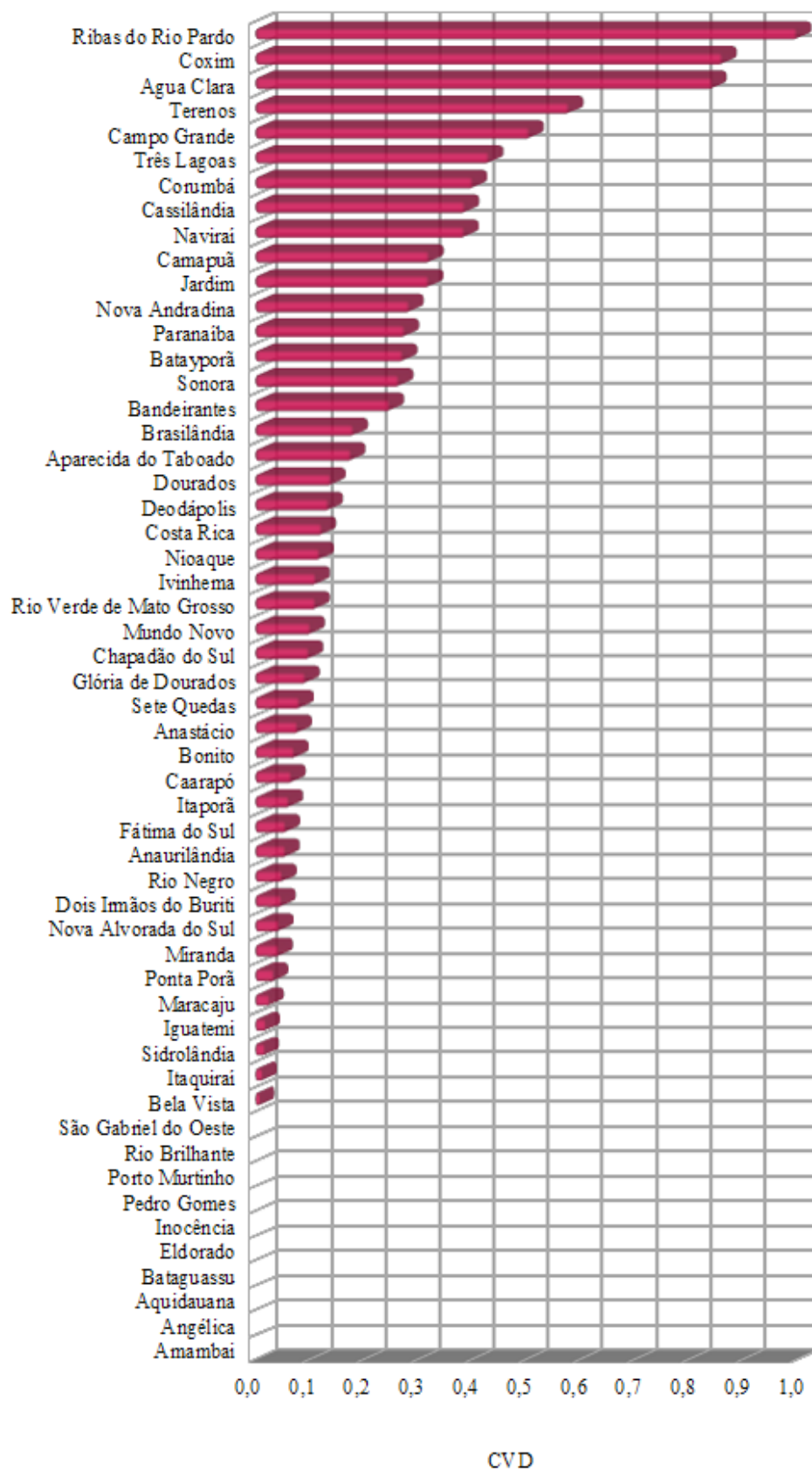


Figura 4. Coeficiente de Violência Doméstica (CVD) do ano de 2010 tomando a população feminina deste ano.

Por isso, a fim de especificar o relacionamento entre a quantidade de habitantes e o número de distribuições de pedidos de medidas protetivas, define-se o Coeficiente de Violência Doméstica (CVD), dado pela equação (1), que é relativa apenas a população feminina das comarcas.

O cálculo do CVD para cada comarca, considerando a população feminina apenas e os pedidos de medidas protetivas distribuídos no ano de 2010, pois o último censo do IBGE foi realizado nesse ano, resulta no gráfico da Figura 3.

O gráfico dos CVDs de cada comarca apresenta informações que não puderem ser diagnosticadas analisando os gráficos anteriores. Vemos por exemplo que a comarca de Ribas do Rio Pardo é aquela que apresenta o maior CVD. Em valores absolutos, essa comarca registrou no ano de 2010 apenas 86 pedidos de medidas protetivas. No entanto, como a sua população feminina desse ano foi contada em somente 9.978 pessoas, isso significa que houve 0,0086 pedidos por pessoa do gênero feminino, mas como o CVD é normalizado, então o valor calculado para a comarca de Ribas do Rio Pardo é de 1,00. Para comparação, tomamos os valores da comarca de Campo Grande, cuja população feminina em 2010 foi calculada em 405.660 pessoas e houve distribuição de 1.770 pedidos de medidas protetivas, acarretando em 0,0044 pedidos por pessoa do gênero feminino e no CVD no valor de 0,51, cerca de metade do valor obtido pela comarca de Ribas do Rio Pardo, ocupando a comarca de Campo Grande a quinta posição no ranqueamento do CVD.

Nota-se também que outras comarcas menos populosas também obtiveram um CVD alto, tais como Água Clara e Terenos. Por outro lado, dez comarcas obtiveram um CVD nulo, pois não registraram nenhuma solicitação de pedido de medidas protetivas no ano de 2010.

Os percentuais obtidos para a população feminina em relação a quantidade de pedidos, revela que o percentual de mulheres vítimas de violência doméstica que procuram o poder judiciário para sua proteção é bem inferior aquele das mulheres que efetivamente experimentam a violência. Vemos, por exemplo, que na comarca de Ribas do Rio Pardo cerca de 0,86% das mulheres solicitaram medidas protetivas. Este percentual é bem inferior aquele apontado pelas pesquisas do DataSenado, que constataram que, entre 2009 e 2015, em torno de 18% das entrevistadas afirmaram sofrer algum tipo de violência doméstica.

As pesquisas do DataSenado também concluíram, ao questionarem as entrevistadas sobre sua atitude perante a última agressão, que 21% das agredidas não procuraram qualquer ajuda, 20% procurou ajuda familiar, 7% auxílio em igrejas, 6% procuraram a ajuda de amigos, apenas 1% o auxílio de ONGs, 14% tomaram outro tipo de atitude e 3% não souberam ou

não responderam. Além disso, dentre as entrevistadas em 2015, 28% afirmaram terem procurado alguma delegacia (especializada ou comum) para denunciar as agressões. Portanto, podemos supor que os 0,86% das mulheres da Comarca de Ribas do Rio Pardo, representam aquelas 28% das mulheres que sofreram violência doméstica e procuraram o auxílio do judiciário. Aplicando esses percentuais para a população dessa Comarca, obtém-se que cerca de 308 mulheres sofreram violência doméstica, o que corresponde a 3% da população feminina.

Analisa-se a seguir os dados mensais médios, apenas para a comarca de Campo Grande. Observa-se no gráfico da Figura 5 que a quantidade de pedidos mensais durante os anos analisados, em média, tem variações similares para todos os meses, excetuando o mês de Janeiro que apresenta uma quantidade maior de distribuição de pedidos de medidas protetivas. Nesse mês, aliás, foi obtido o maior desvio padrão, devido as quantidades atípicas de pedidos nos anos de 2015 e 2016, quando estes ultrapassaram as quatro e cinco centenas, respectivamente, enquanto nos demais anos observamos valores inferiores.

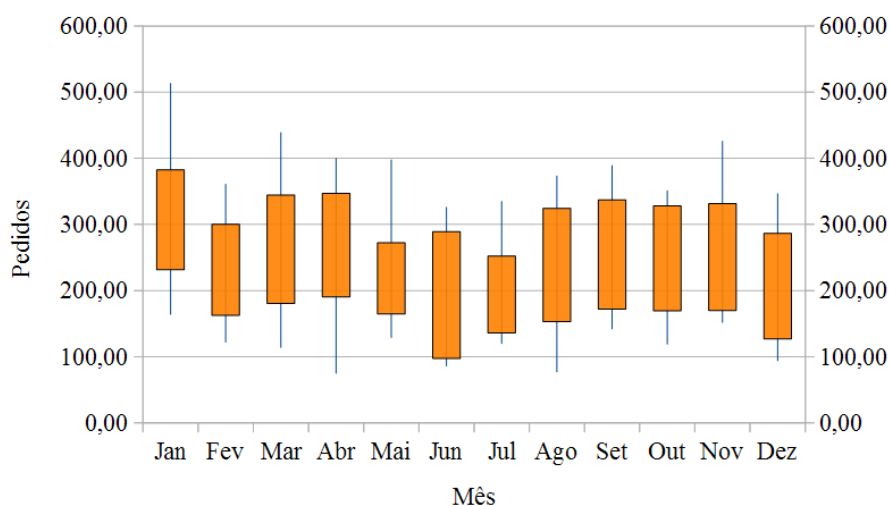


Figura 5. Gráfico de caixa das médias das distribuições mensais na comarca de Campo Grande.

Nota-se ainda que o menor desvio padrão foi observado no mês de Julho, implicando que nesse mês há maior consistência na quantidade de distribuições de pedidos de medidas protetivas durante os anos analisados. Isto é, não se deve esperar um aumento significativo no número de pedidos neste mês, enquanto que para o mês de Janeiro espera-se que ocorram valores não observados, ou discrepantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foram analisadas todas as distribuições de pedidos de medidas protetivas no intervalo de dez anos, de 2008 à 2018. Contatou-se que no estado de Mato Grosso do Sul ocorreu um acréscimo de mais de 300% nas solicitações nesse período. Entretanto, pelos dados analisados não foi possível concluir que a violência doméstica ou familiar de fato aumentou ou se o acréscimo é devido apenas a maior procura pelos órgãos da justiça em decorrência das campanhas de conscientização dos direitos da mulher.

Foram propostos alguns modelos de regressão que permitem prever a quantidade de pedidos de medidas protetivas para anos posteriores, contribuindo assim para que haja melhor planejamento das ações de enfrentamento a violência doméstica.

Em trabalhos futuros pretende-se ajustar os modelos propostos e análises a mais anos, além da utilização de outros modelos estatísticos para aprendizado dos padrões de comportamento das solicitações de medidas protetivas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Brasil (2006). Lei 11.340 de 7 de Agosto de 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm>.

Acesso em: 02 de janeiro de 2020.

Cerqueira D, Matos MVM, Martins APA, Pinto Junior J (2015). Avaliando a efetividade da Lei Maria da Penha. Rio de Janeiro: Ipea.

CNJ (2007). Resolução nº 46 de 18 de Dezembro de 2007. Conselho Nacional de Justiça Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/files/resolucao_46_18122007_04042019134854.pdf>.

Acesso em: 27 de janeiro de 2020.

DataSenado (2020). Disponível em:<<https://www.senado.leg.br/datasenado>>. Acesso em: 13 de fevereiro de 2020.

TJMS (2020). Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. Disponível em: <<https://www.tjms.jus.br/comarcas/comarcas.php>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2020.

ANEXOS

Dados coletados no SAJ para classe processual “Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria de Penha) Criminal” no período de 2008-2018.

Tabela 1. Cidades que compõe as comarcas e população feminina respectiva.

Comarca	Cidade(s)/Vilarejo/Povoado	População Feminina
Água Clara	Água Clara	6.877
Amambai	Amambai, Coronel Sapucaia	17.360
Anastácio	Anastácio	11.931
Anaurilândia	Anaurilândia	4.186
Angélica	Angélica	4.463
Aparecida do Taboado	Aparecida do Taboado	11.153
Aquidauana	Aquidauana, Camisão, Piraputanga, Taunay	22.768
Bandeirantes	Bandeirantes, Jaraguari	6.079
Bataguassu	Bataguassu, Santa Rita do Pardo, Porto XV de Novembro	13.185
Batayporã	Batayporã, Taquarussu	7.240
Bela Vista	Bela Vista, Caracol	14.089
Bonito	Bonito	9.708
Brasilândia	Brasilândia	5.764
Caarapó	Caarapó, Cristalina, Juti, Nova América	15.740
Camapuã	Camapuã, Figueirão	7.954
Campo Grande	Campo Grande, Anhanduí	405.660
Cassilândia	Cassilândia	10.498
Chapadão do Sul	Chapadão do Sul, Paraíso das Águas [Alto Sucuriú (Pouso Alto) e Bela Alvorada (Camas)]	9.363
Corumbá	Corumbá, Albuquerque, Ladário	61.269
Costa Rica	Costa Rica	9.450
Coxim	Coxim, Alcinópolis	18.167
Deodápolis	Deodápolis, Lagoa Bonita, Porto Vilma	6.005
Dois Irmãos do Buriti	Dois Irmãos do Buriti	4.831
Dourados	Dourados, Itaum, Panambi, São Pedro, Indápolis, Vila Vargas, Laguna Carapã	102.924
Eldorado	Eldorado	5.891
Fátima do Sul	Fátima do Sul, Culturama, Vicentina, Jateí	14.529

Glória de Dourados	Glória de Dourados	5.033
Iguatemi	Iguatemi, Tacuru	12.398
Inocência	Inocência, São Pedro	3.711
Itaporã	Itaporã, Montese, Piraporã, Douradina	13.111
Itaquiraí	Itaquiraí	8.912
Ivinhema	Ivinhema, Novo Horizonte do Sul	13.509
Jardim	Jardim, Guia Lopes da Laguna	17.388
Maracaju	Maracaju, Vista Alegre	18.018
Miranda	Miranda, Bodoquena	16.259
Mundo Novo	Mundo Novo, Japorã	12.550
Naviraí	Naviraí	23.152
Nioaque	Nioaque	6.849
Nova Alvorada do Sul	Nova Alvorada do Sul	7.953
Nova Andradina	Nova Andradina	22.851
Paranaíba	Paranaíba, São João do Aporé	20.209
Pedro Gomes	Pedro Gomes	3.818
Ponta Porã	Ponta Porã, Sanga Puitã, Antônio João, Aral Moreira	44.372
Porto Murtinho	Porto Murtinho	7.137
Ribas do Rio Pardo	Ribas do Rio Pardo	9.978
Rio Brillhante	Rio Brillhante	14.948
Rio Negro	Rio Negro, Nova Esperança, Rochedo, Corguinho	7.019
Rio Verde de Mato Grosso	Rio Verde de Mato Grosso	9.406
São Gabriel do Oeste	São Gabriel do Oeste, Areado	10.991
Sete Quedas	Sete Quedas, Paranhos	11.388
Sidrolândia	Sidrolândia, Quebra Coco	20.568
Sonora	Sonora	7.002
Terenos	Terenos	8.016
Três Lagoas	Três Lagoas, Arapuá, Garcias, Selvíria	54.322

Tabela 2. Distribuições dos pedidos de medidas protetivas no ano de 2008.

Comarca	Jan/08	Fev/08	Mar/08	Abr/08	Mai/08	Jun/08	Jul/08	Ago/08	Set/08	Out/08	Nov/08	Dez/08	Total
Água Clara	0	0	1	0	0	0	0	0	0	6	0	1	8
Amambai	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Anastácio	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Anaurilândia	0	0	0	2	0	1	1	0	2	0	0	0	6
Angélica	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Aparecida do Taboado	2	1	0	0	1	1	2	0	1	5	1	2	16
Aquidauana	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Bandeirantes	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Bataguassu	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Batayporã	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Bela Vista	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Bonito	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	1	3
Brasilândia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Caarapó	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Camapuã	0	0	5	0	6	1	2	0	2	3	0	0	19
Campo Grande	167	157	114	75	175	101	121	77	171	172	152	103	1585
Cassilândia	4	3	0	2	2	2	2	4	5	4	2	2	32
Chapadão do Sul	0	1	0	0	1	1	11	5	10	1	5	6	41
Corumbá	14	12	9	7	7	13	12	14	22	16	9	10	145
Costa Rica	0	0	1	1	0	0	7	0	0	0	0	2	11
Coxim	11	7	6	7	5	8	8	5	6	6	8	8	85
Deodópolis	0	1	0	0	1	0	1	1	2	1	2	0	9
Dois Irmãos do Buriti	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Dourados	1	0	1	1	1	4	3	3	9	4	9	6	42
Eldorado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Fátima do Sul	3	1	3	1	0	5	0	1	4	3	2	1	24
Glória de Dourados	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Iguatemi	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Inocência	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Itaporã	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Itaquiraí	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ivinhema	0	0	0	0	0	0	0	2	1	0	0	0	3
Jardim	3	4	2	4	5	5	3	6	1	4	2	1	40
Maracaju	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Miranda	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Mundo Novo	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Naviraí	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Nioaque	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Nova Alvorada do Sul	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Nova Andradina	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Paranaíba	2	4	4	5	2	3	4	5	8	5	5	0	47
Pedro Gomes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Plantão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ponta Porã	1	0	1	2	2	1	3	1	0	1	2	0	14
Porto Murtinho	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ribas do Rio Pardo	7	8	3	5	1	3	2	1	5	2	4	3	44
Rio Brillante	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Rio Negro	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Rio Verde de Mato Grosso	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
São Gabriel do Oeste	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sete Quedas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sidrolândia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sonora	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Terenos	0	0	2	1	2	2	2	2	5	6	2	0	24
Três Lagoas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Tabela 3. Distribuições dos pedidos de medidas protetivas no ano de 2009.

Comarca	Jan/09	Fev/09	Mar/09	Abr/09	Mai/09	Jun/09	Jul/09	Ago/09	Set/09	Out/09	Nov/09	Dez/09
Água Clara	0	0	2	5	6	3	3	5	3	3	5	2
Amambai	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Anastácio	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Anaurilândia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Angélica	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Aparecida do Taboado	2	1	1	0	2	0	1	2	1	0	2	0
Aquidauana	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Bandeirantes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Bataguassu	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Batayporã	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Bela Vista	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
Bonito	0	1	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0
Brasilândia	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
Caarapó	0	0	0	0	0	0	1	0	0	2	1	0
Camapuã	0	0	2	2	1	2	4	1	0	0	2	0
Campo Grande	212	135	191	212	133	94	143	106	161	119	157	94
Cassilândia	10	6	10	3	4	8	6	5	5	3	1	0
Chapadão do Sul	3	3	2	3	1	1	1	1	1	0	0	1
Corumbá	21	15	16	14	19	18	15	12	6	10	13	7
Costa Rica	0	0	1	1	0	0	2	0	0	0	0	0
Coxim	11	5	15	10	10	2	9	6	5	7	7	9
Deodápolis	1	2	0	2	1	4	0	0	0	0	1	0
Dois Irmãos do Buriti	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
Dourados	1	4	5	6	6	13	8	4	14	16	12	5
Eldorado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Fátima do Sul	5	1	0	2	0	0	2	1	0	0	1	0
Glória de Dourados	0	0	2	0	1	0	1	0	0	0	0	0
Iguatemi	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Inocência	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Itaporã	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Itaquiraí	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ivinhema	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Jardim	4	4	6	4	3	3	4	4	4	5	3	2
Maracaju	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	1
Miranda	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Mundo Novo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Naviraí	1	0	2	1	1	1	1	0	0	0	0	0
Nioaque	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Nova Alvorada do Sul	0	0	0	2	1	0	1	0	0	0	0	0
Nova Andradina	1	0	0	0	0	0	2	1	0	1	0	2
Paranaíba	8	6	3	3	1	3	3	4	5	8	5	2
Pedro Gomes	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	1	0
Plantão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ponta Porã	0	0	1	0	1	0	1	0	0	0	0	0
Porto Murtinho	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ribas do Rio Pardo	5	1	4	6	4	4	5	11	3	7	4	2
Rio Brilhante	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Rio Negro	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Rio Verde de Mato Grosso	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
São Gabriel do Oeste	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sete Quedas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sidrolândia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sonora	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Terenos	3	4	0	1	4	2	1	4	3	1	1	4
Três Lagoas	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	8	7

Tabela 4. Distribuições dos pedidos de medidas protetivas no ano de 2010.

Comarca	Jan/10	Fev/10	Mar/10	Abr/10	Mai/10	Jun/10	Jul/10	Ago/10	Set/10	Out/10	Nov/10	Dez/10
Água Clara	6	2	5	2	10	3	9	1	3	5	4	0
Amambai	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Anastácio	0	0	0	0	0	0	1	3	1	0	2	1
Anaurilândia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0
Angélica	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Aparecida do Taboado	0	1	0	1	1	3	0	6	2	0	3	0
Aquidauana	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Bandeirantes	0	0	0	3	2	1	4	0	0	1	2	0
Bataguassu	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Batayporã	0	0	0	0	0	1	1	4	3	2	5	1
Bela Vista	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Bonito	0	0	0	1	2	0	0	0	1	0	1	1
Brasilândia	0	1	0	1	1	1	1	1	1	1	0	1
Caarapó	0	0	2	0	1	0	2	1	1	0	0	2
Camapuã	4	1	2	0	0	4	2	3	3	2	0	1
Campo Grande	164	122	170	163	129	91	129	197	173	150	162	120
Cassilândia	5	0	0	0	1	2	3	5	6	3	7	3
Chapadão do Sul	0	0	0	2	1	0	2	0	2	1	0	0
Corumbá	13	10	23	15	33	18	9	25	26	21	13	6
Costa Rica	2	1	0	0	0	0	3	1	2	0	0	1
Coxim	14	17	19	8	0	2	16	9	21	11	12	6
Deodápolis	3	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	2
Dois Irmãos do Buriti	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0
Dourados	11	6	12	8	6	13	10	11	18	4	19	6
Eldorado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Fátima do Sul	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	3	2
Glória de Dourados	2	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Iguatemi	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0
Inocência	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Itaporã	0	0	0	0	0	0	0	1	0	4	0	2
Itaquiraí	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
Ivinhema	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	2	7
Jardim	3	3	2	4	2	5	2	6	2	6	8	5
Maracaju	2	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Miranda	0	0	0	0	0	1	2	1	0	0	0	2
Mundo Novo	0	0	0	0	0	0	0	2	4	3	2	0
Naviraí	0	0	0	0	4	7	8	15	13	9	13	8
Nioaque	0	0	1	0	2	2	0	1	1	0	0	0
Nova Alvorada do Sul	1	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0
Nova Andradina	1	2	0	2	4	6	4	3	11	5	14	4
Paranaíba	5	5	4	5	3	7	6	5	3	2	2	1
Pedro Gomes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Plantão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ponta Porã	0	0	0	2	1	2	3	2	2	1	0	0
Porto Murtinho	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ribas do Rio Pardo	21	13	11	4	4	3	5	8	2	6	6	3
Rio Brilhante	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Rio Negro	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	1
Rio Verde de Mato Grosso	1	1	0	2	0	0	1	1	0	1	2	0
São Gabriel do Oeste	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sete Quedas	0	0	0	0	4	1	2	0	0	1	0	0
Sidrolândia	0	0	0	1	0	0	0	0	0	2	0	0
Sonora	0	0	0	0	2	0	2	3	3	3	2	1
Terenos	4	1	1	4	3	5	1	5	2	3	9	2
Três Lagoas	3	7	12	11	14	12	31	16	21	14	34	27

Tabela 5. Distribuições dos pedidos de medidas protetivas no ano de 2011.

Comarca	Jan/11	Fev/11	Mar/11	Abr/11	Mai/11	Jun/11	Jul/11	Ago/11	Set/11	Out/11	Nov/11	Dez/11
Agua Clara	7	6	13	7	9	10	6	3	8	5	8	7
Amambai	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Anastácio	0	1	0	3	1	0	1	0	5	3	2	1
Anaurilândia	1	0	0	1	0	1	1	1	1	0	0	0
Angélica	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	5	0
Aparecida do Taboado	2	0	0	3	1	4	2	3	1	1	5	2
Aquidauana	0	0	0	9	8	5	7	11	15	10	10	2
Bandeirantes	1	1	5	2	2	1	1	2	6	1	1	1
Bataguassu	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2	0	0
Batayporã	4	4	5	2	1	1	6	3	2	4	2	1
Bela Vista	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
Bonito	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
Brasilândia	0	1	0	1	0	0	0	0	0	2	1	0
Caarapó	0	0	0	2	0	0	1	1	0	1	1	0
Camapuã	2	1	1	1	2	1	3	2	1	4	5	2
Campo Grande	251	168	152	169	154	86	120	109	142	167	178	134
Cassilândia	0	5	1	1	6	0	4	5	6	5	4	1
Chapadão do Sul	0	0	0	2	3	1	3	2	2	2	3	4
Corumbá	15	13	26	22	25	4	4	11	7	15	4	10
Costa Rica	0	0	0	2	2	6	1	0	0	0	2	1
Coxim	16	9	13	9	16	10	16	10	9	20	11	6
Deodápolis	0	0	0	0	0	0	0	2	0	3	0	1
Dois Irmãos do Buriti	0	0	0	1	0	0	0	0	3	1	2	0
Dourados	18	12	11	11	9	9	6	15	6	12	9	5
Eldorado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Fátima do Sul	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Glória de Dourados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Iguatemi	0	0	0	0	1	0	0	0	2	0	0	0
Inocência	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Itaporã	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Itaquiraí	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ivinhema	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	5	0
Jardim	4	3	10	5	3	3	8	8	6	3	13	0
Maracaju	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	1	0
Miranda	0	0	0	2	2	4	4	3	3	2	3	5
Mundo Novo	0	0	0	0	0	0	1	1	0	1	0	0
Naviraí	6	17	11	15	7	11	11	13	17	9	17	11
Nioaque	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Nova Alvorada do Sul	0	0	0	2	7	0	1	1	2	0	0	0
Nova Andradina	0	1	3	6	5	0	5	6	6	3	10	1
Paranaíba	0	0	0	0	0	0	3	9	9	12	3	7
Pedro Gomes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Plantão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ponta Porã	4	2	0	1	1	0	1	1	1	2	0	1
Porto Murtinho	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ribas do Rio Pardo	6	6	2	4	9	5	2	12	12	10	5	6
Rio Brilhante	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	1	0
Rio Negro	0	0	0	1	1	0	0	1	0	2	1	0
Rio Verde de Mato Grosso	2	1	5	0	2	0	0	0	0	0	1	1
São Gabriel do Oeste	0	0	0	0	5	2	1	2	5	2	1	2
Sete Quedas	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	2	0
Sidrolândia	1	0	0	0	1	0	2	0	0	0	2	1
Sonora	4	0	4	5	5	3	5	2	3	3	5	1
Terenos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
Três Lagoas	34	35	43	35	33	35	42	40	43	34	31	23

Tabela 6. Distribuições dos pedidos de medidas protetivas no ano de 2012.

Comarca	Jan/12	Fev/12	Mar/12	Abr/12	Mai/12	Jun/12	Jul/12	Ago/12	Set/12	Out/12	Nov/12	Dez/12
Água Clara	5	5	7	6	8	3	4	6	10	13	9	9
Amambai	1	0	0	0	1	0	0	1	0	0	1	1
Anastácio	4	2	1	4	3	2	3	2	0	0	2	1
Anaurilândia	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0
Angélica	2	1	5	1	1	2	1	1	2	3	3	1
Aparecida do Taboado	3	4	4	4	4	5	8	7	1	1	3	2
Aquidauana	17	4	5	2	6	6	7	12	14	8	10	5
Bandeirantes	1	3	5	1	3	3	2	0	1	2	1	1
Bataguassu	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Batayporã	1	0	2	2	1	4	2	3	2	7	2	3
Bela Vista	0	0	0	0	0	0	1	5	4	5	1	1
Bonito	0	0	0	0	2	1	0	1	1	2	1	0
Brasilândia	0	4	0	1	1	0	0	1	3	1	2	1
Caarapó	0	1	3	1	0	1	1	3	0	1	0	0
Camapuã	10	0	1	4	2	2	0	2	0	4	2	3
Campo Grande	336	211	204	218	183	183	209	238	203	254	228	139
Cassilândia	6	1	7	6	3	5	5	3	3	3	3	0
Chapadão do Sul	2	6	4	3	1	0	1	1	4	2	3	2
Corumbá	45	31	32	27	51	42	25	52	36	44	34	21
Costa Rica	2	0	2	1	1	1	4	0	6	5	2	1
Coxim	21	18	7	6	7	9	11	12	6	22	12	6
Deodápolis	1	1	1	0	2	3	2	2	0	5	0	3
Dois Irmãos do Buriti	2	0	0	4	2	0	1	1	0	1	2	1
Dourados	19	14	10	19	16	18	23	28	40	26	27	16
Eldorado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Fátima do Sul	0	0	1	1	1	4	4	5	1	3	3	2
Glória de Dourados	0	0	0	0	0	0	0	2	0	1	2	2
Iguatemi	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Inocência	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Itaporã	0	0	0	0	0	0	1	1	0	1	1	5
Itaquiraí	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
Ivinhema	8	5	9	7	3	8	8	12	8	11	3	7
Jardim	21	12	11	16	11	9	13	11	14	9	8	9
Maracaju	0	0	2	2	2	1	2	2	2	0	1	0
Miranda	5	2	3	0	4	4	3	2	4	2	3	2
Mundo Novo	0	0	0	0	0	0	0	1	3	6	7	5
Naviraí	22	7	6	12	6	11	13	14	16	21	14	11
Nioaque	1	0	3	0	2	4	2	4	2	3	2	2
Nova Alvorada do Sul	2	1	0	0	1	1	1	3	0	1	1	0
Nova Andradina	3	4	9	4	5	4	1	5	5	4	0	4
Paranaíba	12	9	8	5	13	11	11	18	9	12	11	9
Pedro Gomes	0	0	0	2	0	2	1	0	0	2	0	0
Plantão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ponta Porã	3	6	8	7	5	6	3	7	3	3	3	0
Porto Murtinho	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5
Ribas do Rio Pardo	3	7	14	9	4	7	11	3	10	5	2	8
Rio Brillhante	0	0	0	1	2	8	1	8	4	2	6	4
Rio Negro	0	1	2	0	1	2	1	2	1	0	1	0
Rio Verde de Mato Grosso	1	1	3	1	2	0	0	2	0	4	1	1
São Gabriel do Oeste	2	4	7	5	3	4	0	6	5	3	5	3
Sete Quedas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	1
Sidrolândia	4	5	5	6	6	4	5	6	6	6	8	2
Sonora	4	4	5	3	4	3	3	3	0	6	5	2
Terenos	8	2	5	6	2	4	7	2	5	5	5	2
Três Lagoas	50	43	49	40	32	23	40	39	27	30	30	25

Tabela 7. Distribuições dos pedidos de medidas protetivas no ano de 2013.

Comarca	Jan/13	Fev/13	Mar/13	Abr/13	Mai/13	Jun/13	Jul/13	Ago/13	Set/13	Out/13	Nov/13	Dez/13
Água Clara	14	6	7	2	5	3	9	5	9	8	5	3
Amambai	0	1	0	0	0	1	2	0	1	0	0	0
Anastácio	2	1	1	0	1	4	2	2	6	1	4	0
Anaurilândia	0	0	1	0	0	0	2	0	2	2	0	0
Angélica	3	4	1	1	1	0	4	3	1	1	4	2
Aparecida do Taboado	3	4	7	4	3	3	1	2	3	5	3	3
Aquidauana	10	4	7	7	4	5	8	6	8	4	8	6
Bandeirantes	4	3	4	6	3	3	2	2	2	0	3	0
Bataguassu	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Batayporã	4	3	1	2	7	8	7	4	4	3	1	5
Bela Vista	3	9	1	2	1	5	1	4	3	6	4	4
Bonito	1	1	0	0	1	3	2	1	0	2	2	0
Brasilândia	0	6	4	4	3	1	1	2	1	2	1	1
Caarapó	5	0	3	1	3	3	2	3	4	5	3	5
Camapuã	4	3	3	2	2	5	3	2	4	5	3	6
Campo Grande	320	243	227	238	203	215	193	232	234	269	237	196
Cassilândia	1	3	6	3	4	5	3	8	6	6	2	5
Chapadão do Sul	4	3	3	5	2	4	2	6	2	2	6	6
Corumbá	48	38	46	32	29	20	22	32	29	26	23	18
Costa Rica	4	3	5	2	3	2	2	2	3	4	4	8
Coxim	18	7	10	10	12	7	12	7	11	8	17	15
Deodápolis	1	2	1	1	2	1	4	2	1	1	1	0
Dois Irmãos do Buriti	1	0	1	3	0	1	0	0	2	2	5	0
Dourados	41	35	16	23	25	11	33	22	32	18	24	13
Eldorado	0	0	0	0	0	0	0	1	1	2	0	0
Fátima do Sul	4	2	2	5	5	3	8	5	0	4	4	0
Glória de Dourados	0	1	0	0	1	0	0	2	2	2	1	2
Iguatemi	0	1	2	0	2	2	2	1	0	4	2	0
Inocência	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
Itaporã	0	4	1	0	1	3	1	1	4	1	2	1
Itaquiraí	1	2	1	4	2	3	1	3	2	4	2	0
Ivinhema	10	7	8	12	9	10	9	6	5	6	3	5
Jardim	13	15	5	11	7	11	14	9	11	14	12	5
Maracaju	0	0	0	1	1	1	0	0	0	1	1	2
Miranda	3	4	2	5	2	0	2	1	1	6	3	3
Mundo Novo	4	2	2	9	2	7	2	3	1	1	5	3
Naviraí	22	16	10	21	13	14	8	11	19	9	14	12
Nioaque	0	1	3	7	7	6	2	2	0	4	5	1
Nova Alvorada do Sul	4	1	4	4	5	4	8	2	7	4	1	1
Nova Andradina	4	1	0	7	3	3	12	7	4	4	3	3
Paranaíba	7	12	10	11	10	11	8	10	12	12	12	8
Pedro Gomes	0	3	0	2	5	1	2	2	1	2	1	1
Plantão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ponta Porã	9	7	6	3	7	6	9	7	8	6	2	3
Porto Murtinho	1	0	2	5	3	3	1	1	6	5	5	6
Ribas do Rio Pardo	9	8	8	4	9	5	5	6	4	7	5	5
Rio Brilhante	9	3	15	11	10	14	10	5	10	7	9	10
Rio Negro	1	0	0	1	2	0	1	0	0	0	0	3
Rio Verde de Mato Grosso	2	1	4	6	2	1	0	4	6	5	0	2
São Gabriel do Oeste	5	5	1	3	7	4	7	6	2	4	5	0
Sete Quedas	0	1	0	4	0	0	0	2	0	1	1	0
Sidrolândia	11	3	1	14	7	4	0	6	2	0	1	1
Sonora	3	4	5	2	2	5	4	1	2	0	3	1
Terenos	6	1	1	2	1	4	2	1	3	3	2	3
Três Lagoas	44	35	35	37	36	15	31	54	42	47	34	40

Tabela 8. Distribuições dos pedidos de medidas protetivas no ano de 2014.

Comarca	Jan/14	Fev/14	Mar/14	Abr/14	Mai/14	Jun/14	Jul/14	Ago/14	Set/14	Out/14	Nov/14	Dez/14
Água Clara	5	5	8	6	6	4	3	2	4	7	2	4
Amambai	0	0	1	2	4	0	3	6	5	6	8	4
Anastácio	3	8	4	6	3	5	5	7	11	6	11	2
Anaurilândia	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0
Angélica	2	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Aparecida do Taboado	3	2	2	5	6	3	10	2	2	1	4	1
Aquidauana	6	8	8	8	12	7	10	12	10	16	8	2
Bandeirantes	7	2	2	0	1	3	3	2	1	2	2	4
Bataguassu	0	0	6	5	5	3	5	7	2	4	3	13
Batayporã	3	3	3	4	4	1	5	5	4	5	3	5
Bela Vista	2	8	5	9	4	6	3	4	8	8	5	5
Bonito	1	0	2	0	1	0	1	1	7	2	3	2
Brasilândia	5	3	2	0	3	1	1	2	2	1	3	0
Caarapó	1	1	3	1	1	0	1	1	4	3	5	1
Camapuã	3	3	1	2	2	2	4	0	2	0	1	1
Campo Grande	383	271	287	296	200	240	262	266	338	312	298	202
Cassilândia	2	8	6	9	5	7	5	2	4	9	2	3
Chapadão do Sul	9	5	4	3	5	4	1	3	5	5	10	3
Corumbá	47	22	27	19	21	20	26	24	38	39	37	25
Costa Rica	6	4	3	4	4	9	8	3	5	2	2	2
Coxim	20	15	17	14	17	11	15	7	13	13	16	11
Deodápolis	2	3	4	0	2	3	0	3	5	0	0	0
Dois Irmãos do Buriti	4	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Dourados	29	38	22	19	18	17	20	29	40	21	17	15
Eldorado	1	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0
Fátima do Sul	9	0	1	2	3	2	1	1	2	1	3	1
Glória de Dourados	0	1	2	4	1	2	1	0	3	3	1	3
Iguatemi	6	6	2	5	5	0	4	4	6	4	7	4
Inocência	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Itaporã	5	1	0	4	3	5	5	3	7	8	5	2
Itaquiraí	1	4	4	3	3	8	5	3	6	2	7	3
Ivinhema	10	10	10	7	14	12	7	12	9	11	19	14
Jardim	13	7	10	12	7	12	9	5	15	21	7	9
Maracaju	2	2	0	2	2	5	1	4	1	3	2	3
Miranda	4	3	5	7	13	0	2	2	1	4	2	2
Mundo Novo	3	6	8	5	3	3	2	9	4	2	2	8
Naviraí	21	22	21	13	12	13	11	12	11	21	17	15
Nioaque	1	0	0	0	2	4	6	3	4	2	0	3
Nova Alvorada do Sul	8	4	4	4	3	3	12	7	4	0	5	3
Nova Andradina	4	3	5	3	6	7	5	8	7	3	5	3
Paranaíba	10	9	11	16	14	8	7	13	21	15	16	9
Pedro Gomes	3	1	2	4	3	2	4	0	1	4	4	2
Plantão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ponta Porã	4	7	18	14	17	16	15	17	9	15	16	22
Porto Murtinho	2	3	2	3	2	6	3	2	2	4	3	5
Ribas do Rio Pardo	10	6	6	8	6	12	5	8	5	4	1	4
Rio Brilhante	11	10	3	6	9	7	7	5	4	7	6	6
Rio Negro	1	2	1	1	1	2	1	1	4	5	3	1
Rio Verde de Mato Grosso	1	8	4	5	5	5	2	2	6	4	3	2
São Gabriel do Oeste	6	3	6	5	5	2	4	4	4	9	5	1
Sete Quedas	1	0	0	2	8	4	7	9	3	11	6	8
Sidrolândia	4	7	7	4	5	3	5	7	4	6	7	9
Sonora	3	4	4	6	1	3	1	1	5	5	2	0
Terenos	3	2	5	0	4	6	2	3	3	2	1	0

Tabela 9. Distribuições dos pedidos de medidas protetivas no ano de 2015.

Comarca	Jan/15	Fev/15	Mar/15	Abr/15	Mai/15	Jun/15	Jul/15	Ago/15	Set/15	Out/15	Nov/15	Dez/15
Agua Clara	5	3	3	1	4	2	1	2	4	1	3	4
Amambai	3	5	5	6	7	4	4	8	2	5	11	4
Anastácio	10	8	9	6	10	11	8	8	9	8	4	2
Anaurilândia	0	1	1	0	0	1	0	2	1	0	0	0
Angélica	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6
Aparecida do Taboado	6	2	9	4	6	8	7	3	9	7	8	12
Aquidauana	12	17	9	13	7	6	9	15	10	18	16	5
Bandeirantes	0	4	2	5	6	2	1	2	0	4	6	0
Bataguassu	10	9	7	6	2	6	2	6	4	4	4	4
Batayporã	3	2	7	4	7	6	5	5	5	4	2	2
Bela Vista	2	1	8	4	8	3	4	1	6	2	4	2
Bonito	2	6	5	5	6	3	0	4	7	5	6	2
Brasilândia	2	3	4	1	2	3	3	2	1	0	0	3
Caarapó	3	1	3	5	2	6	1	10	2	2	0	2
Camapuã	4	3	4	4	5	4	1	2	3	1	2	5
Campo Grande	470	361	439	368	254	326	335	319	389	351	426	242
Cassilândia	7	2	4	10	5	4	8	5	3	7	2	7
Chapadão do Sul	7	4	7	9	8	5	5	6	11	6	5	5
Corumbá	59	51	58	69	39	36	32	50	51	40	40	30
Costa Rica	4	8	1	5	2	9	4	6	2	7	6	3
Coxim	20	16	14	10	13	16	14	15	21	27	11	7
Deodápolis	4	5	7	3	1	4	2	1	2	4	4	3
Dois Irmãos do Buriti	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Dourados	41	31	47	40	11	13	22	27	29	22	43	27
Eldorado	2	0	1	0	0	0	1	0	2	2	3	0
Fátima do Sul	1	1	0	4	1	3	1	3	3	3	4	1
Glória de Dourados	1	4	4	1	2	1	1	0	4	2	2	1
Iguatemi	16	8	7	5	8	3	7	1	6	7	2	3
Inocência	1	0	0	0	0	1	1	0	0	0	1	1
Itaporã	5	2	0	5	1	3	6	5	4	3	4	4
Itaquiraí	15	4	6	6	5	3	7	4	0	0	4	1
Ivinhema	11	14	15	11	9	12	11	17	8	11	16	9
Jardim	13	10	12	13	8	14	10	12	12	12	7	4
Maracaju	2	1	0	1	1	1	1	1	7	3	2	2
Miranda	6	3	2	2	1	2	1	0	2	2	1	3
Mundo Novo	3	3	5	6	9	5	7	7	4	9	2	6
Naviraí	23	12	22	15	19	17	28	26	21	22	24	15
Nioaque	4	1	4	2	5	4	6	5	5	2	10	2
Nova Alvorada do Sul	9	0	7	3	2	6	6	6	3	4	8	1
Nova Andradina	9	7	11	6	5	10	10	15	11	9	8	5
Paranaíba	18	18	17	15	16	13	11	6	18	18	26	11
Pedro Gomes	0	0	0	4	1	3	1	2	1	3	2	0
Plantão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ponta Porã	10	14	23	14	19	13	20	28	18	19	23	24
Porto Murtinho	3	3	4	0	0	6	4	2	4	4	4	2
Ribas do Rio Pardo	8	6	6	3	4	4	3	2	2	3	5	2
Rio Brilhante	14	13	9	8	9	9	10	13	15	9	12	4
Rio Negro	6	5	4	2	2	2	2	2	3	5	3	2
Rio Verde de Mato Grosso	5	3	2	2	6	4	3	3	2	2	1	2
São Gabriel do Oeste	4	1	0	2	4	8	4	8	5	6	1	5
Sete Quedas	9	6	10	2	1	6	4	5	11	8	7	3
Sidrolândia	17	15	10	11	8	7	2	10	9	6	9	8
Sonora	5	4	4	6	1	2	6	3	5	1	2	2
Terenos	1	2	4	2	3	0	1	2	0	0	2	3
Três Lagoas	43	21	32	34	24	26	19	22	26	20	36	46

Tabela 10. Distribuições dos pedidos de medidas protetivas no ano de 2016.

Comarca	Jan/16	Fev/16	Mar/16	Abr/16	Mai/16	Jun/16	Jul/16	Ago/16	Set/16	Out/16	Nov/16	Dez/16
Água Clara	5	0	1	2	0	2	3	1	0	4	4	1
Amambai	8	4	8	10	6	3	6	11	9	7	8	5
Anastácio	4	10	7	5	6	10	3	8	8	3	9	6
Anaurilândia	3	0	0	0	1	2	1	1	0	1	2	0
Angélica	7	4	4	3	4	4	3	3	0	3	2	3
Aparecida do Taboado	6	2	2	8	4	13	6	8	8	6	3	3
Aquidauana	25	15	10	15	11	14	11	12	11	12	14	4
Bandeirantes	2	2	2	2	1	2	3	3	2	3	3	0
Bataguassu	9	9	8	9	2	9	3	2	7	5	9	3
Batayporã	6	1	3	3	6	3	5	3	3	7	6	4
Bela Vista	3	1	4	7	3	2	6	4	4	3	3	3
Bonito	9	5	4	0	5	8	4	7	1	6	5	3
Brasilândia	2	3	1	2	1	2	0	2	3	5	0	2
Caarapó	0	0	0	1	2	4	4	3	10	7	5	9
Camapuã	5	6	5	6	1	1	7	2	4	2	0	6
Campo Grande	494	243	291	315	241	248	259	293	241	239	297	175
Cassilândia	7	3	5	1	3	5	4	4	2	5	13	2
Chapadão do Sul	8	8	9	8	6	3	6	11	7	2	6	7
Corumbá	55	42	52	43	31	34	41	46	42	36	40	23
Costa Rica	8	1	0	1	0	6	3	2	1	1	4	5
Coxim	26	20	30	16	12	14	11	13	16	10	11	10
Deodápolis	4	4	2	3	4	3	4	4	2	5	0	1
Dois Irmãos do Buriti	0	0	0	0	1	0	0	0	3	1	3	0
Dourados	46	39	44	39	36	47	61	67	44	39	68	24
Eldorado	4	2	2	1	1	5	1	2	0	1	1	3
Fátima do Sul	3	6	0	6	4	4	2	2	4	3	3	2
Glória de Dourados	2	1	1	2	1	2	2	3	1	1	1	0
Iguatemi	10	2	5	6	3	5	2	4	4	4	7	5
Inocência	2	1	0	2	1	1	1	2	0	2	1	0
Itaporã	3	3	0	2	7	1	4	3	10	2	3	0
Itaquiraí	10	6	8	8	5	3	2	4	2	3	4	7
Ivinhema	9	15	15	11	11	13	8	12	16	17	10	8
Jardim	11	12	12	12	8	17	20	9	10	18	14	7
Maracaju	5	5	10	6	8	12	8	7	3	8	10	3
Miranda	2	1	3	3	2	2	3	9	6	4	5	1
Mundo Novo	12	4	11	11	3	7	7	6	4	2	8	6
Naviraí	35	20	27	20	14	12	20	18	19	22	21	10
Nioaque	6	1	4	0	3	1	1	8	3	1	3	4
Nova Alvorada do Sul	8	7	2	3	12	6	5	3	3	3	5	5
Nova Andradina	14	4	14	17	11	10	16	24	15	14	9	9
Paranaíba	18	19	25	8	16	19	13	16	13	17	22	14
Pedro Gomes	1	4	1	0	3	3	1	1	1	1	3	1
Plantão	42	155	148	132	121	133	138	99	104	227	200	398
Ponta Porã	40	13	23	22	15	15	21	29	24	23	33	17
Porto Murtinho	4	1	2	5	2	2	6	4	1	4	5	1
Ribas do Rio Pardo	2	3	4	2	2	2	3	2	1	2	1	2
Rio Brilhante	10	9	9	9	10	7	11	15	14	14	8	4
Rio Negro	8	3	0	3	3	1	0	2	3	2	1	0
Rio Verde de Mato Grosso	3	2	6	6	3	0	5	6	4	2	6	3
São Gabriel do Oeste	6	5	10	5	5	3	7	8	6	8	5	3
Sete Quedas	17	6	11	4	5	6	2	0	3	5	2	3
Sidrolândia	14	6	8	8	4	4	6	10	4	12	4	4
Sonora	8	1	2	2	4	4	2	6	3	0	6	1
Terenos	2	0	0	1	2	0	2	0	3	3	1	4
Três Lagoas	52	43	42	31	28	37	37	61	46	40	46	20

Tabela 11. Distribuições dos pedidos de medidas protetivas no ano de 2017.

Comarca	Jan/17	Fev/17	Mar/17	Abr/17	Mai/17	Jun/17	Jul/17	Ago/17	Set/17	Out/17	Nov/17	Dez/17
Água Clara	5	1	3	3	6	5	6	6	4	4	4	3
Amambai	11	13	15	7	10	10	10	8	12	10	12	11
Anastácio	8	5	10	4	7	7	11	7	6	7	4	4
Anaurilândia	0	0	2	2	3	1	2	1	2	4	1	2
Angélica	5	2	2	2	4	4	5	4	2	4	5	3
Aparecida do Taboado	8	4	11	14	10	11	14	6	5	2	4	2
Aquidauana	17	18	13	13	12	10	13	8	13	18	18	6
Bandeirantes	2	7	2	3	2	1	1	2	4	1	1	0
Bataguassu	5	0	8	3	3	3	4	6	8	4	8	5
Batayporã	2	5	7	4	3	0	3	8	5	6	3	5
Bela Vista	1	2	5	4	2	4	4	3	0	5	5	1
Bonito	4	8	6	8	8	7	4	7	1	5	2	9
Brasilândia	1	0	1	0	5	2	4	6	6	5	6	2
Caarapó	8	4	9	5	10	6	4	11	10	6	10	10
Camapuã	2	3	3	3	4	3	0	3	4	3	2	1
Campo Grande	264	278	285	271	337	229	191	308	293	263	299	192
Cassilândia	5	3	9	8	4	7	4	6	5	11	6	5
Chapadão do Sul	5	5	10	6	16	2	10	6	6	8	9	2
Corumbá	25	28	36	22	43	38	32	44	48	29	42	30
Costa Rica	4	2	7	5	6	11	7	4	4	11	4	0
Coxim	9	12	12	14	13	16	12	19	14	21	17	10
Deodápolis	0	7	1	2	4	2	5	2	2	3	2	0
Dois Irmãos do Buriti	2	2	2	1	1	2	1	1	0	2	2	1
Dourados	41	51	67	62	62	62	55	59	76	67	66	51
Eldorado	2	2	3	1	1	0	0	1	2	2	3	4
Fátima do Sul	2	1	9	2	7	0	2	9	4	7	3	1
Glória de Dourados	4	0	3	0	2	3	2	0	2	5	7	0
Iguatemi	3	1	9	7	6	1	1	3	2	6	9	2
Inocência	0	1	0	0	1	1	0	1	0	0	1	2
Itaporã	2	8	4	4	3	2	2	0	2	6	6	3
Itaquiraí	4	2	7	10	5	4	2	6	6	3	9	3
Ivinhema	10	11	11	9	5	11	4	9	7	6	3	3
Jardim	13	14	12	6	10	11	15	18	13	14	11	2
Maracaju	6	4	13	9	6	9	12	4	9	1	5	4
Miranda	2	1	4	0	4	5	4	7	3	2	6	2
Mundo Novo	7	8	10	2	5	4	2	6	6	6	4	0
Naviraí	18	14	23	23	15	15	16	19	19	22	20	11
Nioaque	4	2	1	5	1	1	2	3	4	3	1	1
Nova Alvorada do Sul	5	1	5	5	4	3	8	7	6	6	3	3
Nova Andradina	14	12	10	21	10	8	14	11	9	13	10	6
Paranaíba	16	17	21	16	22	14	17	17	19	13	15	18
Pedro Gomes	3	1	0	1	0	1	4	1	1	1	3	1
Plantão	287	150	159	141	144	146	157	165	167	200	170	402
Ponta Porã	24	26	40	27	30	40	28	34	38	32	38	29
Porto Murtinho	2	5	6	3	1	1	6	5	2	3	3	0
Ribas do Rio Pardo	0	4	1	2	2	3	2	3	3	1	1	1
Rio Brilhante	10	6	17	7	10	13	11	11	7	9	10	7
Rio Negro	1	4	3	4	2	4	3	1	4	1	5	3
Rio Verde de Mato Grosso	5	4	8	3	4	4	4	7	1	6	7	3
São Gabriel do Oeste	5	6	2	4	2	6	5	3	12	9	4	3
Sete Quedas	3	1	3	3	2	3	9	2	4	1	3	0
Sidrolândia	7	6	9	5	8	5	7	6	6	10	7	4
Sonora	3	1	1	3	8	3	2	4	2	4	2	2
Terenos	1	4	2	6	3	5	4	4	1	2	0	0
Três Lagoas	31	43	52	41	44	47	38	39	56	46	37	26

Tabela 12. Distribuições dos pedidos de medidas protetivas no ano de 2018.

Comarca	Jan/18	Fev/18	Mar/18	Abr/18	Mai/18	Jun/18	Jul/18	Ago/18	Set/18	Out/18	Nov/18	Dez/18
Água Clara	5	2	7	6	5	10	8	6	7	3	10	4
Amambai	9	9	14	18	12	8	6	7	4	8	6	4
Anastácio	6	5	10	10	10	7	9	4	7	7	7	3
Anaurilândia	1	3	1	2	1	1	3	1	2	3	1	1
Angélica	4	6	4	1	4	1	2	2	3	4	3	3
Aparecida do Taboado	5	3	7	7	11	4	12	6	2	4	5	4
Aquidauana	13	5	10	12	12	10	13	14	6	20	11	12
Bandeirantes	0	1	0	2	2	1	2	3	3	1	2	1
Bataguassu	4	10	6	6	6	3	4	11	8	3	9	4
Batayporã	3	7	2	5	6	5	2	5	3	4	4	2
Bela Vista	1	6	5	5	7	5	6	5	6	6	3	4
Bonito	5	4	5	5	5	3	6	10	4	7	2	3
Brasilândia	10	9	6	2	3	4	1	3	6	5	2	5
Caarapó	7	5	9	7	5	1	4	5	2	8	13	1
Camapuã	4	2	2	5	2	3	1	7	3	4	5	2
Campo Grande	252	232	287	323	279	236	194	289	264	278	227	197
Cassilândia	4	6	6	5	4	6	2	6	5	5	2	3
Chapadão do Sul	7	10	6	15	8	8	8	10	8	8	10	6
Corumbá	36	26	34	38	37	31	48	39	32	44	42	34
Costa Rica	4	9	5	7	6	6	9	6	11	9	10	4
Coxim	13	6	18	12	19	14	12	18	9	22	21	7
Deodápolis	5	1	5	7	4	4	2	8	3	1	4	1
Dois Irmãos do Buriti	1	1	1	2	4	0	1	2	1	3	3	0
Dourados	54	57	62	67	43	60	65	65	49	58	66	53
Eldorado	6	2	3	5	5	2	1	5	0	1	3	2
Fátima do Sul	5	2	6	6	7	5	6	5	3	4	3	3
Glória de Dourados	3	1	2	3	1	3	4	2	1	2	2	3
Iguatemi	5	8	10	6	4	2	5	3	5	6	5	4
Inocência	4	1	4	1	0	0	5	5	1	1	1	1
Itaporã	0	3	1	0	1	2	6	4	6	8	2	4
Itaquiraí	3	5	2	2	7	2	4	6	1	2	10	5
Ivinhema	5	13	5	8	8	9	11	12	12	9	6	11
Jardim	8	13	15	6	5	7	9	12	14	14	17	12
Maracaju	7	5	4	3	5	4	6	5	4	8	10	3
Miranda	3	6	2	1	3	3	6	1	4	4	5	2
Mundo Novo	5	10	6	3	7	3	5	4	5	15	10	4
Naviraí	17	17	21	9	14	13	20	10	12	22	14	8
Nioaque	4	1	2	4	2	1	1	3	6	7	0	1
Nova Alvorada do Sul	5	1	5	3	5	2	1	4	4	6	4	4
Nova Andradina	10	16	10	9	19	11	12	17	9	9	8	11
Paranaíba	17	14	15	20	19	13	19	18	20	20	15	13
Pedro Gomes	0	2	3	0	1	2	0	2	3	1	2	1
Plantão	289	186	168	189	161	174	163	123	185	200	209	422
Ponta Porã	33	33	31	43	34	23	28	50	28	36	32	22
Porto Murtinho	5	2	5	1	5	3	3	4	3	9	4	1
Ribas do Rio Pardo	1	0	2	2	4	2	3	3	2	2	3	2
Rio Brilhante	7	11	12	12	7	13	16	12	14	14	4	13
Rio Negro	3	3	2	0	2	0	3	1	0	5	4	5
Rio Verde de Mato Grosso	3	4	4	3	6	9	3	9	4	8	2	3
São Gabriel do Oeste	6	7	8	6	1	3	6	7	7	7	4	5
Sete Quedas	3	4	7	5	4	4	4	3	4	8	5	2
Sidrolândia	7	9	4	10	8	6	10	5	7	14	15	13
Sonora	6	4	2	4	3	6	2	5	2	7	5	2
Terenos	1	3	1	2	3	0	1	4	0	8	4	2
Três Lagoas	43	36	59	47	31	41	34	57	49	48	49	45

ÍNDICE REMISSIVO

A

agressor, 52, 53
assistência farmacêutica, 24, 27

B

bem-estar, 14

C

CAPS, 24, 26, 27, 28
contabilidade, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36,
37
CRC-GO, 32, 33, 36

E

estresse térmico, 17
ética profissional, 31

F

fontes de informação, 43, 50

I

imprensa sindical, 40, 41, 43, 45, 47, 49
infrações, 33

L

Lei Maria da Penha, 52, 53, 54, 57

P

penalidades, 32, 36
produção, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 44,
49
produtividade, 6, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 30

R

reserva indígena, 9, 11, 12

S

saúde mental, 23, 25, 26
suinocultura, 14, 15

T

TJMS, 54

V

violência doméstica, 52, 55, 59, 61
vítima, 52



Alan Mario Zuffo

Graduado em Agronomia pela UNEMAT. Mestre em Agronomia - Fitotecnia (Produção Vegetal) UFPI. Doutor em Agronomia - Fitotecnia (Produção Vegetal) UFLA. Pós-Doutorado em Agronomia na UEMS. Prof. UFMS em Chapadão do Sul.



Jorge González Aguilera

Graduado em Agronomia pelo ISCA-B (Cuba). Especialista em Biotecnologia pela Universidad de Oriente (Cuba). Mestrado em Fitotecnia e Doutorado em Genética e Melhoramento pela UFV e Post Doutorado na Embrapa Trigo. Prof. UFMS em Chapadão do Sul.



Bruno Rodrigues de Oliveira

Graduado em Matemática pela UEMS. Mestrado em Engenharia Elétrica UNESP-Ilha Solteira e Doutorado em andamento na mesma instituição. Distribuidor/Contador no TJMS. Pesquisador independente.

ISBN 978-659906417-3



Pantanal Editora
Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000
Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil
Telefone (66) 99682-4165 (Whatsapp)
<https://www.editorapantanal.com.br>
contato@editorapantanal.com.br